



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 128

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de fevereiro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes votos:

- [Voto de congratulação pela proposta de Orçamento de Estado para 2016](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Deputado André Bradford, intervieram no debate os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e António Marinho (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e André Bradford (*PS*).

- [Voto de congratulação pelos 100 anos da Farmácia Botelho de Vila do Porto](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado Paulo Parece, participou no debate o Deputado Duarte Moreira (*PS*).

O voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação à Escola Profissional da Ilha de São Jorge por ter vencido o festival de curtas metragens sobre o mar](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a sua apresentação pela Deputada Ana Espínola, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela conquista do título mundial de Ornitologia alcançado por Emanuel Medeiros](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua apresentação pela Deputada Benilde Oliveira, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de saudação ao Presidente da República eleito](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado Joaquim Machado, participou no debate o Deputado Berto Messias (*PS*).

Colocado à votação, o voto em apreço foi aprovado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

- [Voto de protesto contra a taxa municipal turística de Lisboa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto esteve a cargo do Deputado Artur Lima, tendo, seguidamente, participado do debate os Deputados António Pedroso (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posto à votação, o voto foi rejeitado.

- [Voto de protesto pela manutenção das provas finais de português e de matemática nos 4.º e 6.º anos de escolaridade no ano letivo 2015/2016](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a sua leitura pela Deputada Zuraida Soares, intervieram no debate as Deputadas Cláudia Cardoso (*PS*) e Judite Parreira (*PSD*), bem como os Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto mencionado foi rejeitado.

Terminado o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- [Projeto de Resolução n.º 147/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Participaram no debate o Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), a Deputada Marta Couto (*PS*), o Deputado Luís Garcia (*PSD*) e o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 19/X – “Regime de responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade”](#).

Justificada a urgência pelo Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), a mesma foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade.

- [Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade”](#).

Justificada a urgência pelo Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Anteposta de Lei n.º 19/X – “Regime de responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade” e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade”.

Apresentados os diplomas pelo Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), intervieram, de seguida, no debate os Deputados Domingos Cunha (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a anteposta de lei foi aprovada.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] como é habitual.

Sr. Secretário, faça favor.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar com os votos.

O primeiro é um voto de congratulação, do Partido Socialista, pela proposta de Orçamento de Estado para 2016.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é a errata?

Voto de congratulação

Apesar de todas as expetativas negativas e de todo o esforço crítico da Oposição agora desamigada, a geringonça chegou ao Orçamento e em boa hora o entregou ao Parlamento, porque ao contrário da indiferença a que foram votados pelo anterior Governo da República, os Açorianos têm agora fundadas razões para se congratularem com a proposta apresentada pelo executivo de António Costa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual delas? A segunda ou a terceira errata!

O Orador: A proposta de Orçamento de Estado entregue pelo Governo da República no início do mês representa uma viragem significativa na política de desconsideração e abandono a que o anterior Governo do PSD/CDS-PP votou

as regiões autónomas, tidas como meras circunscrições geográficas da austeridade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Guterres já não sabia fazer e desde lá até agora mais ninguém soube!

O Orador: Desde logo, porque propõe a eliminação de várias normas que colidiam com as competências adquiridas das autonomias regionais, como acontece, designadamente, no caso da reposição e cumprimento integral da Lei das Finanças Regionais, tanto nos direitos que consagra como nos montantes que envolve a título de transferência. A posição da Região a este propósito foi, assim e finalmente, respeitada e reforçada, tendo em conta que o Orçamento do Estado de 2016 cumpre integralmente a Lei de Finanças Regionais, devolvendo transparência e estabilidade à relação financeira entre os Açores e a República.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O António Costa ficou coxo de bater tanto o pé a Bruxelas!

O Orador: Também o acesso ao financiamento de investimentos comparticipados por fundos comunitários deixa de estar dependente de autorização prévia das Finanças do Terreiro do Paço e passa a estar indexado apenas à situação financeira de cada Região.

Por outro lado, a proposta de Orçamento do Estado do Governo do PS concretiza, noutras áreas, o empenho e o compromisso que o Primeiro-Ministro tinha assumido face às justas pretensões da Região, transmitidas pelo Presidente do Governo Regional, no final do ano transato, em audiência de apresentação de cumprimentos.

É neste sentido que, depois de um longo e controverso contencioso em torno das competências e responsabilidades da República e da Região na área da Saúde, a proposta em causa contém a eliminação da norma que impunha o pagamento pela Região dos tratamentos aos doentes que tinham necessidade de cuidados hospitalares nas unidades saúde do continente. Assume igualmente, e

pela primeira vez, como dívida da República a comparticipação que a Região tem vindo a assumir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... relativamente aos utentes da ADSE nacional no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pedir perdão! Coisa mais acertada que o senhor disse até agora!

O Orador: Em outubro de 2014, face a estas legítimas preocupações da Região, Passos Coelho, em visita oficial aos Açores, respondeu com um Grupo de Trabalho. Pouco depois de tomar posse, António Costa respondeu, de forma clara e inequívoca, com a consagração legal, em sede do Orçamento do Estado,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Parole, parole!

O Orador: ... da legitimidade das pretensões dos Açorianos e do seu direito a serem considerados, para efeitos de prestação de cuidados de saúde, em condições de igualdade com os restantes portugueses.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Sócrates?

O Orador: O Orçamento do Estado proposto revoga também a suspensão do pagamento de subsídios e passagens aos funcionários públicos da administração central que prestavam serviço nos Açores, nomeadamente os Conservadores do Registo Predial, entre outros – problema provocado no mandato do anterior Governo da República, exatamente pelos mesmos que agora clamavam, a partir das bancadas da Assembleia da República, pela sua solução.

É assegurada, ainda, a possibilidade de as autarquias regionais acederem a financiamento bancário como receita da parte não comparticipada dos investimentos a realizar com fundos comunitários, o que permitirá o aproveitamento desses fundos pelas nossas autarquias.

A estas medidas altamente positivas para a Região deve acrescentar-se a reversão da política de austeridade obsessiva e ineficaz do anterior Governo da República e, por essa via, o aumento do rendimento do trabalho das famílias açorianas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que os senhores já tinham feito isso! Andaram quatro anos a dizer que já estava feito!

O Orador: ... nomeadamente através da eliminação progressiva da sobretaxa do IRS, da reposição integral dos vencimentos dos funcionários públicos e do aumento do salário mínimo nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Por tudo isto, mas sobretudo porque, depois de um mandato em que a República olhou com indiferença para as suas autonomias, vemos agora consagradas as justas reivindicações dos Açores e dos Açorianos e reposta a normalidade do seu relacionamento financeiro com a República, **nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pela proposta de Orçamento do Estado para 2016.**

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Governo da República e aos vários grupos e representações parlamentares da Assembleia da República.

Horta, sala das sessões, 18 de fevereiro de 2016

Os Deputados: *Berto Messias, Arlinda Nunes, Miguel Costa, Francisco César e André Bradford*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao que isto chegou! É a submissão!
Quem muito se abaixa, Sr. Deputado ...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo...

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o voto favorável a este voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

Efetivamente, algo mudou no relacionamento ou está a mudar no relacionamento da República com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. E no que diz respeito à RAA, há, de facto, aqui um conjunto de garantias que as autonomias irão ser respeitadas, ao contrário daquilo que aconteceu nos últimos anos. Isto não quer dizer que o PCP esteja totalmente satisfeito...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um sapo que terá que engolir!

O Orador: ... com a proposta de Orçamento de Estado para este ano e também com alguns aspetos que importa ainda resolver para a RAA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é um sapo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um elefante!

O Orador: Aliás, estamos a meio de uma discussão que tem a ver exatamente com um pedido de reforço de meios aéreos e navais para a vigilância da nossa Zona Económica Exclusiva.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pois é! Mas isso já estava previsto no Programa do Governo que os senhores chumbaram!

O Orador: Mas tem outras questões, e deixo mais uma a título de exemplo, a solução que foi encontrada para a TAP não é a solução que o PCP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande solução! Não me diga que concorda?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Outra geringonça!

O Orador: ... queria ou quer para a TAP, mas nem é esse assunto que me interessa discutir, o que me interessa é apenas referenciar, porque é disso que se trata, que outra solução para a TAP poderia ser benéfica ou mais benéfica para a RAA.

Mas estas alterações têm aqui também uma outra componente que a Representação Parlamentar do PCP não pode deixar de se referir...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já leu a errata?

O Orador: ... e que tem a ver com o seguinte. Isto responsabiliza, estas medidas, este respeito pela autonomia traz exigências ao próprio Governo Regional. O Governo Regional não vai poder escudar-se nas dificuldades do relacionamento da República, designadamente financeiro, com a RAA para não agir. E, portanto, este Orçamento de Estado, a reposição dos direitos da Região Autónoma também trazem aqui essa exigência acrescida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem o PCP!

O Orador: E, portanto, a Representação Parlamentar do PCP, aliás, como sempre fez, não só se congratula com as medidas anunciadas e que estão previstas no Orçamento de Estado, como também estará e redobrará a sua atenção e vigilância e exigirá ao Governo Regional o cumprimento das suas competências.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui perante uma tentativa de instrumentalizar de forma partidária este Parlamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O testa de ferro da direita!

O Orador: O que aqui é importante referenciar...

Eu até acho (vou criar aqui um breve parêntesis) que aqui o PCP, a grande notícia desta iniciativa é que pela primeira vez o PCP dá um sinal positivo e este Orçamento, porque, Sr. Deputado, o que o senhor vai votar a favor é um voto de congratulação pela proposta de Orçamento de Estado para 2016, nem sequer é um voto favorável a um Orçamento de Estado com as medidas que contém para os Açores. Não! Aprovou um documento de natureza genérica.

Deputado André Bradford (PS): Não aprovou nada ainda!

O Orador: O que aqui diz, a congratulação é pela proposta de Orçamento de Estado para 2016, sem qualquer tipo de condicionalismo e contextualização no âmbito dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com erratas ou sem erratas?

O Orador: Portanto, neste sentido, Sr. Deputado, essa é a grande notícia.

A outra notícia é uma notícia muitas vezes repetida, é a notícia de que o Partido Socialista pretende instrumentalizar este Parlamento.

Por muito boas que fossem as medidas, e não são, eu não acho que exista aqui um avanço significativo, o Parlamento dos Açores, em nenhuma circunstância, poderia esgotar a sua capacidade reivindicativa e dizer, no âmbito de um projeto que está em discussão, que se espera que os deputados dos Açores e outros a nível nacional possam melhorar o Parlamento dos Açores, no âmbito de uma discussão que se vai iniciar e num documento que se pode melhorar diga, “Nós já estamos satisfeitos, não negociem mais nada, não melhorem este documento, porque o projeto para nós é suficiente”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto, eu considero que é uma irresponsabilidade. Por muito bom que fosse o documento, o Sr. Deputado e o Partido Socialista o que pretendem é dizer, “Nós já estamos contentes, não precisamos de mais nada, não há nenhuma melhoria, o projeto para nós é suficiente”.

Qual é o Parlamento do mundo responsável, qual é o Parlamento autonómico que comete um suicídio político destes? Digam-me!

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor não sabe!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Digam-me qual é o Parlamento, qual é a instituição que comete um suicídio político destes.

Por isso, este documento é um documento contra a autonomia do Parlamento, é um documento contra a autonomia da RAA e é um documento que prejudica gravemente as aspirações do povo açoriano, porque este documento, como todos os outros, pode ser melhorado no âmbito da discussão. O Parlamento dos Açores nunca (nunca!) deve limitar a fasquia da negociação dizendo, “Já estamos contentes, nós não queremos mais nada e, da parte do Parlamento dos

Açores, nós limitamos a nossa autonomia e a capacidade reivindicativa do povo dos Açores”.

É um erro tremendo o que os senhores aqui estão a propor e significa uma grave contradição do ponto de vista do vosso discurso, porque isto é diminuir a autonomia dos Açores, isto é partidarizar o Parlamento dos Açores e é diminuir a nossa capacidade reivindicativa do Parlamento dos Açores.

E eu peço-vos, eu peço encarecidamente ao Partido Socialista que reconsidere. Trata-se de um erro absurdo. Isto é um projeto que pode ser melhorado. Eu não gostava de estar na posição dos Srs. Deputados que estão a representar o círculo dos Açores quando chegar ao Parlamento dos Açores, “Não, não! Então, mas os senhores querem mais ou querem negociar alguma alteração? Não, o Parlamento dos Açores está de acordo. Tem aqui um voto de congratulação”. Isto é um erro tremendo! Eu peço encarecidamente ao Partido Socialista que retire este voto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor ao menos teve o cuidado de ler o voto?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Sr. Secretário Regional:

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor ao menos teve o cuidado de ler o voto?

Deputado Francisco César (PS): Provavelmente não!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Se calhar não!

O Orador: Em primeiro lugar, eu acho que este voto configura uma submissão ao centralismo de Lisboa por parte do Partido Socialista dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O testa de ferro!

Deputado Berto Messias (PS): CDS-PP, membro da PAV!

O Orador: Depois, configura, pela primeira vez, o anúncio prévio de um voto favorável do PCP a um Orçamento de Estado. Esta abobada não caiu porque está bem construída, porque senão tinha caído. Tal a heresia, Álvaro Cunhal deve estar em *spin* no túmulo,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... assim às voltas no túmulo, não sei quando o pobre vai parar, porque, de certeza, com uma coisa destas, eu acho que até Cunhal vai ressuscitar e vir à terra dizer ao Partido Comunista para ganhar juízo e manter a sua linha de tradição. Portanto, pode ser, de resto, e o Partido Socialista vir aqui tentar enganar os açorianos e fazer baixa política com isto,...

Deputado Berto Messias (PS): Baixa política! Não fosse o CDS o campeão de baixa política nos votos de protesto!

O Orador: ... e eu vou dar dois ou três exemplos.

Os problemas do Serviço Regional de Saúde, das relações entre um e outro, sempre se colocaram, apenas não se colocaram quando havia na República o Governo Socialista e na região um Governo Socialista. E porquê? Porque os doentes dos Açores levavam sempre um termo de responsabilidade passado pela RAA. Quando o Governo mudou na República e passou para...

Deputado Luís Maurício (PSD): Chamado “em nome do compromisso”!

O Orador: ... o Governo do PSD e do CDS...

Eu vou retomar a minha argumentação, Sr. Deputado Luís Maurício, se me permite, e Sr. Deputado Berto Messias, se não o incomoda.

Deputado Francisco César (PS): Com certeza!

O Orador: Relativamente à questão que aqui tem da saúde, é preciso esclarecer os açorianos do seguinte. Os doentes açorianos foram usados como joguete

político entre o Governo dos Açores e o Governo da República do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não estava resolvido e agora está!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estiveram quatro anos e não fizeram nada!

O Orador: Enquanto estive na República o Governo de José Sócrates e o Governo de António Guterres, a região sempre passou termos de responsabilidade aos doentes; mudou o governo para o Governo de coligação, o Governo dos Açores recusou-se a passar os termos de responsabilidade para criar problemas aos doentes e pô-los entre,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: ...como joguete político e de jogada política, os Açores e a República. Essa é a verdade e essa é uma vergonha que os senhores têm que assumir.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma leviandade política que o senhor está a dizer!

O Orador: Vêm agora de mansinho dizer que vão resolver o problema, vêm agora de mansinho, um problema que os senhores nunca quiseram resolver e sempre o criaram. Isso é a primeira mentira deste voto.

Segunda mentira deste voto. A eliminação da sobretaxa de IRS. Mas não era para eliminar totalmente?

Deputado Francisco César (PS): Não!

O Orador: Não, vão eliminar para quem não paga! Quer dizer, vão eliminar a sobretaxa de IRS para quem ganha até 8 mil euros, que não paga taxa.

Terceira mentira deste voto. A reposição integral dos salários da função pública. É mentira! Eu não dei por isso! Não há um único funcionário público que tenha dado por isso, um único! É mentira!

Deputado Francisco César (PS): Tenha vergonha! Está enganado!

Orador: Afinal de contas é progressivo, tal qual propunha a PAV.

Outra mentira deste voto.

Deputado Francisco César (PS): Eles não têm o ordenado do Sr. Deputado!

Grande Lata!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado!

Presidente: Srs. Deputados! O Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra!

O Orador: Outra mentira deste voto! Outra mentira deste voto! Ouça! Houve, sim, senhor! Outra mentira deste voto!

Presidente: Srs. Deputados, assim não é possível continuar!

Sr. Deputado Artur Lima, faça favor!

Deputado Francisco César (PS): O senhor olhou foi para o seu ordenado e não para os dos funcionários públicos! Tenha lata!

O Orador: Lata tem o senhor e mais alguém! Lata tem o senhor e mais...

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peça desculpa à Sra. Presidente, Sr. Deputado Francisco César!

Presidente: Srs. Deputados, o colega Artur Lima está no uso da palavra. Os apartes não podem ser deste nível, porque senão não se consegue! Não se consegue!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Ah, não está, não!

Presidente: Este é o regime de debate dos votos, fala um de cada vez, portanto, não há outra forma, não é permitido o debate.

Deputado Francisco César (PS): Então não se dirija a mim!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o senhor acha que eu me dirigi a si?

Deputado Francisco César (PS): Não? Francisco César é quem? Há mais alguém aqui dentro? O senhor está a dirigir-se a mim.

O Orador: O senhor estava a interromper-me permanentemente, não respeitava a Sra. Presidente e eu tive que lhe fazer um aparte.

Lata, Sr. Deputado, vem o senhor falar de lata? Compre um espelho e veja-se bem em casa!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima! Faça o favor de continuar, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, dá-me licença?

Portanto, eu vou recapitular as mentiras deste voto.

Primeira mentira. “O aumento do rendimento das famílias açorianas,...” É mentira! Têm mais impostos, vão pagar impostos, sobretudo no combustível. É um aumento brutal de impostos, como já foi reconhecido por toda a gente (por toda a gente!),...

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é toda a gente?

O Orador: ... “... através da eliminação da progressiva sobretaxa de IRS,...” É mentira! “... da reposição integral dos vencimentos dos funcionários públicos”. É mentira! Não é verdade! Tanto que é que até o subsídio de Natal já não vai ser pago de uma vez, este ano não é possível. A geringonça diz que este ano não é possível, vai ser em duodécimos.

E, portanto, tudo o que foi dito é mentira.

E mais! Se este voto fosse apenas para algumas medidas que beneficiassem os Açores,...

Deputado André Bradford (PS): E é!

O Orador: ... nós até podíamos dar o benefício de confiança, agora, a parte resolutiva deste voto, vou ler,...

Deputado Berto Messias (PS): Leia!

O Orador: ... “Por tudo isto, mas sobretudo...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine!

O Orador: Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Foi-lhe dada a devida tolerância, Sr. Deputado. A Mesa teve isso em atenção!

O Orador: A prova, vou ler, “Nos termos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A parte que o Sr. Deputado Aníbal Pires não leu!

O Orador: ... estatutários e regimentais, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um voto de congratulação pela proposta de Orçamento de Estado para 2016”, não é para as medidas aplicadas aos Açores, é pela proposta global do Orçamento de Estado para 2016, que o Governo do Partido Socialista apoiado pelo PCP fez, vai votar favoravelmente. É isso que estamos aqui a votar, o contrário é mais uma mentira deste voto.

Sra. Presidente, muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto à lata, a gente vai falar!

Deputado Francisco César (PS): Quando o senhor quiser!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não preciso disto para nada!

Deputado Francisco César (PS): Nem eu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta, como sabemos, não é a forma da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronunciar relativamente ao Orçamento de Estado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ela está prevista e não é...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Dizia eu que esta não é a forma da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronunciar sobre o Orçamento de Estado com a importância que este instrumento tem. Isso como todos aqui sabemos. Não poderemos nunca fazer essa apreciação na base de uma figura que aqui foi apresentada e que apenas pretende achincalhar esta instituição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Apenas pretende achincalhar o primeiro órgão da autonomia.

Não contem connosco para isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não contem connosco para participar nesta novela em que os senhores querem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mexicana! Não, venezuelana!

O Orador: Não contem connosco para isso.

E deixamos apenas uma observação. Não brinquem com coisas sérias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado André Bradford.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para achincalhar mais um bocadinho!

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Bom, eu confesso e devo...

Deputado Luís Garcia (PSD): Confessa que vai retirar o voto!

O Orador: ... reconhecer que quando preparava o voto imaginei que pudesse surgir, embora não fosse esse o objetivo, obviamente, mas imaginei que pudesse surgir algum incómodo da parte das bancadas que, aqui, neste Plenário, durante quatro anos e meio, apoiaram um Governo que pouco ou nada fez em relação às Regiões Autónomas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fez, fez e fez mal! Fez mal!

Deputado Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Imaginei que pudesse surgir algum incómodo, agora, o que eu não esperava e nunca pensei que acontecesse era esta demonstração de indiferença em relação às legítimas aspirações dos açorianos e de satisfação pelo facto de problemas que se arrastaram, durante longos anos, na relação entre...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... a República e a região, problemas que se arrastaram, durante longos anos, entre governos do PS na República e governos do PS na região, é verdade, não foram só com governos de direita,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Diga, então, a verdade toda!

O Orador: ... foram também com governos do PS, mas problemas que se arrastaram, durante longos anos, que afetam diretamente a vida concreta dos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores mascararam!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente numa área de grande sensibilidade e importância...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... como é a área da saúde, pudessem merecer, da parte do PSD, o partido que se afirma contendor e possível detentor do poder na região, algum cuidado, alguma atenção e a mínima satisfação, uma vez que agora se resolvem por via desse Orçamento de Estado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não percebe que isto é uma irresponsabilidade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O voto não é isso!

O Orador: Eu sei que os senhores foram os primeiros a desistir do Serviço Regional de Saúde, íamos nos idos 2012. Eu lembro-me que os senhores tinham uma medida que se chamava a “medida da chavinha”,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

O Orador: ... que era está aqui a chavinha, peguem lá e tratem disto porque a gente não consegue fazer nada. Eu lembro-me disso, mas mesmo assim, mesmo

lembrando-me disso, chegando a este ponto em que os açorianos vão passar a ser considerados, como portugueses que são,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sempre foram, Sr. Deputado!

O Orador: ... em condições de igualdade com todos os outros portugueses no acesso a cuidados de saúde prestados no continente, chegando aqui, era uma demonstração de honradez dizer assim, “Em relação a isso, eu concedo, temos que nos congratular porque é a melhoria da vida dos açorianos...”

Deputado Berto Messias (PS): Isto é sentido de Estado!

O Orador: ... que está em causa e nós não estamos aqui para analisar...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é esse o conteúdo do voto!

O Orador: ... tudo pela politiquice e pela partidarite, estamos aqui para analisar o que é melhor para os Açores”.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

E, portanto, era isso que eu esperava. Não foram capazes. Infelizmente, não foram capazes. Não foram capazes, arranjaram um subterfúgio regimental, uma desculpa formal para não falar daquilo que é realmente importante para a vida dos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Vozes chegaram ao degrau zero da política!

O Orador: Pois, nós prosseguimos este trabalho, isto não encerra, este voto não é uma declaração de encerramento da repartição aqui na bancada parlamentar do PS, nós continuaremos a trabalhar no sentido de conseguir da República as melhores condições e a justa resposta às nossas pretensões,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se saísse um voto depois do Orçamento ser aprovado, ainda assim era mau, mas assim ...!

O Orador: ... mas também tem que se dizer quando as coisas nos satisfazem, quando as coisas resolvem o problema dos açorianos,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De facto, é lamentável e a figura ...

O Orador: ... porque é para isso que nós estamos aqui.

E, portanto, Sra. Presidente, termino com algum lamento,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É melhor! Nem devia ter começado!

O Orador: ... verificando que o PSD Açores ainda não atingiu aquele grau de maturidade que permite distinguir o que é bom para os açorianos do que é bom para o PSD Açores.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Tão baixinho que tu és!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a votar!

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 20 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): Um voto contra os Açores!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em oito anos que estou presente nos trabalhos deste Parlamento, nunca tinha assistido a um grau de irresponsabilidade tão grande por parte do Partido Socialista.

Deputado José Contente (PS): Então faça um voto de protesto ao Orçamento de Estado!

O Orador: É uma absoluta irresponsabilidade, porque aquilo que foi aprovado, tenho em conta, prejudicará claramente os deputados que representam, por exemplo, o círculo dos Açores, porque o que lá vai chegar no âmbito da discussão e quem tiver projetos para melhorar o Orçamento no que diz respeito as áreas específicas dos Açores, os senhores acabam de dar um argumento terrível contra esses Srs. Deputados que estão a fazer o seu trabalho, na Assembleia da República, e o trabalho que este Parlamento tem a obrigação de continuar a fazer, que é, os senhores fizeram com que o Parlamento aprovasse um voto de congratulação e, portanto, toda a gente percebe, do ponto de vista negocial, a partir do momento em que um Parlamento autonómico toma uma posição destas, não há espaço de negociação. E o Sr. Deputado Bradford ainda dizia, no final, já percebendo o erro que acabou de cometer, “Bom, mas isto, nós estamos contentes, é um voto de congratulação, mas vamos continuar a trabalhar para melhorar”. Mas isto, digam-me uma coisa, isto é uma infantilidade,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ingenuidade!

O Orador: ... mas há alguma negociação que decorra a partir do momento em que nós estamos muito contentes, politicamente até já damos este sinal, mas nós queremos mais. Mas isto é possível? Ah! Só se for no País das Maravilhas, uma coisa assim, uma coisa inacessível. Não sei em que mundo é que os senhores vivem! E, portanto, isto significa, de facto, a diminuição do poder negocial do Governo Regional, do Parlamento dos Açores, dos deputados que representam os Açores, diminuíram do ponto de vista negocial as nossas condições. Eu

nunca vi um ato tão grave cometido contra a autonomia dos Açores. Não só os interesses, que são os interesses legítimos dos Açores, mas os interesses legítimos do conjunto dos deputados e de todos os agentes que querem melhorar uma proposta de Orçamento de Estado.

Eu nunca vi semelhante irresponsabilidade! Isto é absolutamente inaceitável! Mas não se preocupem, e termino, Sra. Presidente, podem ficar descansados, porque o Partido Socialista propôs este voto de congratulação, que segue diretamente para a Assembleia da República, mas vai continuar a trabalhar, depois de estar contente, muito contente, para que possa melhorar e integrar mais legítimas aspirações do povo dos Açores. Belo serviço que está aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar com a apresentação de votos.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Este voto foi feito em nome das famílias açorianas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, não brinque com as famílias açorianas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Respeite as famílias açorianas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha dó! Isto é o extremo!

O Orador: ... dos doentes açorianos, das autarquias açorianas, dos funcionários públicos açorianos,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... de todos quantos...

Eu posso repetir, porque se calhar perdi um pouco o fio à meada...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já há anos que perdeu o fio!

O Orador: ... e, portanto, volto um bocadinho atrás.

Este voto foi feito em nome das famílias açorianas, dos doentes açorianos, das autarquias dos Açores, dos funcionários públicos açorianos, de todos quantos, graças a esta proposta de Orçamento de Estado, vão ver melhoradas as suas condições de vida,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... vão ver respeitados os seus direitos...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... a serem tratados em igualdade com os restantes portugueses, vão ver, ao contrário do período em que lhes foram negados os mais básicos direitos, reposta a normalidade de funcionamento e de relacionamento financeiro entre a região e a República. Foi para esses que este voto foi feito,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... foi em nome deles que este voto foi feito, foi em nome dos interesses e dos direitos dos Açores e dos açorianos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à apresentação do próximo voto.

O próximo voto de congratulação pelos 100 anos da Farmácia Abílio Botelho, de Vila do Porto. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD):

Voto de congratulação

100 Anos da Farmácia Abílio Botelho de Vila do Porto

Comemorar 100 anos de existência é sempre um motivo de orgulho e satisfação, que assume particular importância quando se trata da longevidade de uma atividade comercial em particular numa pequena economia como Santa Maria.

Decorria o ano de 1916 quando no dia 29 de janeiro foi fundada a Farmácia Abílio Botelho em Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria, na sequência de uma nomeação emanada do Presidente da República, Bernardino Machado.

O seu nome deveu-se ao seu fundador e proprietário, Abílio Botelho, um micalense, natural da Vila da Povoação que para Vila do Porto foi viver e onde residiu até ao seu falecimento.

Abílio foi pai de 4 filhos: Maria da Glória Moniz Botelho; Eugénio Abílio Moniz Botelho; José Abílio Moniz Botelho e Aura Guilhermina Moniz Botelho. A continuidade da Farmácia ficaria assegurada pelo seu filho Eugénio, que entretanto se havia licenciado em Farmácia na Universidade do Porto, tornando-se assim o sucessor de seu pai, dando continuidade à tradição da família na arte farmacêutica e de análises clínicas, até à sua morte prematura.

Na sequência do seu falecimento, não havendo nenhum outro membro da família licenciado na área, a solução passava pela venda da farmácia por imperativo da lei, que exigia que a sua propriedade pertencesse a um farmacêutico.

A solução passou pela sua aquisição pelo outro filho, José, juntamente com a sua esposa, Maria da Conceição do Monte Ferreira Moniz Botelho, que dadas as circunstâncias se licenciou em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Lisboa. Esta foi a forma de dar continuidade ao negócio e tradição familiar, que se mantem até hoje como propriedade do casal, ficando a direção técnica a cargo de Maria da Conceição.

Durante quase um século de existência foi a única farmácia da ilha, mas nem por isso deixou de acompanhar e adaptar-se ao desenvolvimento e a evolução que o setor foi sofrendo, prestando um valioso e dedicado serviço aos marienses, fruto do empenho dos seus proprietários e dos seus colaboradores que, ao longo dos anos, granjearam a admiração e simpatia dos seus clientes, sendo talvez esse o segredo para o seu sucesso e longevidade.

Esta é, não só uma estória de sucesso comercial, mas também um exemplo de dedicação e persistência de uma família que soube honrar o nome do seu fundador, ao comemorar os 100 anos da Farmácia Abílio Botelho, brindando os marienses com uma exposição, recriando para o efeito uma réplica do estabelecimento original recorrendo a mobiliário e utensílios utilizados à época e que, certamente, ainda perdura na memória de muitos dos seus clientes.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do presente voto de congratulação pela comemoração dos 100 anos da Farmácia Abílio Botelho, formulando votos de sucesso no seu futuro.

Que do mesmo seja dado conhecimento formal aos seus proprietários, à Delegação de Santa Maria da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 18 Fevereiro de 2015

Os Deputados: *António Marinho, Paulo Parece, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia e Bruno Belo*

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Sr. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo PSD relativamente aos 100 anos da Farmácia Abílio Botelho, de Vila do Porto.

De facto, 100 anos num estabelecimento comercial é uma data significativa, não são muitos os estabelecimentos que atingem com pujança esta idade, mas também pelos serviços prestados pela Farmácia Abílio Botelho a todos os marienses que dela necessitaram, ao longo destes muitos anos de vida.

A Farmácia Abílio Botelho foi, até há cerca de 2 anos, se não me falha a memória, a única farmácia da ilha de Santa Maria a que os marienses recorreram sempre que necessitaram dos seus serviços e dos medicamentos ali comercializados.

Por esse motivo, pelos serviços que a farmácia prestou durante esse tempo a todos os marienses, votaremos favoravelmente este voto de congratulação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é à Escola Profissional da Ilha de São Jorge que venceu o concurso nacional de curtas metragens sobre o mar.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola do CDS.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Escola profissional da Ilha de São Jorge vence concurso nacional de curtas metragens sobre o mar

Este ano, pela primeira vez, a Escola Profissional da Ilha de São Jorge decidiu participar no Concurso Nacional de Curtas Metragens sobre o Mar – o CURTMar.

A turma do segundo ano do Curso Técnico de Turismo – Nível IV, sob coordenação e organização do professor Marco Castanha, acabou por vencer o concurso na categoria 17/19 anos, com o vídeo “O Cagarro”, de entre um total de 63 curtas-metragens submetidas à consideração do júri nacional. Desenvolvido pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, em parceria com a Escola Profissional do Alto Minho Interior e Associação Portuguesa do Lixo Marinho, o CURTMar tem como objetivo geral promover a literacia do Oceano, o ambientalismo, a cidadania juvenil, a criatividade e a arte audiovisual como forma de expressão.

Estas ações em contexto escolar pretendem ainda contribuir para a educação e capacitação das gerações futuras, para perceberem por exemplo, a grandeza do Mar como fonte de biodiversidade, como regulador climático, como profissão e investimento e como potencial geoestratégico.

Neste concurso, os alunos de todas as escolas do País foram convidados a realizar curtas metragens sobre o mar e toda a fauna e flora que lhe estão associados.

A turma de turismo da Escola Profissional de São Jorge resolveu fazer um vídeo sobre “O Cagarro”, de forma a consciencializar todos os Açorianos em

relação a esta espécie protegida e mostrar a riqueza em termos de fauna que os Açores possuem.

Com o apoio da Casa do Parque de São Jorge e de Vigilantes da Natureza, os formandos da Escola Profissional de São Jorge decidiram dar a conhecer os perigos que aquela espécie enfrenta e a forma como todos os açorianos podem contribuir para a salvar, dando a conhecer o percurso do Cagarro, desde o ninho, à procriação, passando pela sua vida em alto mar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Neste contexto, os formandos organizaram uma patrulha de salvamento de cagarros com o objetivo de mostrar o correto procedimento para salvar as aves perdidas e em perigo, culminando esta ação com a libertação destas aves em direção ao mar.

Foi precisamente o vídeo “O Cagarro” que saiu vencedor deste Concurso Nacional.

Este prémio é mais um reconhecimento do bom trabalho desenvolvido pela Escola Profissional da Ilha de São Jorge que, para além da missão principal de formação de jovens quadros técnicos, definiu uma nova missão na vertente da formação de adultos ativos e desempregados da Ilha de São Jorge.

Desde 1996, a Escola Profissional de São Jorge formou e certificou 714 jovens oriundos de várias ilhas, mas também oriundos de Portugal continental, Cabo Verde, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, tendo os mesmos melhorado não apenas o seu nível de escolaridade, mas sobretudo adquirido novas competências de empregabilidade.

Só a título de exemplo, dos finalistas do ano letivo transato 92% encontram-se inseridos no mercado de trabalho regional e destes 91,4% em empregos relacionados com a área de formação que concluíram naquela instituição de ensino.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo primeiro prémio conquistado pela turma do segundo ano do Curso Técnico de Turismo – Nível IV da Escola Profissional da Ilha de São Jorge no Concurso Nacional de Curtas Metragens sobre o Mar – o CURTMar.

Deste voto deve ser dado conhecimento à turma premiada e ao professor responsável pelo projeto, à Direção da Escola Profissional de São Jorge, ao Conselho Executivo da Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, à Casa do Parque de São Jorge e às Câmaras e Assembleias Municipais das Velas e da Calheta.

Os Deputados: *Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado André Bradford (PS): Ah! Desse o senhor já gosta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também gostámos do de ontem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado refere-se à conquista do título de campeão mundial de ornitologia por Emanuel Medeiros. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pela conquista do título de campeão mundial de Ornitologia por Emanuel Medeiros

É povoacense, chama-se Emanuel Medeiros e é o novo Campeão do Mundo de Ornitologia.

As provas de ornitologia consistem na criação e exposição de aves selecionadas, reproduzidas em cativeiro que, em competição, são sujeitas a votação por um júri altamente especializado.

Emanuel Medeiros é Natural do Concelho da Povoação, filho de Júlio e Graça Medeiros e conquistou recentemente o título de Campeão do Mundo, no 64º Campeonato Mundial de Ornitologia, que se realizou no passado mês de janeiro, na Exponor, em Matosinhos. Fê-lo numa competição onde estiveram reunidos alguns dos melhores criadores de aves do planeta, competindo com cerca de 23 mil aves.

O jovem Povoacense já participou por múltiplas vezes em campeonatos de ilha, interilhas, inter-arquipélagos, nacionais e internacionais, contando já com um palmarés diversificado. Num Campeonato de ilha, em 2013, levou 22 aves a concurso e obteve 21 prémios, tendo conseguido inclusivamente obter o título de “BEST IN SHOW”, atribuído às melhores aves de cada classe. Nesse mesmo ano viria a ter duas aves premiadas com o título nacional, em Guimarães, no 68º Campeonato nacional de Ornitologia.

Em 2014, participou no campeonato interilhas realizado na Ribeira Grande, onde obteve a maioria dos prémios nas classes onde participou e, mais uma vez, teve uma ave sua considerada como “BEST IN SHOW”. Um mês depois participou no 69º Campeonato Ornitológico Nacional, em Torres Vedras, e tornou-se uma vez mais Campeão e Vice-campeão de Portugal.

Emanuel Medeiros faz criação de aves conhecidas como ‘Love Birds’, originárias do continente Africano, das quais existem 9 espécies, cada uma com as suas características.

Atualmente tem cerca de 70 aves, mas já chegou a ter mais de 120.

Aqueles que o conhecem sabem que é um apaixonado pela sua arte e demonstra um grande conhecimento nesta área, sendo cada vez mais reconhecido na Região, a nível nacional e internacional.

Emanuel Medeiros partilhou este título também com os Povoacenses, como forma de incentivar os jovens para que se empenhem em tudo aquilo que façam. “Todos podemos chegar mais longe, basta acreditar”, realçou o jovem de 33 anos, professor de formação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: (Obrigada!)

A um jornal da sua terra, Emanuel Medeiros não escondeu a sua felicidade, afirmando sentir-se “feliz por ter trazido este título para São Miguel e para os Açores”, acrescentando que “muitos dos criadores do mundo estão agora no mapa a procurar onde fica São Miguel”.

Emanuel Medeiros tem esta paixão pelas aves desde os seus 15 anos de idade e – pelo percurso que tem evidenciado e pela vontade que demonstra – estamos certos de que conseguirá ainda mais conquistas, quer para si, quer para a Região.

Emanuel Medeiros é um exemplo de que quando gostamos de algo, quando temos força de vontade e capacidade de empreendedorismo, viver nos Açores

não é impeditivo de ombrear com os melhores do mundo; muito pelo contrário: pode até ser uma vantagem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo título de Campeão Mundial de Ornitologia obtido por Emanuel Medeiros, que se constitui como um exemplo Açoriano de determinação e dedicação aquela que a sua atividade de eleição, a ornitologia”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio, à Câmara Municipal da Povoação, à Associação de Avicultores de S. Miguel, ao Laboratório de Ornitologia dos Açores e à delegação regional da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

Horta, sala das sessões, 18 fevereiro de 2016

Os Deputados: *Benilde Oliveira, Berto Messias, Nuno Meneses, Cecília Pavão, Catarina Moniz Furtado, Ricardo Cabral e Renata Correia Botelho*

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):
Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação ao Presidente da República eleito. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado André Bradford (PS): Não se pode apresentar um voto de congratulação pelo Orçamento de Estado, mas pela eleição do Presidente da República já se pode!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Realmente!

Deputado André Bradford (PS): E agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão? Vai ter que votar a favor! Que chatice!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Saudação

Ao Presidente da República eleito

O Texto Constitucional estabelece no seu artigo 120º que o Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas, além de, por inerência, ser o Comandante Supremo das Forças Armadas.

A eleição do mais alto magistrado da Nação é por isso um momento de relevante significado na nossa democracia, enquanto expressão direta e suprema da vontade do povo, detentor último do poder político.

Deputado André Bradford (PS): Nas legislativas é a mesma coisa!

O Orador: Dia 24 de janeiro, pela nona vez em democracia, os portugueses foram convocados para escolherem em sufrágio direto e universal o novo Presidente da República.

Com absoluto civismo e normalidade democrática, o país manifestou inequivocamente a sua confiança ao Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Na nossa Região Autónoma, o Presidente eleito venceu em todas as mesas de voto, freguesias, concelhos e ilhas, o que aconteceu pela primeira vez. Cremos que a esse facto não será alheio o elevado grau de simpatia que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa suscita à roda do país e no caso vertente as suas frequentes visitas aos Açores. Tal facto, aliás, concentra no agora Presidente da República eleito a justificada expectativa de, no exercício do cargo em que em breve será investido, além de ser Presidente de todos os portugueses, interpretar superiormente as justas aspirações dos açorianos, consagradas no Texto Constitucional e no nosso Estatuto Político- Administrativo.

Essas são, portanto, razões que o PSD entende serem justificativas para o povo dos Açores, através do seu órgão representativo, que é o Parlamento, saudar o Presidente da República eleito, formulando votos para que, efetivamente, no decurso do seu mandato, se constitua no garante das autonomias constitucionais e promova o aprofundamento das relações institucionais com os órgãos de Governo próprio dos Açores nessa medida, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar dos açorianos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2016

Os Deputados: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Joaquim Machado, Luís Garcia, Humberto Melo e Bruno Belo*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai pagar a dívida à Maria de Belém, vai?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

No passado dia 24 de janeiro, o povo falou, o povo escolheu e foi eleito o novo Presidente da República,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e por isso, a partir do dia 25 de janeiro, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa é o Presidente da República de todos os portugueses.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar, naturalmente respeita esse resultado e saúda o Sr. Presidente da República eleito, reafirmando a total disponibilidade para trabalhar com o Sr. Presidente da República eleito, a favor dos Açores e dos açorianos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: E aqui estaremos, este grupo parlamentar, e posso também falar em nome do Partido Socialista dos Açores, para trabalhar e para garantir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode! Acho que não pode!

O Orador: ... que o Sr. Presidente da República eleito nunca se esqueça que Portugal é um Estado unitário regional, tal como diz a nossa Constituição, ou seja, é um Estado unitário com regiões autónomas, com especificidades muito próprias que devem ser entendidas e que devem ser protegidas, em primeira instância, pela nossa Constituição, cujo principal zelador é precisamente o Sr. Presidente da República.

E é por isso que o Partido Socialista aprovará e votará favoravelmente este voto de saudação, saudando também o Sr. Presidente da República eleito.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Que chatice! Desta vez quem ganhou as eleições é que vai mesmo ser investido!

Deputada Graça Silva (PS): Chama-se Democracia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora para...

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Este voto de saudação que acabamos de apresentar ao Sr. Presidente da República eleito, apesar de, nos momentos iniciais da sua leitura, ter suscitado alguns embaraços na bancada do Partido Socialista, nomeadamente no porta-voz para as questões eleitorais, Sr. Deputado André Bradford, registamos,

todavia, e com agrado, o sentido institucional que o Partido Socialista revelou através do seu voto, provavelmente contrariando o Sr. Deputado André Bradford, que não terá tido a coragem para expressar no voto aquilo que lhe ia na alma e que o levou a pronunciar os apartes que fez.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas este voto é um voto que devia congrega a vontade e a saudação inequívoca de todos os representantes do povo dos Açores para com o Presidente eleito, além de não se tratar de uma iniciativa inédita. Eu lembro que, nomeadamente em 2006, Srs. Deputados do Partido Socialista, dois dos quais permanecem sentados naquela bancada, designadamente os Srs. Deputados Francisco Coelho e Lizuarte Machado, apresentaram um voto de saudação ao então Presidente eleito, Professor Aníbal Cavaco Silva. E, portanto, isto não tem nada de novo, nem tem os contornos políticos que os apartes do Sr. Deputado André Bradford quis insinuar.

Presidente: Sr. Deputado, já lhe permiti, mas tenho que adverti-lo que na declaração de voto não deve interpelar colegas da bancada!

O Orador: Queria, por fim, terminar esta declaração de voto, que é suscitada...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Calma, calma! Que nervosinho é esse!

Presidente: Sr. Deputado, para a declaração de voto, pode continuar.

O Orador: Eu tenho muito gosto em continuar, Sra. Presidente, mas há de convir que é necessário que estejam reunidas as condições para o fazer.

Presidente: Estão! Penso que estarão reunidas as condições!

(Pausa)

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu gostava de terminar esta declaração de voto,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Uma declaração de voto sobre os apartes do Deputado André Bradford!

O Orador: ... suscitada sobretudo pelo facto de esta saudação do Parlamento dos Açores não ter tido, não ter agregado a vontade e a expressão verdadeiramente de todo o povo açoriano, conforme no dia 24 de janeiro foi expresso nas urnas.

E termino esta declaração de voto...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Termine! Os meus apartes serão incluídos na sua declaração de voto!

O Orador: ... com a seguinte consideração. Quando o povo se pronuncia, devemos aceitar as derrotas sem rancor e festejar e celebrar as vitórias com humildade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu fui, em nome do Grupo Parlamentar, muito claro sobre a apreciação...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... que nós fazemos sobre este voto e pedi para fazer esta declaração de voto apenas para registar com lamento que o Sr. Deputado Joaquim Machado não tenha resistido àquele que costuma ser...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem não resistiu foi o Sr. Deputado André Bradford quando eu apresentei!

O Orador: ... o seu perfil e o seu registo político em estragar o voto que ele próprio apresentou, usando esse voto para atingir um deputado do Partido Socialista e, dessa forma, ter sido ele próprio o primeiro a desrespeitar tão importante momento como é a eleição...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... do Presidente da República do nosso país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com a apresentação dos votos.

Entramos agora nos de protesto. O primeiro é do CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Taxa municipal turística de Lisboa é extorsão aos Açorianos

Em Agosto de 2014, o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem é? Quem é?

O Orador: ... António Costa (atual Primeiro-ministro do Governo de Portugal),...

Deputado Berto Messias (PS): Mais um ressabiamento! As nódoas negras tornam-nos mais fortes!

O Orador: ... anunciou que iria passar a cobrar taxas a todos os cidadãos desembarcados no Aeroporto...

(Pausa)

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, parece-me que estamos aqui a ultrapassar limites que não deveríamos fazer! O Sr. Deputado está na tribuna a tentar ler o seu voto! Portanto, peço o favor a todos que respeitem este momento.

Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar.

O Orador: ... ou no Porto de Lisboa, bem como a todos aqueles que tivessem a necessidade de recorrer aos serviços da hotelaria na Capital do País.

Quando anunciou esta nova fonte de receita, António Costa pintou-a de cor-de-rosa. Só os passageiros dos voos oriundos do estrangeiro pagariam um euro por cada desembarque no Aeroporto e no Porto de Lisboa e a taxa municipal turística não se aplicaria aos clientes nacionais que procurassem os serviços de hotelaria (condição também essa garantida pelo PS Açores).

Porém, cedo a Comissão Europeia considerou ilegal a aplicação da taxa municipal turística de António Costa, porque *“a legislação da UE proíbe a discriminação em razão da nacionalidade e às formas dissimuladas de discriminação, como por exemplo a residência fiscal, uma vez que são susceptíveis de afectar em maior grau os cidadãos da UE do que os nacionais e de os colocar numa situação particular de desvantagem”*.

Ora, para ultrapassar esta contrariedade europeia, em 2015, a ANA – Aeroportos de Portugal, através de um protocolo celebrado com a Autarquia, assumiu o pagamento da componente relativa à chegada por via aérea.

Na altura, fruto de um conjunto vasto de posições contrários que se levantaram entre os parceiros do setor e políticos, entre os quais o CDS-PP Açores, os Açorianos, porque não oriundos de um Aeroporto estrangeiro, ficaram isentos do pagamento dessa taxinha.

Também era o que mais faltava um doente, um empresário, um agricultor, um atleta, uma família, pagar mais um euro por cada vez que desembarcasse em Lisboa.

Entretanto, os socialistas dão com uma mão, mas tiram com a outra. A Câmara de Lisboa não está, ao contrário do que estava previsto, a cobrar a taxa municipal turística a quem chega à cidade por via aérea ou marítima, mas está a cobrar um euro por noite a quem dormir num hotel lisboeta.

Isto significa que, desde o passado dia 1 de Janeiro, todos os Açorianos que pernoitem em Lisboa estão a ser extorquidos por esta medida socialista, ideia implementada por António Costa, enquanto Presidente da Câmara de Lisboa e atual Primeiro-Ministro de Portugal.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não eleito!

O Orador: Os Açorianos estão a pagar um euro por noite, sendo tratados como turistas no seu próprio País, sempre que dormem em Lisboa: sejam estudantes, sejam empresários que vão fechar negócios, sejam agricultores que vão participar em feiras, sejam os atletas ou equipas açorianas que vão participar em competições a Lisboa.

Deputado André Bradford (PS): É para todos, Sr. Deputado!

O Orador: A Câmara Municipal de Lisboa, espera encaixar, em 2016, com esta absurda taxa criada por António Costa, mais de 15,7 milhões de euros, configurando um autêntico assalto ao bolso dos Açorianos que se desloquem a Lisboa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pela extorsão imposta por António Costa, enquanto Presidente da Câmara Municipal

de Lisboa, infligindo aos Açorianos que se desloquem a Lisboa e aí fiquem alojados, uma taxa de alojamento de um euro por pessoa e por noite, aumentando assim os custos associados às deslocações que os Açorianos tenham que fazer a Lisboa.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Assembleia da República, à Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, ao Turismo de Portugal, IP., e à Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

Os Deputados: *Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espinola*

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP, do Deputado do PPM e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta taxa municipal turística é mais um daqueles números de ilusionismo tão próprio do Governo Socialista, que está sempre pronto a apontar a austeridade aos outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, de forma dissimulada, enganadora, aplicam austeridade indiscriminadamente ao estilo do típico carteirista alfacinha.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei dessa expressão!

O Orador: Retiram o dinheiro da carteira dos açorianos, sejam eles ricos ou pobres, novos ou velhos, e até aqueles que não tenham carteira, basta somente que o açoriano caia em tentação de dormir numa cama da capital e já estão sendo vítimas da extorsão socialista.

Até aquelas pessoas que na vida nunca tiveram posses para fazer uma viagem turística, se têm um infortúnio de, por motivo de força maior, pernoitarem em Lisboa, são logo apelidados de turista à força...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e imediatamente extorquidos de uma taxa.

Ora, essa taxa de 1 euro diário, que pode ir até ao máximo de 7 euros, mesmo que o açoriano opte por um alojamento particular, que custe somente 10 euros, é taxado no valor de 10% (10% de austeridade!). Uma austeridade que não é meiga nem tem equidade: quando mais pobre é, mais paga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, isso não é verdade!

O Orador: Eu digo que os socialistas dão com uma mão, aliás, o Sr. Artur Lima, o Sr. Deputado disse que davam com uma mão e tiravam com a outra; eu digo que dão com uma mão e tiram com as duas, porque 10%!

Srs. Deputados, até há pouco tempo, sempre que os socialistas faziam ilusionismos com a austeridade acabavam o seu *show* puxando de uma cartola o culpado e era sempre um coelho branco que se chamava Passos; agora, o único coelho responsável e que está dentro da cartola já não é branco e não se chama Passos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PSD): Isso é racismo! O que é isto? Isto é inadmissível, Sra. Presidente. Isso exige um pedido de desculpas à Câmara!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra...

Deputado André Bradford (PS): Na minha terra isso chama-se racismo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (PS): Isso é racismo!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Um protesto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias pediu um protesto, eu não preciso que ele justifique, porque sei qual é o motivo pelo qual ele está a pedir a justificação que tem a ver com a parte final da intervenção do Sr. Deputado António Pedroso.

Portanto, parece-me que foi audível por todos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PSD): Que o coelho já não era branco!

Deputado José Ávila (PS): Isto é uma coisa muito séria!

Presidente: ... aquilo que foi proferido e por isso darei a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para o protesto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(Burburinho geral)

Presidente: Mas para que o Sr. Deputado Berto Messias possa proferir o seu protesto, eu peço a todos algum silêncio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que possa não! Foi explícito!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

O Orador: ... Sr. Deputado António Pedroso, com o respeito e a amizade que naturalmente tenho por si, eu depreendi das suas palavras, no fim da sua intervenção, um registo xenófobo e racista...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que exagero!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Rasgar as vestes da oposição!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! O Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra a fazer o seu protesto.

O Orador: Eu depreendi, do final da sua intervenção, um registo que roça a xenofobia e o racismo.

Sei bem quando se refere à cor do coelho anterior e do novo coelho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi claramente uma afirmação racista!

O Orador: Eu sei...

Agradecia que me ouvissem!

... que isso não é apanágio de V. Ex.^a. Eu sei que isso não é apanágio de V. Ex.^a e, se assim não é, agradeço-lhe que corrija essa referência que fez, há pouco, usando o contraprotesto a que tem direito.

Todos nós, nas nossas intervenções, usamos da ironia, todos nós, nas nossas intervenções, usamos da piada,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o caso agora! Só pode ser piada!

O Orador: ... todos nós, por vezes, nos excedemos. Sr. Deputado António Pedroso, se assim não foi, agradeço-lhe que corrija a sua afirmação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Pedroso, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Longe de mim estar aqui com acusações ou com expressões racistas. Não xenóforas, porque xenóforas é uma aversão aos estrangeiros e, neste caso, acho que nenhum, não estávamos a falar de nenhum estrangeiro.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não, não!

O Orador: De qualquer forma, é assim. Não sei por que é que posso ser acusado de racista por ter falado num coelho branco, quando normalmente nos espetáculos de ilusionismo são utilizados coelhos brancos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PSD): O senhor disse que já não era branco!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora sabe perfeitamente do que é que estava a falar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E o que eu disse foi que o coelho já não era branco, porque é cor-de-rosa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para o cabal esclarecimento desta situação... Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora, a interpretação dos senhores...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Para o cabal esclarecimento da situação, é preciso que também se possa ouvir o Sr. Deputado António Pedroso.

Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Mais uma vez repito que quando eu disse que o coelho já não era branco, poderia ser cor-de-rosa, seria a cor mais indicada neste caso,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Então o coelho já não era laranja!

O Orador: ... e as vossas interpretações podem ser as diversas.

Agora, eu afirmo e reafirmo que a minha intenção neste caso não foi racista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Berto

Messias (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar com as intervenções sobre este voto.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu apreciei, da parte do Sr. Deputado do PSD, a correção ou o esclarecimento...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... das suas declarações. É bom que assim seja, para que nunca fique no ar qualquer tipo de segunda intenção, que, a meu ver, não é merecedora de ser feita num Parlamento.

Vamos à substância, que é verdadeiramente aquilo que interessa.

Há duas matérias que devem ser analisadas...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E não há uma terceira?

O Orador: ... neste voto de protesto.

A primeira está relacionada concretamente com a taxa, e, a meu ver, a abordagem que é feita pelo CDS-PP e pelos restantes partidos não está bem enquadrada. A taxa estabelecida pela Câmara Municipal de Lisboa não é inédita.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não! É nas Furnas e em Lisboa! São os socialistas de Lisboa e os socialistas da Povoação!

O Orador: Não é inédita em Portugal, não é inédita na Europa.

Deputado Berto Messias (PS): Ouça! Se fosse a si, ouvia com atenção!

Deputado André Bradford (PS): E na Ribeira Grande!

O Orador: Sr. Deputado, eu lembro-lhe que não está num Plenário da JSD!

Ao nível das taxas municipais, eu gostaria de lembrar o seguinte às Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, a taxa que foi estabelecida pela Câmara Municipal de Lisboa é de 1 euro. Se formos a Itália, Veneza, Milão, Roma, a taxa estabelecida pelo Estado italiano, paga por todos aqueles que utilizam quer os aeroportos, quer as unidades hoteleiras é de 6 euros, para turistas e residentes.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Se forem a Nova Iorque, a taxa estabelecida por Nova Iorque é de 12 dólares.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E?

O Orador: Naturalmente se compreende que uma cidade que, desde que tem a gestão do Partido Socialista, passou a ter uma carga turística muito significativa...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... e que tornou a cidade de Lisboa uma das mais atrativas da Europa nessa matéria, que se faça repercutir...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é para rir!

O Orador: ... naqueles que a visitam uma taxa que permita à cidade fazer face às despesas que daí advêm.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: Este é o princípio que enforma o estabelecimento das taxas.

Em segundo lugar, a Câmara Municipal de Lisboa...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é a cor do coelho que vais tirar da cartola?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é preto!

O Orador: ... teve o cuidado ou não de atender às especificidades das suas Regiões Autónomas? Eu posso presenciar isso na primeira pessoa e nas pessoas de alguns dos meus colegas deputados, que nós nos dirigimos, no ano passado, à Câmara Municipal de Lisboa para reunir com o Sr. Presidente da Câmara no sentido em que ele tivesse a atenção aos residentes dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E agora?

O Orador: E a reunião que tivemos com o Sr. Presidente da Câmara permitiu corrigir os seguintes factos.

Os residentes das Regiões Autónomas passariam a estar isentos,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Passariam mas não estão!

O Orador: ... de uma forma ou de outra, da taxa de entrada nos aeroportos portugueses. Aconteceu. Está algum residente açoriano a pagar nos aeroportos portugueses por via da Câmara Municipal?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não!

O Orador: Não, não há.

Em segundo lugar, estabelecer um método em que os residentes nas Regiões Autónomas que tivessem que se deslocar a Lisboa, ao Município de Lisboa, em virtude de doença, e os seus acompanhantes, pudessem ter uma isenção. Está algum doente a pagar esta taxa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

O Orador: Se está, está indevidamente, pois o regulamento da Câmara Municipal de Lisboa que refere e que regulamenta esta matéria claramente

esclarece que nenhum doente nem nenhum acompanhante poderão pagar essa taxa.

Portanto, sobre esta matéria, nós estamos conversados.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Estarão os jovens abaixo dos 13 anos (13 anos inclusive) sujeitos a esta taxa municipal? Não estão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é a cor do coelho? Diz lá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Queres ver que é só o PSD que paga a taxa?

O Orador: Estarão os residentes, estarão os açorianos e as açorianas que se deslocam a Lisboa...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... por motivo de trabalho e que por isso tenham que lá permanecer mais do que 7 dias sujeito a uma taxa? Não, não estão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pagar 7 euros!

O Orador: E, para terminar, deixo duas perguntas às Sras. e aos Srs. Deputados, sobretudo da direita.

Que descaramento e como é que se sentem quando os senhores são responsáveis pelo aumento, o maior aumento da carga fiscal...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que os senhores mantêm, não baixaram!

O Orador: ... em Portugal vir criticar uma taxa criada pela Câmara de Lisboa. E, para terminar, Sra. Presidente, pergunto às Sras. e Srs. Deputados quanto é que custou a cada açoriano o custo de viajar para o continente português em virtude da taxa que os senhores estabelecem fruto da privatização da ANA, Aeroportos...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... para o continente português? Porque a taxa, Sras. e Srs. Deputados,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... que os açorianos estão sujeitos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas que é que isso tem a ver com o voto?

O Orador: ... fruto de Sérgio Monteiro e Pires de Lima da privatização da ANA...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é verdade, Paulo!

O Orador: ... é de cerca de 12 euros por cada uma das viagens para o continente. Doze euros por cada um dos açorianos.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A privatização que os senhores estabeleceram que fez com que essa taxa aumentasse 26% desde essa altura para agora,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: Cinco vezes o aumento!

Só para terminar, Sra. Presidente, cinco vezes o aumento dessa taxa.

E por último, eu pergunto ao CDS-PP e ao PSD, no Plenário da Câmara de Lisboa em que foi discutido este regulamento, se os partidos de que fazem parte e o PPM apresentaram alguma proposta de alteração que isentasse os residentes nos Açores de qualquer tipo de taxa?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A verdade é que os senhores sabem qual é a resposta para essa pergunta.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E qual é a cor do coelho?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cádio Almeida, pediu a palavra para?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a, Sr. Deputado?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ao aparte que o Sr. Francisco César referiu que disse que este não era o Plenário da JSD.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Eu devo dizer que, Sr. Deputado Francisco César, eu, na minha organização de juventude partidária, aprendi a respeitar os adversários, sabe? Talvez os senhores não aprenderam isso na vossa organização de juventude partidária e o senhor ao proferir essas declarações está a desmerecer a minha pessoa enquanto deputado, igual a si,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... eleito pelos açorianos, tal como o senhor, e foi para estar aqui presente e debater os interesses do povo açoriano.

E mais, Sr. Deputado, devo dizer que tenho muita honra em pertencer à Juventude Social-Democrata, tal como fui líder da JSD, e digo, Sr. Deputado, nós, na nossa juventude partidária, temos muita dignidade nas nossas intervenções políticas que fazemos no nosso dia-a-dia, talvez coisa que alguns

dos vossos deputados do Partido Socialista não devem ter naquilo que fazem aqui, envergonham muitas vezes o povo açoriano nesta Casa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Depois da cor do coelho?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Agora vais dizer qual é a cor do coelho!

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Deputado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(*Burburinho geral*)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o Partido Socialista e eu próprio sabemos que há matérias em que nós nos podemos exceder, e se o ofendi em alguma matéria sobre a questão sobre a forma como decorrem os Plenários na Juventude Social-Democrata, eu peço-lhe aqui, estou a pedir-lhe desculpa.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Olha a diferença! Olha a grande diferença!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: Peço-lhe desculpa e dou-lhe um conselho, ou, como diriam alguns dos meus colegas, uma sugestão. Quando se critica um adversário e se aponta um erro, convém que quando se aponta este erro não se cometa exatamente o mesmo erro de quando se acusa.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: O senhor para me criticar pelo meu erro cometeu o erro de dizer que algumas das minhas intervenções e dos meus colegas não dignificam este Parlamento nem os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Sr. Secretário é que disse isso no Parlamento Jovem o ano passado!

O Orador: Sobre esta matéria, eu vou relevar, porque percebo que foi no ímpeto das suas declarações, mas para o que importa, nesta Câmara,...

Presidente: Srs. Deputados!

(Burburinho geral)

O Orador: ... eu peço que registre as minhas desculpas.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Citou o Sr. Secretário da Educação!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é um exemplo para o Professor Avelino de Meneses! Parabéns!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para referenciar o desafio do Sr. Deputado Francisco César. Nós, nas últimas eleições para a Câmara de Lisboa, ficámos a duzentos e tal votos de eleger na Assembleia Municipal, portanto, não tivemos essa oportunidade, estivemos nos anos anteriores. Mas uma coisa eu lhe garanto, em 2017, quando entrar o novo grupo municipal do PPM, eu vou mandar, vou mandar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mandar!

O Orador: ... que se apresente uma proposta,...

Sim, mandar, sim. Mandar!

... mandar que se revogue este regulamento.

Em segundo lugar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu peço que me ouçam.

Deputado Francisco César (PS): Aquela senhora loira não é do PPM!

O Orador: Em segundo lugar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, acabámos, ontem, os nossos trabalhos desta forma e eu não vou permitir de forma alguma que os recomeçemos, hoje, da mesma maneira. Ou se calam ou eu vou interromper os trabalhos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu devo dizer o seguinte. Eu achei que este voto de protesto seria naturalmente aprovado por toda a Câmara, porque se há algo que afeta a RAA, a RAM, mas também muitas zonas do interior do país, é o centralismo de Lisboa, que é absolutamente inaceitável,...

Deputado André Bradford (PS): Penalizaria!

O Orador: ... porque a cidade de Lisboa beneficia e muito por ser a capital do país, com o que isso significa de concentração de serviços, com o que isso significa de poder de decisão. E, portanto, nesse sentido, se há uma cidade que não deveria adotar este tipo de procedimento é exatamente a capital do país, na medida em que os serviços, na medida em que muitos dos serviços que lá se encontram localizados são serviços que servem um conjunto do país. E, portanto, nesse sentido, o centralismo de Lisboa é, muitas vezes, quase sempre, extremamente prejudicial para o interior do país e para as Regiões Autónomas. Mas também vos quero dizer o seguinte. Para as Regiões Autónomas, e no caso dos Açores em particular, porque obviamente quem vive a 50, 100 km de Lisboa, vai à cidade, faz o que tem a fazer e a seguir volta e não tem que lá

dormir, mas em relação aos açorianos é inevitável. Não há forma de ir resolver os problemas e voltar no mesmo dia. E ao mesmo tempo também a frequência com que se pode ir à capital do país é completamente diferente do que quem vive no território continental.

Portanto, esta medida é uma medida que penaliza especificamente os açorianos e é absolutamente inaceitável. Tem que existir um conjunto de isenções total para a RAA. E, portanto, nesse sentido, eu acompanho este voto de protesto do CDS e considero que é da mais elementar justiça que toda a Câmara acompanhe este voto de protesto contra o centralismo de Lisboa e com o que ele significa e a penalização que significa para os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgo que há coisas que têm limites e há determinadas concepções e ideias que têm de saber que o ridículo deve balizar. E há uma linha que nós devemos ter cuidado quando ultrapassamos.

Sr. Deputado Francisco César, vou usar dois adjetivos que V. Ex.^a usou, nesta Casa, como sejam lata e descaramento, na sua intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Lata em aparte, descaramento em intervenção!

O Orador: O turismo em Lisboa aumentou, que eu saiba, não foi por nenhuma medida da Câmara Municipal de Lisboa, e, portanto, é preciso, no mínimo, descaramento vir associar aqui o aumento exponencial de turismo que se deveu a uma política de turismo feita pela Secretaria de Estado do Turismo, que foi extraordinária, quer em Lisboa, quer no Porto,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... quer no país na sua globalidade, se venha aqui colher furtos à Câmara Municipal de Lisboa.

Mas o Sr. Deputado usa isso para justificar a atribuição de uma taxa e depois vem justificar uma taxa, porque os outros também pagam, nós também temos que pagar. Esta é absolutamente uma justificação de defesa da autonomia. Porque os italianos pagam, nós temos que pagar, porque os americanos pagam, nós temos que pagar. Esquece-se, porém, o próprio Sr. Deputado diz que em Itália são 6 euros. É a taxa de entrada no país, não paga mais, paga uma única vez.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: Depois, no hotel, ao fim de 6 dias, já estamos a pagar 7 euros. O Sr. Deputado acha que é pouquinho para um açoriano. É uma medida socialista de António Costa que é pouquinho para um açoriano.

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Eu paguei!

O Orador: Depois, o Sr. Deputado, as suas justificações são absolutamente mal fundamentadas.

Em primeiro lugar, ninguém paga, que os açorianos não pagam taxa no aeroporto de Lisboa no desembarque, não pagam, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Pagam no Pires de Lima, 12 euros e 60!

O Orador: Ninguém paga taxa, hoje, nenhum turista paga taxa ao desembarcar em Lisboa, porque exatamente a Comissão Europeia considerou ilegal e porque a ANA se recusa a cobrá-la. Portanto, ninguém paga taxa turística, o que põe por terra o argumento do Sr. Deputado, ou seja, a taxa turística...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

... está suspensa, Sr. Deputado Francisco César. Como tal, o seu argumento não colhe e mais uma vez o senhor fundamenta mal a sua defesa de um imposto aos açorianos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... de um imposto, de uma taxa socialista imposta por António Costa,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): António Costa, não! Pelo PS! Seja rigoroso!

O Orador: ... Primeiro-Ministro de Portugal, aos açorianos que tenham que ir por qualquer motivo. E sim, senhor, a taxa turística não pagam, todos pagam a taxa hoteleira de 1 euro por dia até...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: ... 7 euros no máximo, Sr. Deputado, e isto é o que os senhores apoiam e os senhores são defensores da autonomia. Estamos conversados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se a defesa da autonomia que os senhores fazem é politiquice barata e de baixo nível, estamos conversados, não tenho mais nada a dizer.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado do PPM:
Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Com todo o respeito lhe digo, 7 euros está muito longe dos 12 euros e 60.

Deputado Berto Messias (PS): Como é que é politiquice barata e de baixo nível? Que é isso!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar!

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia e vinte.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Temos agora um voto de protesto do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O Governo da República, em nome de uma Escola exigente, de uma Escola inclusiva e de uma Escola de progresso, pôs fim aos exames do 4º e 6º ano da escolaridade obrigatória. Esta decisão política é uma boa notícia para o País.

Com os exames, nove em cada dez crianças que chumbam são oriundas de agregados familiares mais pobres. Basta atentar nesta realidade para perceber como este sistema introduz a selectividade na escola em vez da inclusão.

A introdução dos exames teve como pretexto o combate ao facilitismo e a promoção da exigência, para esconder os seus reais pressupostos, ou seja, o combate à escola pública e a selectividade social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Mas, na realidade, o facilitismo está neste sistema de exames. Pois este sistema é mais limitado, mais barato e mais fácil de "avaliar" os alunos. Porquê? Porque não tem de se preocupar com o contexto social e económico

das crianças, com o nível de escolaridade das famílias ou com o acesso a apoios específicos de que as crianças possam necessitar.

Pelo contrário, o sistema de aferição agora instituído permite encontrar e corrigir as dificuldades das escolas, apurar falhas e erros nos currículos, nos programas e nas aprendizagens, introduzindo alterações para os melhorar. Simultaneamente, a avaliação é mantida, pois, desde logo, os/as alunos/as são avaliados pelos seus professores e a exigência dessa avaliação é potenciada através da aferição.

Uma Escola centrada nos exames tende a motivar os que têm melhores resultados e a abandonar ou a condenar os outros ao ensino profissional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Condenada?!

A Oradora: Uma Escola centrada nos exames promove - utilizando a linguagem estudantil - o discurso do "Só interessa o que sai nos exames ", ainda que o resto, aquilo que não "interessa", sejam disciplinas como História ou Ciências.

Era, por isso, urgente, pôr fim ao "facilitismo" de Nuno Crato, porque a política educativa do Governo PSD/CDS era contra as crianças, contra a Escola e contra o Progresso.

Neste contexto, é inexplicável a decisão tomada pelo Governo Regional dos Açores e pelo Senhor Secretário da Educação e Cultura, em não acompanhar - já, este ano lectivo - as alterações que o Governo do Partido Socialista promoveu, ao nível da República, no que a esta matéria diz respeito.

As alterações em marcha são bastante mais difíceis de implementar, na República do que nos Açores, quanto mais não seja, pelo número de alunos, professoras e escolas envolvidas. Daí que a justificação da 'estabilidade do ano escolar' não colha.

Não é perceptível qual a estabilidade de uma criança com nove anos, por exemplo, que em véspera de exame, para ela decisivo, entre em sofrimento, perca o apetite, tenha medo de ir para escola, isto é, entre em stress.

Nesta decisão errada do Governo Regional, o centro do sistema escolar deixou de ser a criança (o/a aluno/a) e passou a ser a burocracia e as concepções arcaicas, em matéria educativa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo Regional, pela manutenção das provas finais de Português e de Matemática, no 4º e 6º ano de escolaridade, no corrente ano lectivo.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento à Secretaria Regional da Educação e Cultura, a todas as Unidades Orgânicas que leccionam o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, às Organizações Sindicais do sector e às respectivas Associações de Pais e Encarregados de Educação.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Fevereiro de 2016

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda: *Zuraida Soares*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Ora bem, este voto que o Bloco de Esquerda agora aqui traz assenta numa decisão que o Governo Regional tomou na sequência da alteração legislativa

verificada a nível nacional e que, do nosso ponto de vista, é uma decisão cautelosa e sustentada. Passo a explicar.

O ano letivo 2015/2016 iniciou-se com uma determinada expectativa, a de que se realizariam provas nos 4.º, 6.º e 9.º anos, para os alunos do ensino básico. No início do segundo período, com as alterações que decorreram da mudança de Governo, naturalmente também houve alterações de política educativa, que fizeram com que se procedesse a uma alteração, mas essa alteração do Governo da República surge no início do 2.º período e, portanto, numa altura em que os pais, as famílias, os professores, as escolas estavam organizadas para que os procedimentos fossem de uma determinada forma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E na República?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de saudar o Orçamento de Estado!

A Oradora: E, portanto, o nosso entendimento é de que esta alteração é benéfica para o sistema educativo, a substituição dos exames finais pelas provas de aferição em anos distintos, no 2.º, no 8.º, e o término dos exames nacionais. Porém, perante esta decisão, o Governo Regional tinha várias possibilidades: adotar um sistema de avaliação diferenciado, coisa com a qual não podemos estar de acordo, porque, como se sabe, no passado, teve resultados menos positivos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos positivos!

A Oradora: ... e, portanto, o que faz sentido é seguir aquele que é o sistema educativo nacional e as decisões que este toma, uma vez que os nossos alunos, naturalmente, ao longo do seu percurso educativo, serão confrontados com os seus pares do continente e terão que prestar provas nas mesmas circunstâncias. E, portanto, faz sentido que eles também tenham essa possibilidade, desde cedo, de prestar as mesmas provas. O que acontece é que o Governo, podendo decidir de forma diferente ou podendo, como fez, decidir caminhar no mesmo sentido,

entendeu que o *timing* não era o *timing* adequado. E, portanto, esta decisão de alterar é uma decisão positiva,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vai votar a favor!

A Oradora: ... a altura em que ela surge, no início de um 2.º período, em que tudo está gizado para funcionar de uma determinada maneira, não faz sentido, criando, isso, sim,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma crítica aos camaradas da República!

A Oradora: ... Deputada Zuraída Soares, uma perturbação a todos, a toda a organização educativa: aos pais, que, naturalmente, e sobretudo quando queremos que os pais estejam envolvidos naquilo que é a prestação e o caminho, o trilhar de sucesso educativo dos seus filhos, não podemos ou não devemos impor-lhes a meio, no início de um 2.º período, uma alteração que é precipitada pela altura em que surge. Estaremos de acordo, mas não da forma que o foi, a meio do ano letivo, alterando as regras do jogo a meio do ano letivo. Por essa razão, o Governo Regional, e bem, entendeu que a região manteria provas finais, naturalmente não serão provas nacionais, porque elas não existirão, feitas ao nível de escola, nos anos que estavam antes estipulados e com os princípios que lhe deviam estar subjacentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande crítica ao Governo da República!

A Oradora: Este resguardo que o Governo Regional faz é um resguardo prudente, é um resguardo que põe em primeira instância os alunos, as suas famílias e o sistema educativo regional no limite e evita uma perturbação, essa, sim, uma verdadeira perturbação que isto introduziria por ser iniciado no meio de um ano escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem faz as provas?

A Oradora: Na verdade, eu julgo que o Governo Regional teve uma decisão sensata, que se baseia em algo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem faz as provas?

A Oradora: ... que nós devemos todos, independentemente das nossas convicções partidárias, acautelar, que é o facto da área da educação ser uma área que precisa, neste momento, mais de estabilidade do que propriamente...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é a negação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está-se a ver! É verdade!

A Oradora: ... do fulgor das convicções.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta decisão do Governo Regional é uma decisão sensata e que vai precisamente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... ao encontro do que a maioria...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade, mas estão a fazer precisamente o contrário!

A Oradora: ... da comunidade educativa pensa sobre esta matéria, manter o que estava, no início do ano letivo, traçado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Demagógica!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD entende que os exames dos 4.º e 6.º anos eram uma ferramenta e uma forma de medir os conhecimentos e de compreender as necessidades de apoio dos alunos e de lhes assegurar esse mesmo apoio. Entendemos também que a inclusão deve ser feita com base na disponibilização de recursos que permitam aos alunos ultrapassar as suas dificuldades e prosseguir com sucesso os seus estudos e não com base em políticas de facilitismo, contrárias ao mérito e à excelência que defendemos e desejamos para os nossos alunos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim Judite!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: A Sra. Deputada Zuraida Soares tem, aqui no seu voto, uma afirmação que nos parece muito grave que é quando diz que “uma escola centrada nos exames tende a motivar os que têm melhores resultados e a abandonar ou a condenar os outros ao ensino profissional”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tal e qual!

A Oradora: Nós consideramos isto muito grave,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Gravíssimo!

A Oradora: ... porque para nós o ensino profissional não é uma condenação, nem é um ensino menor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O ensino profissional é uma opção que os alunos têm quando não pretendem enveredar pelo ensino superior...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e sabemos que muitos dos nossos alunos não pretendem isso e mesmo que pretendam, mais tarde, podem vir a fazê-lo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mais tarde!

A Oradora: Portanto, não consideramos que isto seja uma condenação.

O Governo da República alterou as regras a meio do jogo, sem que houvesse no programa do Partido Socialista qualquer indicação nesse sentido. O Partido Socialista fê-lo por pressão dos seus parceiros de coligação, o PCP e o Bloco de Esquerda, ou seja, é a geringonça a funcionar no seu melhor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O Governo Regional resolveu não alterar as regras no corrente ano letivo e manter as provas finais de português e matemática nos 4.º e 6.º anos. Estamos de acordo, porque consideramos a necessidade de manter a estabilidade e a coerência ao longo do ano letivo. E estas por si só são razões para votar contra o voto de protesto agora apresentado pelo Bloco de Esquerda. No entanto, não podemos deixar de dizer que, apesar de concordarmos com a medida anunciada pelo Governo Regional, estamos preocupados, e estamos preocupados porque o Governo Regional anuncia que não vai fazer qualquer alteração neste ano letivo, mas não dá qualquer indicação para o futuro.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para o ano não há!

A Oradora: Ou seja, neste momento, só se sabe é que este ano se mantém tudo igual, mas estamos a meio do ano letivo e no próximo ano como é que vai ser.

Portanto, o que nós queremos, neste momento, é saber quais são as políticas do Governo para o próximo ano letivo no que a este caso diz respeito. Se vai manter a mesma errância e experimentalismo que se tem verificado ao longo dos tempos, se não sabe o que é que vai fazer ou se receia, porque não nos

podemos esquecer que este é um ano eleitoral, o impacto que qualquer das suas medidas possa ter,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... se receia manter a mesma atitude que o Governo da República e, portanto, privilegiar o facilitismo, ou se receia ter uma atitude contrária e com isso poder não obter os mesmos resultados eleitorais. É isto que desejamos que o Partido Socialista e que o Governo definam de uma vez por todas, qual vai ser o futuro dos alunos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora...

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Secretária.

(* **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para perguntar à Sra. Presidente se posso responder às questões colocadas...

Deputada Judite Parreira (PSD): A Sra. Secretária sabe perfeitamente que não e o Governo Regional terá oportunidade de o fazer sempre que o entender!

A Oradora: ... pela Sra. Deputada Judite Parreira ao Governo Regional.

Obrigada.

Presidente: Sra. Secretária, o Governo não pode intervir no debate dos votos. Como tal, não poderá também responder às questões que foram solicitadas.

Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, é para perguntar a V. Ex.^a se, da parte do nosso Estatuto Político-Administrativo ou do nosso Regimento, há algum constrangimento ao Governo Regional para já não ter feito publicar uma portaria ou um despacho que definisse essas matérias para o futuro.

Presidente: Sr. Deputado, eu vou considerar a sua pergunta retórica, naturalmente, porque, como percebe, não me compete a mim fazer nenhum tipo de avaliação e responder-lhe a uma questão que me parece até extemporânea sobre aquilo que estamos, aqui, hoje, a falar.

Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Inoportuna!

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito humildemente, Sra. Presidente, perguntar a V. Ex.^a se fez o mesmo juízo, isto é, se foi também uma retórica a intervenção da Sra. Secretária Regional.

Presidente: Oh, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu sei que respostas tenho que dar a cada uma das Sras. e Srs. Deputados ou a algum dos Membros do Governo.

A Sra. Secretária fez uma pergunta muito concreta sobre o ponto que estamos agora, aqui, a debater; a sua questão não tem a ver com o ponto que estamos, aqui, a debater, pergunta-me sobre uma portaria. Como deve calcular, e foi nesse sentido que respondi, não tenho forma de lhe responder, neste momento.

Penso que estamos esclarecidos, Sr. Deputado.

Já lhe respondi, Sr. Deputado.

O Orador: Sinceramente, Sra. Presidente, aceito a sua resposta, que não me satisfaz, todavia, porque fiz uma pergunta a V. Ex.^a sobre a intervenção da Sra. Secretária Regional, que, pelos anos que tem desta Casa,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não!

O Orador: ... tem a obrigação de conhecer o Regimento, e, conhecendo o Regimento, sabia que não podia intervir.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: Mas mesmo assim fez a pergunta a V. Ex.^a! E, portanto, foi tão retórica quanto a minha.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: Se V. Ex.^a não a quer classificar, eu aceito, mas fica o registo. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, também como bem sabe, não me compete a mim intervir naquilo que as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo dizem nas suas intervenções ou nas suas perguntas. Não me compete a mim fazer esse tipo de avaliação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas fez à minha!

Presidente: À sua pergunta em concreto é que fiz, porque efetivamente não é uma pergunta que caiba à Mesa, no âmbito da organização dos trabalhos, responder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fiz uma pergunta sobre o Regimento!

Presidente: E foi por isso que lhe respondi da maneira como respondi.

Estamos esclarecidos sobre esta matéria. Vamos continuar o debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente este voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

E, entretanto, gostaria de tecer aqui algumas considerações, dizendo, desde logo, que concordo com os argumentos e os considerandos do voto e aduzir ainda o seguinte e relativamente ao argumento utilizado pela bancada do Partido Socialista. E se o argumento da bancada do PS Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiada pelo PCP! É uma proposta do PCP!

O Orador: ... que foi utilizado para defender a decisão tomada pelo Governo Regional relativamente aos exames, é válido aqui para a região, seria igualmente válido para o território continental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Bom raciocínio!

O Orador: E, portanto, não nos parece ou não me parece que esta decisão de manutenção dos exames na região introduzisse mais ou menos perturbação nos nossos alunos do que aquela que eventualmente poderá ter sido introduzida nos alunos do território continental. Mas ainda assim, independentemente de alguma perturbação nas expectativas com que se iniciou o ano letivo pudessem ter sido defraudadas, a decisão de acabar com os exames vale e sobrepõe-se a essas perturbações que eventualmente possam ter sido introduzidas no sistema educativo nacional e que poderiam ter sido introduzidas no sistema educativo regional.

Por outro lado, e não colocando em causa a decisão do Governo Regional nas matérias da educação, e, portanto, optando pela manutenção dos exames na região, a verdade é que esta decisão não depende de nenhuma especificidade própria da região, o que me leva a concluir que o Partido Socialista, designadamente a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia, subscreve uma determinada filosofia educativa relativamente à avaliação dos alunos, o que isto efetivamente significa, Sra. Deputada, não é evitar perturbações no sistema educativo regional, o que isto efetivamente significa, Sra. Deputada e Srs. Deputados, é que o Partido Socialista nos Açores, o Governo do Partido Socialista nos Açores é favorável à realização de exames. Esse é que é o significado da decisão.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não é nada disso!

O Orador: Ainda por cima, deixando os alunos, nos Açores, eu não diria que eles estão a ser discriminados negativamente, mas deixa os alunos, nos Açores, sobre a pressão de dois momentos ou de um momento de avaliação que vale o que vale. E, como nós sabemos, vale muito pouco ou nada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de 1 minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, eu não concordo com a argumentação que a Sra. Deputada desenvolve,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja bem que até concorda! Eu sei que concorda!

O Orador: ... mas concordo que não se realizem estas provas, e vou explicar porquê.

Depois de 19 anos de oposição ao Partido Socialista, nós temos que ler nas entrelinhas. Veja bem. Vamos manter as provas, mas não vamos ter nenhum sistema de aferição, e eu termino Sra. Presidente, a nível nacional. Ou seja, nós não vamos comparar os nossos resultados com resultados que vão ser feitos lá fora, porque os nossos resultados, porque nós não vamos fazer as provas de aferição que vão ser feitas a nível nacional. E, por sua vez, as provas nacionais que vamos fazer não são feitas lá fora. Portanto, não há uma forma de comparar os resultados. Isto é voltar aos velhos tempos do Álamo Meneses que, para justificar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E Cláudia Cardoso!

O Orador: ... a regionalização, dizia, “Vamos fazer provas próprias”, porque assim não tinha que comparar com as provas nacionais. Quando começámos a comparar, foi o desastre, apercebemo-nos do desastre.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Já termino.

Portanto, isto é o primeiro argumento: não podemos aferir o nosso sistema com o sistema nacional. Ponto número 1.

E o ponto número 2 é quem é que faz as provas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora bem! Responda lá! Quem é que faz as provas?

O Orador: Porque a questão é esta. Meus senhores, como está a decorrer o ProSucesso, ao Governo Regional importa, e muito, e termino, Sra. Presidente, que isto é mesmo importante, dizer assim: “Este programa ProSucesso é um sucesso, e, portanto, precisa de demonstrar que os resultados melhoraram”, ainda por cima em ano de eleições.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Grande raciocínio! As voltas que isto já deu!

O Orador: E eu estou absolutamente desconfiado, e tenho muitas razões para desconfiar, que estas provas ou vão ser feitas com um grau de complexidade muito inferior às anteriores provas nacionais e que este Governo Regional vai ter a preocupação de comparar os resultados e depois dizer, “Melhorámos! Melhorámos, meus senhores!”.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, meus senhores, eu acho que é por aí que os senhores querem seguir, é esse o vosso caminho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para falsificar resultados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, pediu a palavra para? Para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Queria que me informasse qual é o tempo que o CDS ainda tem para este debate.

Presidente: O CDS já esgotou o seu tempo, por isso já não pode intervir.

E, por último, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, há uma nova geringonça, há uma geringonça entre o PS e o PSD. Reparem bem, Sras. e Srs. Deputados, na geringonça: o PS não concorda com os exames, mas mantém-nos,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não mantém nada!

A Orador: ... o PSD não concorda com os exames e quer que eles continuem, mas, no fim, estão todos contra o voto de protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Convictamente!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

A Oradora: Isto é que é a verdadeira geringonça! Não é outra.

Mas vamos ao assunto do voto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Sra. Presidente, eu não vou gritar! A sério!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Explique outra vez, porque não percebeu!

A Oradora: Pondo de lado a questão da autonomia do nosso sistema regional de educação, que não está de maneira nenhuma posta em causa, o problema é saber se a decisão do Partido Socialista e do Governo da República, na República, está certa ou está errada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Errada!

A Oradora: Esta é que é a verdadeira questão e é essa a questão que levanta o voto de protesto do Bloco de Esquerda.

Ora, não é uma questão de *timing*,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): É, é!

A Oradora: ... ao contrário do que aqui foi dito, Sras. e Srs. Deputados, não é o *timing* que está em questão, é a medida, é a decisão:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: ... acabamos ou não acabamos com os exames nestes anos letivos e porquê. Esta é que é a questão.

Ora bem. Então, das duas uma. Diz o Partido Socialista Açores e o Governo Regional que não mudam, este ano, aquilo que está em curso, ou seja, não acaba já durante este ano letivo com os exames em nome da estabilidade, em nome da exigência e em nome do rigor, e eu interrogo-me se isto será verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande crítica à República!

A Oradora: É que a mim parece-me muito mais que o Governo e o Partido Socialista mantêm os exames este ano, porque é ano de eleições...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falsificar os resultados!

A Orador:... e haveria, certamente, reações menos positivas, aliás, como aconteceu na República, a que o Partido Socialista não quer abrir a porta. E, portanto, aí está de acordo com o PSD, no que está a correr bem não se mexe.

Depois, a estabilidade de que algumas das Sras. e Srs. Deputados aqui falaram, bem, a estabilidade, só se for a estabilidade dos serviços e da burocracia, porque não é seguramente a estabilidade das crianças. As crianças aquilo que sofrem é uma profunda instabilidade, não é estabilidade nenhuma. Portanto, vamos lá a ver a que estabilidade é que nós nos estamos a referir.

Depois, sobre o rigor, e exigência e tudo isto que os exames implicam. Sras. e Srs. Deputados, isto só nos pode fazer rir, porque, se os exames, este ano, permanecem em nome do rigor e da exigência e para o ano acabam em nome do rigor e da exigência, Sras. e Srs. Deputados, afinal, onde é que fica o rigor e a exigência? Ou o Governo Regional e o Partido Socialista querem dizer que este ano há rigor e exigência porque os exames se mantêm e para o ano, como vão acabar, já não há rigor nem exigência nenhuma?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É mais ou menos isso!

A Oradora: Isto não bate a bota com a perdigota. E, portanto, a argumentação, exatamente porque parte de um pressuposto de geringonça, que é, os exames são bons ou são maus, ficam ali a meio caminho, que é para não incomodar ninguém, não conseguem ter uma decisão de coerência.

Depois, chamar também a atenção para uma coisa muito curiosa: exigência, rigor, facilitismo, como dizia a Sra. Deputada Judite Parreira, mas nós não passamos a vida a dizer aqui que esta é a geração mais qualificada de sempre do nosso país? Esta, a que emigra, esta, a que tem sucessos na investigação,...

Deputada Judite Parreira (PSD): E nos exames!

A Oradora: ... esta, que recebe prémios internacionais, esta geração, Sras. e Srs. Deputados, nunca fez um exame destes na vida! Eu fiz! Eu fiz e não faço parte da geração qualificada!

Portanto, os senhores, quando falam na geração qualificada, esquecem-se que é exatamente a geração que não faz estes exames.

Mais! Os senhores quando vêm para aqui digladiar argumentos com os PISA, o PISA, oh, Sras. e Srs. Deputados, o PISA existe exatamente nos países onde não há estes exames, nas Finlândias, nas Suécias, nas Dinamarcas,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): São países capitalistas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Na China, na Coreia do Norte!...

A Oradora: ... na Islândia. Sabem onde é que existe, dentro da OCDE, quais são os países que têm estes exames?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São os países do capital!

A Oradora: Portugal, até o Governo da República ter acabado, e bem, com eles, a Bélgica e os Estados Unidos. Ou seja, os países que representam e apresentam os melhores resultados em termos de educação, porque têm provas de aferição, mas não têm...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... exames, não precisam destes exames para nada e o facilitismo não é o contrário disto.

Portanto, a argumentação da direita e a argumentação do Partido Socialista são a verdadeira geringonça, porque, no fundo, não se muda nada e fica tudo na mesma.

Quanto à argumentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, subscrevo-a inteiramente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então encerrar os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos entrar na Agenda da Reunião.

(Pausa)

Enceramos os nossos trabalhos, ontem, à noite, no ponto 8 da Agenda: Projeto de Resolução n.º 147/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo PCP.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional, a quem dou a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O Governo Regional apoia este projeto de resolução da Representação Parlamentar do PCP, que aproveito para felicitar pela iniciativa, e considera que uma fiscalização marítima eficaz é essencial para os interesses do país e da Região Autónoma.

Portugal tem mais de 50% dos mares sob jurisdição da União Europeia e mais de 50% do mar português está aqui nos Açores.

Neste momento, como aqui já foi referido também, está em curso a apreciação, em sede de Nações Unidas, da proposta de extensão da Plataforma Continental de Portugal, e, portanto, uma fiscalização adequada do mar dos Açores é um imperativo para afirmarmos a soberania nacional sobre esta parcela do Atlântico e para projetar Portugal no cenário internacional como uma grande nação marítima.

Uma fiscalização adequada do mar dos Açores é também um imperativo para afirmar as competências que a Região Autónoma tem sobre esse mesmo mar e, em especial, as competências exclusivas que tem esta Assembleia Legislativa sobre conservação da natureza e biodiversidade marinha e também as competências exclusivas que a Região Autónoma tem sob gestão das pescas. São duas áreas em que a fiscalização é absolutamente essencial.

E neste contexto, como muito bem disse o Sr. Deputado Luís Garcia do PSD, o primeiro órgão da autonomia deve pronunciar-se e, nesse sentido, apoiamos esta proposta.

O segundo órgão da autonomia, o Governo Regional, também já tomou este ponto como seu nas relações com o Governo da República e com o novo Governo da República o tema já foi objeto de discussões entre o Sr. Presidente do Governo Regional e entre mim próprio, a Sra. Ministra do Mar e, em discussão informal, também com o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Comentando brevemente algumas das intervenções que aqui foram feitas, e posso dizer que concordo no essencial com o que disseram as Sras. Deputadas Graça Silveira do CDS-PP, Marta Couto do PS e Zuraida Soares do Bloco de Esquerda, comentando no caso da Sra. Deputada Zuraida Soares, que percebi que fica com um certo travo de frustração por este assunto vir periodicamente à

Assembleia Legislativa Regional e constatarmos que ainda não temos os meios suficientes por parte do Governo da República para cumprir plenamente o nosso desígnio de obtermos uma fiscalização eficaz do mar dos Açores. Eu suspeito que a dimensão da tarefa seja tal que, mesmo que consigamos duplicar ou ter algum sucesso nestas nossas iniciativas, sentiremos sempre um pouco essa insatisfação. Não devemos desmotivar-nos por isso e devemos registar também os progressos que formos conseguindo, parece-me mais ou menos incontornável que assim seja, mas entendo perfeitamente o que estava a dizer.

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, que não está cá agora, mas que não resisto a comentar dois aspetos.

Em primeiro lugar, a promoção da fiscalização do mar é um desígnio nacional e transpartidário, no meu entender. Contudo, como foram feitos alguns comentários sobre o que diferentes Governos da República fizeram em diferentes fases, posso dizer com alguma confiança, porque acompanhei de perto os dois Governos da República da era do então Primeiro-Ministro, José Sócrates, que poucos outros governos terão feito tanto pela economia do mar como esses dois governos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso não abona nada o seu currículo!

O Orador: E relembro só dois casos muito concretos, nos quais trabalhei de perto. O primeiro, a própria apresentação da proposta portuguesa de extensão da Plataforma Continental. Foi feita em 2009, depois de quatro anos de trabalho nessa frente, e depois, em 2007, durante a presidência portuguesa da União Europeia, foi fechado na nossa presidência a diretiva quadro da estratégia marinha que propõe monitorização do espaço atlântico, entre outras coisas, e constitui, hoje, o pilar ambiental da política marítima da Europa.

Só para citar dois, poderia ficar aqui a gastar os meus 25 minutos a referir vários outros aspetos, nos quais tive a honra e o privilégio de trabalhar.

Deixo só mais um aspeto também relevante para o CDS-PP e para o PSD que é o facto de alguns dos principais intervenientes nas definições políticas que foram nomeados nesse Governo Socialista da República foram promovidos no Governo PSD e CDS, a Secretária de Estado do Mar, por exemplo, e aos dois principais Diretores Gerais de Política Marítima e de Recursos Marinhos, que continuam, aliás, no Governo de António Costa nessas funções, estes dois Diretores Gerais. E, portanto, alguma coisa deverão ter feito bem feita para o Primeiro-Ministro Passos Coelho e a Ministra do Mar Assunção Cristas os terem mantido em funções.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso só dá nota que privilegiamos o mérito!

O Orador: Continuando, e para questões talvez um pouco mais pertinentes de substância, o Sr. Deputado Luís Garcia levantou várias questões que são, de facto, essenciais. A articulação entre entidades fiscalizadoras, as responsabilidades próprias que a Região Autónoma tem também na fiscalização do mar dos Açores, a importância de recorrermos a fundos europeus para capacitarmos melhor as nossas forças e a Inspeção Regional das Pescas em termos de equipamentos e, por fim, as questões de Santa Maria, que têm sido referidas como zonas e que carecem de uma fiscalização mais intensa.

Começando pela articulação entre entidades fiscalizadoras. Eu estou convencido que, neste momento, estamos próximos do ótimo teórico do que se consegue em termos de articulação. Essa articulação é feita de forma regular, existe uma reunião mensal entre as diferentes forças de fiscalização, chama-se Sistema Integrado de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca – SIFICAP, é a sigla – e constitui-se numa reunião mensal de todas as forças com responsabilidade de fiscalização, em que está presente a Inspeção Regional das Pescas, nas quais são programadas todas as intervenções que são feitas nessa altura. Claro que com a alteração de recursos humanos, mudanças de comando nos comandos regionais das forças é importante manter esse esforço, mas esse

esforço, queria garantir aos Srs. Deputados, está a ser feito e está a ser feito bem.

Em jeito de parêntesis, também gostaria de comentar que o apoio do Governo Regional a este projeto de resolução não tem, de forma alguma, nenhum tipo de crítica velada aos efetivos dos serviços do Estado, Forças Armadas e outras, que estão baseados na região e que, com meios relativamente exíguos para a missão que têm, fazem um excelente trabalho e têm uma excelente cooperação com as entidades regionais. Portanto, não se trata disso, trata-se de apoiar mais meios para estas pessoas que fazem um excelente trabalho.

A Região Autónoma tem também, como muito bem foi dito aqui, responsabilidades próprias em fiscalização. Descobri com surpresa, a semana passada, que a RAM não tem uma Inspeção Regional das Pescas, tem toda a fiscalização do mar feita apenas pelos serviços da República. Nós, aqui, temos uma Inspeção Regional das Pescas, tem dez inspetores, baseados em quatro ilhas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que os inspetores regionais fazem? Vão à vigia da baleia?

O Orador: ... e, olhando para os números de trabalho realizados nos últimos seis anos, tem havido um aumento consistente e gradual do número de missões anuais realizadas, tendo passado de cerca de 500 missões, em 2010, para um valor médio de 650 missões, nos anos entre 2013 e 2015 (650 missões em média anual), sendo que o número de inspeções realizadas em cada uma destas missões passou de um total de 1000 inspeções, em 2010, para cerca de 1500, em 2014.

O investimento em novas tecnologias é essencial, neste caso, uma Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia tem uma atenção especial à dimensão tecnológica e estamos a aguardar a operacionalização plena do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor estava em Bruxelas!

O Orador: ... que, como sabem, está atrasado em relação a outros fundos e causou, entre outras coisas, um atraso grande no pagamento do POSEI-Pescas, estamos a preparar-nos para investir numa série de novas tecnologias, que vão desde os *drones*, palavra que gera sempre sorrisos nas caras dos Srs. Deputados e em alguns colegas de Governo, nas câmaras de alta definição para vigilância e nas caixas azuis de monitorização eletrónica das pescas, o chamado MONICAP, queremos alargar para embarcações de dimensão inferior àquela que, hoje, é obrigatória.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Logo que esteja operacionalizado este instrumento financeiro, avançaremos com estas aquisições, que muita diferença farão para o aumento das capacidades da nossa Inspeção Regional de Pescas e para melhorar a eficiência do seu serviço, da sua capacidade inspetiva.

Em relação a Santa Maria, dá-se o caso que, em especial a ilha de Santa Maria, que tem a reserva das Formigas próxima, vai ser o local onde vamos instalar quatro das cinco câmaras de alta definição, que serão encomendadas numa primeira fase. Estarão instaladas duas nas Formigas, no farolim das Formigas, cobrindo dois setores dessa reserva natural, duas em terra, na ilha de Santa Maria, na Baixa da Maia e na Baixa da Pedrinha, e uma na ilha de São Jorge, na Fajã de Santo Cristo.

Queria também ressaltar outro aspeto que é importante.

Para além da fiscalização e de uma abordagem mais musculada, é essencial também um esforço que o Governo Regional tem estado a promover que é o de formação dos pescadores. Muitas das violações que afetam a atividade económica da pesca, nos Açores, não vêm, ao contrário do que possa parecer de algumas intervenções que aqui foram feitas, de frotas estrangeiras que delapidam bancos de pesca distantes, próxima da fronteira das 200 milhas da

nossa Zona Económica Exclusiva; grande parte da pressão vem de sobre pesca e pesca desregrada nas zonas próximas das ilhas e nos bancos mais próximos, porque, como sabem, a nossa frota pesqueira é essencialmente de pequena dimensão e não tem capacidade para ir para muito longe e concentra a sua atividade, também por razões culturais, porque na Madeira passam 15 dias no mar facilmente para pescar espada preto,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que será que não tem essa capacidade?

O Orador: ... concentram essa atividade junto da costa e das ilhas. E, portanto, uma abordagem pedagógica e não só policial é absolutamente essencial para garantir a sustentabilidade das pescas e é nesse sentido que o Governo Regional tem apostado na formação de pescadores e intensificado o investimento nessa área.

Tendo dito isto, a fiscalização é, de facto, fundamental e também é fundamental que, uma vez feito um auto, sejam aplicadas verdadeiramente coimas que sejam dissuasoras e, quando necessário, no caso de infratores reincidentes, a perda das artes durante um determinado período. Santa Maria é um caso em que, o ano passado, um pescador em concreto perdeu a sua arte, no caso era redes de emalhar, já no espírito de aplicar sanções mais pesadas a quem tem múltiplas infrações do mesmo género e uma taxa de pesca ilegal demasiado elevada.

Por último, o Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM pergunta-me se eu tenho, hoje e no momento, os dados todos sobre quais são os meios navais e aéreos disponíveis na região. A resposta é sim e não. Os meios principais são, como sabe, normalmente uma unidade naval de maior porte, uma corveta ou patrulha oceânico, que está cá normalmente numa comissão de três meses, temos semirrígidos em todas as ilhas do arquipélago, da Polícia Marítima, e depois, uma vez por mês, visita a região uma aeronave da Força Aérea, C-295, que é equipada especialmente para vigilância marítima (não é a aeronave que está normalmente nas Lajes) e que faz uma missão por mês em que patrulha à ZE,

com uma incidência especial entre as 100 e as 200 milhas, missões que são sempre programadas em conjunto e coordenadas pela Inspeção Regional das Pescas e que leva inspetores da Inspeção Regional das Pescas a bordo.

Para além disto, temos os meios terrestres que a GNR tem, que a Inspeção Regional das Pescas tem, que a Polícia Marítima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Defina o termo: patrulha não sei o quê?

O Orador: Não sei a que meios é que se referia. A resposta é a Inspeção Regional das Pescas, que é o ponto focal no referido SIFICAP, tem permanentemente uma ideia de qual é o dispositivo e troca de dados sobre o que se está a passar a cada momento.

Eu termino comentando brevemente também a questão que levantou o Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre o cenário de um possível mapa cor-de-rosa, uma outra grande desilusão nacional com pretensões muito elevados, à semelhança do que nos aconteceu no final do século XIX. Eu creio que há uma alteração grande no quadro internacional no estado em que o país está, e não tem a ver com na altura sermos uma monarquia e agora uma república. Dá-se o caso, neste momento, de nós estarmos integrados num dos blocos políticos mais influentes do mundo, que é a União Europeia, um bloco de 28 Estados-Membros, que, como disse, tem nesta nossa pretensão de alargamento da Plataforma Continental um enorme interesse em que fique em jurisdição comunitária.

Portanto, ao contrário do que se passou no final do século XIX, em que nos debatíamos com outras potências europeias, aqui temos aliados de peso.

Em segundo lugar, temos um quadro jurídico que é completamente diferente, em termos de direito internacional, e a base da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar é, hoje, a base que não tem, nos seus princípios, o uso efetivo, como no caso da partilha de África, como saberá que foi a base para o então mapa cor-de-rosa não ter sido aprovado.

E por último, dizer também que a metodologia que Portugal usou, que foi a mais abrangente possível em termos das nossas pretensões territoriais nos fundos submarinos, é uma que serve também os interesses de outros Estados, por ventura com mais peso do que nós na área internacional, e que também têm as suas propostas de extensão de plataformas continentais, neste momento. E portanto, o local onde será traçada a linha e finalmente aprovado baseia-se numa metodologia complexa que tem a ver com topografia e geologia do fundo submarino, e há mais do que uma metodologia que pode ser discutida e que, neste momento, outros países têm interesse em que essas metodologias sejam aprovadas.

Portanto, posso dizer que estou bastante otimista em relação às nossas pretensões serem plenamente satisfeitas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima já cá está para lhe dar exatamente a resposta, ao contrário de outros membros do Governo que continuam a não cá estar, apesar de terem matérias da sua matéria, o Sr. Deputado Artur Lima já cá está.

E devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que realmente o senhor conhece muito bem o Governo de Sócrates, que levou este país à bancarrota e à falência, porque V. Ex.^a era um dos colaboradores desse Governo que hipotecou Portugal,...

Deputado Berto Messias (PS): Era aí que o senhor queria chegar!

O Orador: ... faliu Portugal e levou à bancarrota e o senhor estava bem próximo do poder e, portanto, conhece muito bem isso.

Mas ainda bem que referiu o caça 295, em que Governo é que ele foi adquirido e por que é que não está cá, Sr. Secretário do Mar? Por que é que não está cá o

avião estacionado? É a pergunta que lhe faço. Tem mais um meio que não foi adquirido pelo Governo, que o senhor fez e que levou o país, que o senhor colaborava, que era um colaborador ou colaboracionista, se quiser,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que levava... levou o país à falência (levou o país à falência!), que o senhor era colaborador e, portanto, o C-295,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Houve tempos em que isso foi motivo de um protesto por parte do Deputado Clélio Meneses!

O Orador: ... quem é que o adquiriu, Sr. Secretário Regional?

E já agora, não é patrulha que se diz, Sr. Secretário Regional, é patrulhão. Os patrulhões, quem é que os mandou fazer? Os Estaleiros de Viana do Castelo, que os senhores faliram e deixaram falir, e o senhor também tem responsabilidade disto, que lá andava no Governo da República, Sr. Secretário. Quem é que pôs dois patrulhões cá?

E já agora, Sr. Secretário, mais uma perguntinha. Quanto aos inspetores regionais das pescas, que meios é que eles têm? Diga-nos lá. Que meios é que o senhor lhes dá para eles fazerem alguma fiscalização? Uns binóculos, à moda dos antigos vigias da baleia, Sr. Secretário? São esses meios que o senhor dá aos inspetores regionais? Uns binóculos de longo alcance que vêm substituir a antiga vigia da baleia? Mas olhe que esses eram eficazes e apontavam bem o cachalote e a baleia ao longe. Os seus inspetores, desconheço a eficácia deles.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Couto, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de corrigir algo que aqui, ontem, foi repetido em aparte e que achamos por bem esclarecer.

Quando aqui foi dito repetidamente que o Programa do Governo de António Costa não dizia nada a respeito da fiscalização do mar, eu gostaria de vos ler, das 14 páginas que o Programa de Governo de António Costa dedica exclusivamente ao mar, o seguinte parágrafo.

Após o introito, diz-se o seguinte: “Por outro lado, e em simultâneo, implica exercer a nossa autoridade relativamente aos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, assegurando uma fiscalização visível dos respetivos usos e ocupações. Para o efeito, o Governo irá: implementar um dispositivo de fiscalização e intervenção coerente que integre navios, aeronaves e modernos sistemas de vigilância, de modo a assegurar a observância da lei, da ordem e da segurança humana nos espaços sob soberania e jurisdição nacionais. Importa, nomeadamente, assegurar a vigilância da Zona Económica Exclusiva nos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Então afinal há referências!

A Oradora: ... para além das 100 milhas, de modo a evitar a captura abusiva de recursos piscícolas por parte de embarcações estrangeiras”.

Eu gostava muito, neste momento, de vos ler aquilo que dizem os Programas de Governo do XIX e XX Governos Constitucionais,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Luís Garcia, ouça com atenção!

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual Governo? O que os senhores derrubaram?

A Oradora: ... mas não posso, porque lá não está nada. Zero!

Deputado Berto Messias (PS): Ouça!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Das 4 páginas, conjuntamente dos dois Programas de Governo, 4 páginas em letras bem gordinhas,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Isto agora mede-se é às páginas!

A Oradora: ... em letras bem gordinhas, Sr. Deputado Luís Garcia, a única coisa que se diz a respeito de fiscalização marítima é zero, zero!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, isto demonstra muito bem que aquilo que foi dito repetidamente pelos Srs. Deputados da oposição a nível do Programa de Governo de António Costa é mentira. E também demonstra muito bem o que é que os Governos que os senhores conhecem muito bem, porque lá estava Pedro Passos Coelho e Assunção Cristas, tinham em mente em relação à fiscalização do nosso mar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Estas questões, para nós, a única coisa que relevam é para afirmar e para reforçar que esteja no Governo da República um Governo PSD/ CDS-PP, um Governo PSD ou um Governo PS, o PS Açores estará aqui para, todos os dias, defender os direitos marítimos que nos assistem.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação no sentido de solicitar o tempo disponível que resta à Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o PPM esgotou, ontem, o seu tempo no debate, como tal, não dispõe de tempo para o debate, agora.

Obrigada, Sr. Deputado.

Dou então, agora, a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Brito e Abreu*):

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já cá estou!

O Orador: ... eu sei que já cá está, o comentário que fiz não era uma crítica à sua pontualidade, é que havia um assunto que eu não referi na sua ausência que queria referir agora, porque me pareceu era uma atenção que estava a dar, não lhe estava a fazer reparo nenhum, como não me competiria. Portanto, peço desculpa e digo-lhe já qual era a atenção que estava a fazer.

Começo primeiro respondendo à questão do colaboracionismo da minha presença nos Governos Socialistas da República. Eu, como já tive a ocasião de dizer várias vezes, como sabe, não tive responsabilidades no Ministério das Finanças nem em nada relacionado com contas públicas, durante essa fase. Tive, com muita honra,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Onde é que esteve?

O Orador: ... em dois Governos Socialistas na República, em que trabalhei com várias pessoas que alguma coisa de bom devem ter feito, porque foram reconduzidas e promovidas, até a nível de Secretário de Estado, por uma Ministra do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Só prova que somos diferentes dos senhores!

O Orador: E, portanto, nesse domínio, assumo todas as minhas responsabilidades e, como disse, trabalhei com muita honra para os Governos em que estive e na área em que tive responsabilidades.

Segundo lugar, o comentário que não queria fazer na sua ausência teve a ver com, ontem, num aparte, em que falámos de submarinos, e pareceu ficar surpreendido com eu dizer-lhe que sim, que sim senhor, é importante a um país

como Portugal ter submarinos. A mim parece-me incontornável. A crítica que é dirigida não tem a ver com o país ter submarinos, tem a ver com a enorme trapalhada do processo de aquisição desses submarinos e com o facto do sistema judicial, na Alemanha, ter encontrado corruptores...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Encontraram! Pelo menos um encontraram!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem que o senhor falou nisso!

O Orador: ... e o sistema judicial português não ter encontrado corrompidos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Encontraram muitos! Pode não ter sido nos submarinos, mas encontraram!

O Orador: As críticas só têm a ver com isso e não com a necessidade de haver submarinos.

Portanto, concordo consigo quando me diz que é importante Portugal ter submarinos. Eu acho importante Portugal ter submarinos. Estamos em pleno acordo nessa fase.

Segundo ponto. Que meios tem a Inspeção Regional das Pescas?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Para começar, tem todos os meios que a República cá tem, porque as missões são feitas em conjunto. Tem as aeronaves, tem os meios navais e tem acesso aos meios eletrónicos, portanto, o sistema MONICAP, em que todas as embarcações com mais de 12 metros e, em breve, todas até aos 10 metros, queremos nós, são monitorizadas em tempo real, exceto ao fim de semana, em que, indeferido, à segunda-feira, se veem os movimentos efetuados durante o fim de semana. Estes meios são partilhados pelo Comando de Zona Marítima e pela Inspeção Regional das Pescas, que tem, sim, senhor, binóculos, que são importantes, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Binóculos! Para vigiar baleia!

O Orador: ... tem também diários de pesca eletrónicos.

São importantes, tem binóculos, tem carrinhas com radares, tem acesso ao diário eletrónico de pesca. Quando um pescador acaba de registar no seu diário eletrónico o material da captura, mesmo que o barco esteja no mar, é comunicado esse dado.

Portanto, tem vários meios e tem os meios adequados para efetuar a sua missão. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima. Dispõe de cerca de 2 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ainda bem que me dá oportunidade de esclarecer esse assunto e concorda comigo que o submarino é uma das armas mais dissuasoras que existe para a fiscalização.

O processo conturbado começa com um Primeiro-Ministro seu: António Manuel de Oliveira Guterres. Lembra-se?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Abreu): Não levei tantas fotocópias para casa!

O Orador: Colaborou com ele também ou não? Também colaborou. Quatro submarinos, eram quatro. O processo conturbado começa aí.

Mas, oh, Sr. Secretário, eu quero dizer-lhe uma coisa. Ao contrário do senhor, eu acredito na justiça portuguesa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e acredito, já foram feitas várias comissões de inquérito, o Ministério Público já investigou, e, pelos vistos, não encontrou corruptores, mas...

Deputado Francisco César (PS): Nem corruptivos!

O Orador: ... é porque se calhar não existiam, nem corrompidos nem corrupção nessa matéria, é porque se calhar não existiam, porque eu acho que o

Ministério Público depois investigou uma coisa chamada Operação Marquês e mandou um preso para Évora ou não?

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente!

Deputado Francisco César (PS): Nem foi acusado!

O Orador: Há outro noutra operação que não sei se é Furacão se como é que se chama que está fugido no Brasil.

Presidente: Sr. Deputado, não nos vamos desviar do assunto que se está aqui a discutir!

O Orador: Não estou, Sra. Presidente, estou a falar da justiça portuguesa, que aquele senhor não credita e, portanto,...

Presidente: Mas não é sobre este tema o projeto de resolução!

O Orador: O ex Primeiro-Ministro com quem o senhor trabalhou é que foi preso pela justiça portuguesa e acusado pela justiça portuguesa.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Esteve preso em Évora, Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe que acate a posição da Mesa.

O Orador: Oh, Sra. Presidente!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: O senhor pode parar o cronómetro, se faz favor?

Deputado Francisco César (PS): O homem ainda não foi acusado e o senhor já está a condenar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! A Mesa está cá para gerir os trabalhos, não se preocupem.

Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe que acate o meu pedido.

O Orador: Eu acato, Sra. Presidente, mas se me der oportunidade, se eu puder justificar a minha deriva além...

Presidente: Eu permiti-lhe uma certa deriva, mas penso que agora estamos a insistir num assunto que não está aqui a ser debatido.

O Orador: Eu peço-lhe imensa desculpa! Eu não quero discutir consigo, longe de mim, mas quem falou em corruptor e em processo judicial na justiça portuguesa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e alemã não fui eu, foi Sua Excelência o Sr. Secretário Fausto de Brito e Abreu.

Presidente: E o Sr. Deputado respondeu!

O Orador: Não, não, estava a responder, Sra. Presidente. Sra. Presidente, lamento, estava a responder e vou concluir a minha resposta. Eu não quero desobedecer à Mesa, agora, há uma coisa que é clara: a justiça portuguesa funciona e quem teve que prender, prendeu, e quem anda a monte anda a monte e não é nenhum, são todos seus velhos conhecidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional do Mar informou a Câmara que esta matéria, para além deste pronúncia do primeiro órgão da autonomia, também era uma preocupação do Governo e que, inclusivamente, nos contactos formais que o Sr. Presidente do Governo tinha feito com o Sr. Primeiro-Ministro e que os contactos que tinha feito formalmente também com a Sra. Ministra do Mar e informalmente, penso que com o Sr. Secretário de Estado da Defesa, e o que eu

lhe queria perguntar muito diretamente, Sr. Secretário, é que, independentemente do que está escrito, que a gente já percebeu que o que está escrito tem interpretações que tem, é que compromissos é que foram assumidos relativamente a esta matéria com a região, nesses contactos que o Sr. Presidente do Governo teve e que o Sr. Secretário Regional teve? E nomeadamente se os compromissos que havia relativamente a reforços de meios de investimentos que o anterior Governo, apesar de uma conjuntura difícil, é bom que se diga que alguma coisa foi feita nessa matéria, designadamente na aquisição de novos navios, na modernização de outros, havia inclusivamente um contrato assinado com a aquisição de quatro lanchas, um contrato de 25 milhões, à Dinamarca e que havia o compromisso assumido pelo anterior Ministro da Defesa, numa visita que fez aos Açores, que esses meios também serviriam para reforçar a fiscalização nos Açores, e, portanto, saber se esses compromissos foram garantidos e reassumidos pelo novo Governo da República.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, como calcula as primeiras reuniões que tivemos com os nossos pares do Governo da República efetuaram-se num contexto em que eles estão chegados à pasta, neste momento. Portanto, a Sra. Ministra do Mar não me garantiu absolutamente nada...

Deputado Luís Garcia (PSD): A Sra. Ministra do Mar não é bem assim! Ela conhece a pasta!

O Orador: ... nesta fase, a não ser que...

Deputado Luís Garcia (PSD): Portanto, não houve compromissos!

O Orador: ... concordava com a necessidade de investir mais na fiscalização do mar dos Açores e tentará, dentro do que for a possibilidade do Governo da República, investir e reforçar os meios de fiscalização.

Nesta fase não há um compromisso, a não ser de partilha do mesmo objetivo e, em breve, e logo que possível, uma definição de uma estratégia nesse sentido. Não há um compromisso concreto de seguir este ou aquele meio.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos esclarecidos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às cinco para as quatro.

Eram 15 horas e 39 minutos.

Eram 16 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme decidido em Conferência de Líderes vamos fazer aqui uma pequena alteração à ordem pela qual os pontos estão apresentados na Agenda.

Vamos entrar no debate dos pontos 12, 13, 14 e 15, nomeadamente os pedidos de urgência referentes à matéria de saúde.

Se ambas as urgências forem aprovadas os dois diplomas serão debatidos em conjunto tendo cada um dos Grupos e Representações Parlamentares, assim como o Governo, mais 10 minutos para debater as iniciativas em conjunto.

Para justificar a urgência, vou pedir ao Sr. Secretário Regional que justifique a urgência para depois poder ser votada referente ao ponto 12, nomeadamente **Anteproposta de Lei n.º 19/X – “Regime de responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade”**.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Governo gostaria de justificar este pedido de urgência com quatro razões que considera importantes aqui clarificar.

Em primeiro lugar, porque na sequência do entendimento que existiu entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria, existe uma necessidade de formalizar de alguma forma esse acordo e esse acordo obviamente tem que ser formalizado de acordo com a lei em vigor e de acordo com aquilo que são as nossas prerrogativas e por isso a apresentação destas duas propostas.

A segunda justificação é que nesta altura iremos entrar na fase do Orçamento de Estado e poderão haver aqui algumas questões decorrentes deste entendimento que possam ter que ser de alguma forma prevista em Orçamento de Estado e por isso será importante esta Assembleia demonstrar este entendimento para o Governo da República.

Em terceiro lugar, porque pretendemos obviamente resolver rapidamente uma questão que tem vindo, no fundo, a fustigar os açorianos que por algum motivo têm que se socorrer das unidades de saúde no Continente e que por episódios esporádicos, que muitas vezes nos chegam, veem esses cuidados de saúde dificultados ao nível dos hospitais nacionais.

Por isso é importante que todos nós possamos, no fundo, de uma forma rápida, resolver esta questão.

Para finalizar, é nosso entendimento que se trata de uma matéria relativamente consensual que unirá no nosso entender todos os partidos desta Casa na defesa deste interesse já de longa data dos açorianos, e por isso o pedido de urgência e dispensa de análise em comissão que é por nós sugerido. Parece-nos que será uma matéria por todos nós bem aceite.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Peço-lhe novamente Sr. Secretário Regional que justifique a urgência e dispensa de exame em Comissão da **Proposta de Decreto**

Legislativo Regional n.º 67/X – “Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade”.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este segundo diploma, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, vem na sequência do primeiro diploma que agora se aprovou a sua análise, e que, no fundo, pretende cumprir o pedido de urgência.

É exatamente nesse sentido, também com os pressupostos que foram acordados por parte do Governo Regional na negociação que teve com o Governo da República sobre esta matéria e garantir que os utentes do continente serão tratados na Região Autónoma dos Açores da mesma forma que os utentes dos Açores sejam tratados na Região no continente, ou seja, aquilo que pretendemos com este pedido de dispensa de análise em Comissão e debate de urgência é dar também um sinal de que da mesma forma que solicitamos e exigimos para os açorianos um tratamento no continente, na Região Autónoma nós garantiremos também esse tratamento dos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Presidente: Sr. Deputado Domingos Cunha, peço desculpa de o interromper.

Pergunto-lhe se está a inscrever-se para o debate da urgência?

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Peço desculpa.

Presidente: Neste momento o Sr. Secretário só justificou a urgência do segundo diploma.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Peço desculpa.

Presidente: Penso que não há inscrições também para a segunda urgência. Penso que podemos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, vou dar novamente a palavra ao Sr. Secretário Regional que poderá, numa única intervenção, fazer a apresentação, quer da Anteproposta, quer da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes dois diplomas são apresentados por nós a esta Casa, porque é nosso entendimento que o atual enquadramento político da Assembleia da República é extremamente favorável. Há já uma antiga pretensão dos açorianos de serem tratados de igual forma no continente quando por necessidade e por questões de saúde se tenham que lá dirigir para lhe serem prestados cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde.

Por isso, esta apresentação conjunta de uma Anteproposta de Lei e de um Decreto Legislativo Regional que, articulados entre si, pretendem exatamente criar o conceito de reciprocidade entre ambos os sistemas de saúde, entre o Serviço Nacional e o Serviço Regional de Saúde.

Salvaguardamos a resolução imediata da situação, ou seja, pretendemos que a partir da aprovação destas duas peças legislativas a situação fique definitivamente resolvida, enquanto se discute a resolução das situações pendentes que está devidamente encaminhada já pelos grupos de trabalho entretanto constituídos.

Os dois diplomas, no nosso entender, são simples e claros e com estes cinco artigos, cada um, poderão corrigir uma injustiça sentida por todos nós ao longo dos últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é nos últimos! É há muitos anos!

O Orador: Por isso a nossa apresentação destes diplomas a esta Casa e a nossa total abertura para que possam, no fundo, estabelecer em lei aquilo que é uma antiga pretensão do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem três inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer enaltecer e regozijar-se com o Acordo estabelecido pelos Governos da República e dos Açores, através do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Presidente do Governo, e que fundamenta a apresentação da Anteposta de Lei e da proposta de DLR que estabelecem o *“Regime da Responsabilidade Financeira do Estado na Prestação de Cuidados de Saúde aos Utentes do Serviço Regional de Saúde pelo Serviço Nacional de Saúde e pelo Serviço Regional de Saúde ao Serviço Nacional de Saúde e consagra o princípio da Reciprocidade.”*

Este acordo de reciprocidade fortalece a articulação e a confiança entre instituições de saúde – regionais e nacionais, estabelecida naturalmente desde que existem os respetivos Serviços Nacional e Regional de Saúde, mas, sobretudo, põe em igualdade de circunstâncias todos os cidadãos portugueses, independentemente, da residência fiscal que tenham, quando pelas mais diversas circunstâncias de doença tenham de recorrer aos respetivos serviços de saúde.

Salvaguardam-se direitos consagrados na Constituição, na Lei de Bases da Saúde e no Estatuto Político-Administrativo da Região.

O Governo dos Açores tudo faz para garantir a prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os Açorianos e as Açorianas, reforçando os recursos humanos, técnicos, tecnológicos, de tratamento e reabilitação até aos limites da capacidade dos respetivos serviços de saúde, como quando os mesmos se esgotam promove e garante a deslocação dos nossos doentes para o SNS. Importa aqui recordar que nos últimos 3 anos a média se cifra em 21.500 açorianos deslocados).

Se é verdade que, desde sempre, reconhecemos a existência de articulação complementar em várias áreas e especialidades com o Serviço Nacional de Saúde, é verdade que o PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE deixou de existir com a passagem dos 31 Hospitais do Serviço Nacional de Saúde para Sociedades Anónimas e acentuou-se com a passagem destes a Entidades Públicas Empresariais em 2005.

Mas, o mais relevante que queremos realçar, e por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista enaltece e se regozija, é que esta Anteproposta de Lei e proposta de Decreto Legislativo Regional, que assumem o Princípio da Reciprocidade entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde, repõe a **IGUALDADE DOS CIDADÃOS NO ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE... ONDE QUER QUE VIVAM**, porque, o Serviço Nacional de Saúde é universal e geral.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem sobejas razões para considerar que o acordo a que ambos os Governos – da República e Regional – chegaram, é uma grande vitória do Partido Socialista e do Governo dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É caso para dizermos: mais vale tarde do que nunca.

Regozijamo-nos, também, porque venceu a razão.

Se as razões que invocamos e o objeto das propostas agora em discussão são uma vitória para o Serviço Regional de Saúde, queremos enaltecer que, também, com elas e com o princípio que as fundamentam fortalecemos a nossa Autonomia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As duas iniciativas legislativas que o Governo aqui nos traz obriga, desde logo, à aceitação ou consagração de um princípio, é de que nunca a acessibilidade de um doente açoriano esteve em causa na prestação de cuidados de saúde nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Não se trata aqui de resolver uma questão de acessibilidade, porque, repito, nunca nenhum doente dos Açores proposto numa deslocação aos hospitais do Serviço Nacional de Saúde deixou de ser tratado por qualquer unidade pública de saúde do Continente.

O que se trata aqui, isso sim, é da responsabilidade financeira pelo pagamento dos cuidados prestados. Portanto, os açorianos em si, cada doente de forma particular em si, nunca sentiu essa discriminação, porque sempre foi tratado nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, desde sempre, quando foi necessário e esses cuidados foram requisitados pela Região.

Portanto, repito, a questão da acessibilidade nunca se colocou. Coloca-se sim a questão da responsabilidade financeira, isto é, quem paga os cuidados prestados

a doentes açorianos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, se o Governo Regional, se, em complementaridade, o Governo da República.

Na verdade este não é um problema de agora, nem sequer é um problema, como o próprio preâmbulo da Anteproposta de Lei aqui apresentada pelo Governo dos Açores, pretende afunilar responsabilidades no Governo da República que antecedeu o que agora está em funções.

É um problema, repito, de responsabilidade financeira e não de acessibilidade que vem desde há muito. E não é sequer pela eliminação dos dispositivos contidos ou das normas contidas no Orçamento de Estado que ilibam o Governo Regional dos Açores de pagar os cuidados de saúde prestados a doentes no Continente que a situação se resolve, porque exemplos como o que estamos agora aqui a analisar, ou seja, e eliminação da norma do Orçamento de Estado que diz que “não constituem receitas do Serviço Nacional de Saúde as decorrentes do pagamento pelas Regiões Autónomas dos cuidados de saúde prestados a doentes açorianos no Continente”, não é pela eliminação dessa norma, que nós podemos ter garantias de que o assunto vai ser resolvido. Senão vejamos:

30 de março de 2005:

Carlos César era recebido por José Sócrates, então Primeiro-Ministro de Portugal e à saída dessa audiência...

Deputado Bruno Belo (PSD): Em Évora!

O Orador: ... e à saída dessa audiência o então Presidente do Governo referia, e passo a citar:

“O Primeiro-Ministro aceitou uma sua proposta no sentido de se recuperar o tempo perdido na resolução destas matérias sobretudo nos últimos meses do Governo anterior”, que tinha sido do PSD.

E diz a nota do GaCS, a outro espaço:

«Por outro lado, questionado pelos jornalistas, Carlos César reafirmou, mais uma vez, a posição açoriana de que não há dívida do Serviço Regional de Saúde ao Serviço Nacional de Saúde, pois "os Açores são uma Região Autónoma e não um país independente, e quando um cidadão nacional que nos visita recorre a uma unidade de Saúde por qualquer motivo, não mandamos a conta ao Serviço Nacional de Saúde" (...) o que está em dívida "é o perdão dessa alegada dívida prometido pelo anterior Primeiro-Ministro [que era do PSD] e nunca concretizado". Mas para o Presidente do Governo [e continuo a citar a nota do GaCS, de 30 de março de 2005, continua a dizer] esta será uma questão encerrada, dado que, salientou, [continuo a citar] a "complementaridade entre os serviços Nacional e Regional de Saúde, que são tendencialmente gratuitos" está inscrita no programa do Governo da República (de José Sócrates). "Basta cumprir o que diz o programa do Governo", concluiu o governante açoriano.»

Deputado André Bradford (PS): E não foi cumprido!

O Orador: Passados todos estes anos José Sócrates não cumpriu.

Deputado André Bradford (PS): E agora?

O Orador: E já nos Orçamentos de Estado apresentados pelos Governos de José Sócrates a norma que implicava o pagamento dos cuidados de saúde aos doentes açorianos tinha sido eliminada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Portanto, não foi por eliminação da norma, porque os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, apesar da eliminação da norma contida nas sucessivas leis do Orçamento de Estado de José Sócrates, continuaram a faturar à Região os cuidados prestados a doentes açorianos no Continente. Portanto, não é pela eliminação da norma.

Esta matéria que tem prejudicado financeiramente o Governo dos Açores e não os doentes açorianos, porque têm sido sempre tratados, nenhum tratamento foi recusado jamais a um doente açoriano em hospitais do Serviço Nacional de

Saúde, é uma matéria que, ao contrário daquilo que o Governo Regional dos Açores quer fazer crer, não é do Governo da República que agora cessou funções, do PSD e do CDS-PP.

Vem pelo menos desde 2005 com as promessas à saída da audiência de apresentação de cumprimentos de Carlos César a José Sócrates.

Colocadas as coisas no seu devido lugar, o posicionamento do PSD sobre esta matéria é claro. Nós entendemos que a responsabilidade financeira do pagamento dos cuidados de saúde a doentes açorianos no continente deve ser assegurada pelo Serviço Nacional de Saúde, por uma razão simples, porque os doentes que são daqui, da nossa Região, deslocados, correspondem a necessidades de tratamento que os Açores muitas das vezes não têm, do ponto de vista técnico sustentabilidade para os fazer, nem nunca os terão pela casuística própria das situações clínicas de que sofrem, pela prevalência dessas próprias doenças.

Mas, chegados a este ponto, volto a perguntar, assumida essa questão de princípio: porquê e apenas e só agora?

O Governo Regional dos Açores e os sucessivos Governos Regionais dos Açores tiveram pelo menos duas oportunidades para resolver a questão:

Uma, quando José Sócrates era Primeiro-Ministro de Portugal e se comprometeu com os Açores a resolver a esta matéria e não cumpriu;

A segunda oportunidade, quando Pedro Passos Coelho e Paulo Macedo (o segundo era Ministro da Saúde) propôs a criação de um grupo de trabalho à Região para resolver essa questão, aquando da visita do Primeiro-Ministro, como está reconhecido aqui, no Voto de Congratulação que os senhores apresentaram esta manhã a propósito da Lei do Orçamento de Estado de 2016.

E então? Os senhores não tiveram capacidade de negociar?

Deputado André Bradford (PS): Ah! A gente é que não teve?

O Orador: Os senhores usaram essa situação, ao contrário de procurarem um acordo político, e usaram os doentes dos Açores para a guerrilha política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores andaram, ao contrário de um acordo político que se vos exigia (e somos pessoas de bem, acreditamos que agora possa ser conseguido), e em relação a vós foram criadas condições pelo anterior Governo da República, nomeadamente pelo Ministro Paulo Macedo para que isso acontecesse,...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso não é verdade!

O Orador: ... não, os senhores não quiseram aceitar isso. Pelo contrário, entenderam que a luta nos tribunais era a melhor maneira de defender os interesses dos doentes dos Açores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: E fizeram-no por diversas vezes. Desde logo, o próprio Grupo Parlamentar do PS que suscitou ao Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade da norma contida na Lei do Orçamento de Estado de 2013.

Suscitou, digo, a inconstitucionalidade e ilegalidade da norma contida no Orçamento de Estado de 2013 que dizia que “constituíam receitas do Serviço

Nacional de Saúde as decorrentes da prestação de cuidados de saúde a doentes açorianos.

O Tribunal Constitucional chumbou essa vossa pretensão.

Mas outras matérias em relação às quais V. Exas. tiveram oportunidade de recorrer para Tribunais de Primeira e Segunda Instância e até vieram para a comunicação social quando ganhavam em Primeira Instância dizer que uma vez ganhas essas causas, em Primeira Instância, jamais o Serviço Nacional de Saúde iria cobrar o que quer que fosse ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado André Bradford (PS): E isso é bom ou é mau?

O Orador: Pena foi que essas entidades, recorrendo a Tribunais de Segunda Instância e no Supremo Tribunal Administrativo, fizeram, infelizmente, perder novamente a Região essas causas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Repito: este problema há muito que poderia estar resolvido.

Os senhores preferiram a guerrilha política...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e utilizaram os doentes dos Açores para satisfazerem as vossas cores partidárias.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores chegou a um importante entendimento com o Governo da República, na gratuitidade dos cuidados de saúde, nas instituições públicas do continente português e da Região Autónoma dos Açores que estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de Saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade.

Hoje, concretizaremos este propósito, com a aprovação desta Anteproposta de Lei e da Proposta de Decreto Legislativo Regional, agora, apresentadas pelo Governo Regional dos Açores.

Os cuidados de saúde prestados aos açorianos, nos Hospitais do continente e nas entidades integradas não irão ser cobrados pelo Serviço Nacional de Saúde ou entidades nele integradas, aos utentes ou unidades de saúde da Região, aos utentes do Serviço Regional de Saúde, assim como, os cuidados prestados aos utilizadores continentais, nas instituições de saúde dos Açores.

Serão repostos os princípios constitucionais da universalidade, da igualdade e do livre acesso aos cuidados de saúde pelos utentes no Serviço Nacional de Saúde e vice-versa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores sublinha e apoia estas políticas por serem legítimas e as mais justas e, ainda, porque eliminam a discriminação entre portugueses.

O princípio da reciprocidade será constituído entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde.

É o princípio em que um Açoriano que tenha necessidade de recorrer aos cuidados médicos no Serviço Nacional de Saúde não deve pagar estes cuidados, da mesma forma que um continental que recorre aos cuidados médicos do Serviço Regional de Saúde não paga estes cuidados médicos.

As condições ficam reunidas e legalizadas para solucionar os princípios constitucionais e estatutários.

A defesa dos direitos dos residentes na Região Autónoma dos Açores e utentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde fica salvaguardada e fortalecida.

O regime de complementaridade fica instituído e plasmado, com o princípio da reciprocidade na prestação dos cuidados de saúde em entidades do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde.

Esta determinação tem, ainda, a virtude, de eliminar e resolver os diversos processos contenciosos pendentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, que se acumularam ao longo destes anos.

É importante sublinhar que estes documentos, agora com a sua aprovação colocam em igualdade de circunstâncias os utentes de ambos os sistemas mediante uma solução respeitadora da respetiva complementaridade e eliminam com efetividade a discriminação do acesso dos açorianos aos cuidados de saúde prestados em instituições de saúde, no continente português.

A Saúde nos Açores, caracteriza-se pela existência de um sistema de cuidados de saúde de elevada qualidade agora em complementaridade, permitindo à Região atingir boas posições em diversos índices de saúde.

Este importante acordo e a aprovação destas propostas são mais uma grande vitória da Autonomia e um grande triunfo dos presentes Governos Socialistas, dos Açores e da República.

Mais uma vez, as Açorianas e os Açorianos venceram e ganharam mais um bom procedimento na saúde de Portugal.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): E disse muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está de acordo plenamente quer com a Proposta de Decreto Legislativo Regional, quer com a Anteproposta de Lei que genericamente enquadram a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, pelo Serviço Regional de Saúde, consagrando também o princípio da reciprocidade.

É importante salientar que o Bloco de Esquerda nos Açores e na República nunca aceitou esta situação de extorsão dos Governos da República.

A prova disso foi que estivemos contra nos Açores e na República quando o Ministro Teixeira dos Santos defendeu esta aberrante discricionariedade contra os Açorianos e Açorianas, bem como estivemos contra a obrigação do Serviço Regional de Saúde ressarcir o Serviço Nacional de Saúde, contemplada no Orçamento de Estado imposto pelo Governo PSD/CDS.

Sair mais longe, no último Orçamento de Estado apresentado pelo Governo PSD/CDS, apresentámos propostas concretas contra esta disposição orçamental as quais na Assembleia da República só obtiveram os votos favoráveis do PS, PCP e PEV e naturalmente os votos contrários do PSD e do CDS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tiveram do Bloco?

A Oradora: Em matéria de saúde, como nas demais matérias implicadas nas relações entre a Autonomia e a República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora agora vai votar contra!

A Oradora: ... o Bloco de Esquerda defense que Portugal é um Estado unitário com autonomias, porque achamos que, apesar das vicissitudes de cada conjuntura política, esta é a melhor forma de defesa das autonomias e, mais importante do que isso, das pessoas que vivem neste caso na Região Autónoma dos Açores.

Defendemos, para além disso, uma visão dinâmica das prerrogativas autonómicas no sentido do seu aprofundamento constante com base na experiência da vida, não em função de interesses políticos momentâneos para apregoar ou agradar a alguém ou ser subserviente a outrem.

É nesta declaração de princípios (já agora que se fala tanto em princípios, erigindo aliás à condição de princípios acordos impostos que prejudicam tanto, mas tanto, os Açores) que nos norteiam, quer na Horta, onde estamos hoje, quer em Lisboa, que o Bloco de Esquerda não hesita em classificar como atentatória, do tratamento de igualdade entre cidadãos do mesmo país, a busca de receitas através do pagamento dos cuidados de saúde de residentes dos Açores ao Serviço Nacional de Saúde.

Tendo em conta os desenvolvimentos do último ano, nomeadamente com deliberações de diferentes tribunais, constatamos que as diferentes sensibilidades e leituras destes sobre a legislação vigente e a sua articulação com os poderes autonómicos, os mesmos exigiam, por processo legislativo, alterações ao quadro legal vigente.

O anúncio por parte do Governo Regional de que iria tomar a iniciativa de através do processo legislativo clarificar a relação entre o Serviço Nacional e o Serviço Regional de Saúde, e agora a sua concretização nos dois diplomas que temos em mãos, merece da parte do Bloco de Esquerda o apreço devido e em conformidade votaremos a favor dos diplomas apresentados a esta Assembleia.

Tal não significa, contudo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, que não fiquemos atentos, nos Açores e na República, ao cumprimento integral do estabelecido nestas duas iniciativas legislativas, porque a história recente a isso nos obriga e aconselha.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício porque gostaria que ficasse bem esclarecido, e penso que ficou, mas nunca é demais esclarecer, que da intervenção da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre assumimos que houve (e sempre houve!) articulação entre os Serviços Nacional e Regional de Saúde, desde que existem, como logicamente também nunca nenhum doente deixou de ser tratado nestas condições.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Ah!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O contrário é que se esqueceram de dizer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Isso é uma situação perfeitamente clara e objetiva.

Trata-se essencialmente de uma questão que tem a ver com aquilo que são...

Deputado André Bradford (PS): Direitos!

O Orador: ... os direitos consagrados na Constituição a todo o cidadão português, viva ele nos Açores, na Madeira ou no continente português.

Esta é de facto a grande questão e aquela que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulha de ter concluído com a apresentação destes dois anteprojetos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a Anteproposta e Proposta de Lei, que vêm ultrapassar estas dificuldades.

Todos nós devíamos e devemos estar contentes, satisfeitos, solidários com esta situação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se bem que reconheçamos que é verdade que em outros tempos nunca conseguimos chegar a nenhum acordo semelhante como este, não quer dizer que esse acordo não fosse possível, tanto é que agora se concretiza.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E é aqui neste momento que nós devemos enaltecer todo o trabalho que foi feito...

Deputado Berto Messias (PS): Agora é olhar em frente, não para trás!

O Orador: ... e todo o percurso que foi feito através do Governo do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado Luís Maurício, em algumas coisas eu até concordo consigo. Mas há uma coisa que lhe gostaria de perguntar e gostaria de ver esclarecida: o Sr. Deputado prefere continuar a entender que os Governos da República, sejam eles quais sejam, considerem que o Serviço Regional de Saúde dos Açorianos são um subsistema de saúde?

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu, naturalmente, fico satisfeito com essa proposta e que seja aprovada. Acho que todos nós ficamos!

Agora quero deixar aqui bem claro, como já foi aqui dito e muito bem pelo Sr. Deputado Luís Maurício, que nunca esteve em causa o acesso e nunca foi recusado a nenhum doente açoriano o tratamento no continente.

Deputado André Bradford (PS): O problema é que eles pagavam, Sr. Deputado!

O Orador: Não está em causa, como aqui foi dado a entender por alguém, o direito constitucional de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, porque isso nunca esteve em questão.

A questão que esteve aqui, e esteve sempre, há muitos anos, há pelo menos 10 anos (e nos últimos 10 anos, que eu me lembre, entre 2005 e 2011, todos nos lembramos quem é que foi Governo), é que isso nunca foi alterado pelo grande amigo dos Açores e o “Juntos vamos conseguir”.

Isso nunca foi alterado e havia aí um cartaz muito interessante.

O que os senhores faziam, como eu já disse e denunciei aqui de manhã, era pôr o doente aos trambolhões, ao pedirem a inconstitucionalidade e ilegalidades das normas do Orçamento de Estado.

O que os senhores fizeram foi que os doentes açorianos fossem penalizados por causa disso e foi por vossa culpa. E sabem porquê? Porque enquanto o camarada Sócrates esteve na República os senhores passavam termos de responsabilidades, as unidades de saúde passavam termos de responsabilidade, para os doentes levarem para o continente.

Deputado Domingos Cunha (PS): E continuam a passar!

O Orador: A partir do momento em que mudou o Governo da República começaram a diminuir os termos de responsabilidade e só eram passados em alguns casos e muitas vezes era preciso o doente ir chorar para a porta do hospital para levar um termo de responsabilidade para ser tratado,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: ... nomeadamente com doenças muito graves. Isso é que é grave. Mais. Foi por vossa culpa,...

Deputado André Bradford (PS): Os outros não pagam, mas os açorianos pagam!

O Orador: ... quando andaram a dar queixas e queixinhas para os tribunais, que quem considerou, Sr. Deputado Domingos Cunha (e não me querendo atravessar na resposta do Sr. Deputado Luís Maurício) o Serviço Regional de Saúde um subsistema foi o Supremo Tribunal Administrativo.

Deputado André Bradford (PS): Mas queremos saber a sua opinião!

O Orador: Não fui eu, nem o Sr. Deputado Luís Maurício, nem ninguém. Foi o Supremo Tribunal Administrativo.

Deputado André Bradford (PS): Qual é a sua opinião?

O Orador: Agora se o senhor não respeita o Tribunal a conversa é outra.

E considerou por uma razão muito simples: há legislação vigente, Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado André Bradford (PS): Qual é a sua opinião?

O Orador: Portanto, não é a minha opinião, nem a do Deputado Luís Maurício, é a opinião do Supremo Tribunal.

Deputado André Bradford (PS): Ah, não é a sua opinião! Imagine-se!...

O Orador: Já que todos acreditam na justiça e querem acreditar na justiça, foi o Supremo Tribunal Administrativo que considerou o Serviço Regional de Saúde um subsistema em função das queixinhas que os senhores andaram todos a fazer.

Portanto, isso fica bem claro.

Agora, é fundamental e por isso felicito o Governo. Não tenho nenhum problema em felicitar o Governo por esta iniciativa, que isto seja aprovado e que finalmente ponham os interessezinhos partidários fora dos doentes e que, quer cá como lá, os doentes sejam tratados como merecem e com dignidade. É isso que interessa a todos.

E a norma do Orçamento de Estado que já vinha de longe, de muito longe,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Desde 2005!

O Orador: ... que eu não concordo, que ninguém concorda, os senhores souberam sempre fazer aquele malabarismozinho político para andarem a culpar os outros e a pôr os doentes no meio dos problemas. Essa é que a inegável e lamentável realidade.

Quanto a esta iniciativa eu acho que finalmente (espero!) resolve definitivamente o assunto, porque atento o n.º 4, que diz “situações pendentes”, são os senhores que as reconhecem.

“As situações de custos derivados da prestação de cuidados de saúde de utentes ao Serviço Regional de Saúde, que à data de entrada em vigor da presente da Lei configurem (Sr. Deputado Domingos Cunha) uma situação de dívida perante as entidades integradas no SNS, serão resolvidas por um grupo de trabalho...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto é que custa isso?

O Orador: ... [até o senhores reconhecem a dívida] constituído entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores”.

Então os senhores reconhecem a dívida! Os senhores reconhecem que têm que pagar! Os senhores reconhecem que há um grupo de trabalho que tem que resolver isso!

Em que é que ficamos, Sr. Deputado Domingos Cunha? Agora pergunto-lhe eu com todo o respeito e consideração que tenho por si.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que vamos tratar aqui hoje através de atos normativos, quer de um Decreto Legislativo Regional, que é competência nossa, quer da propositura de uma Anteproposta de Lei, tem, creio eu, um elevado significado.

Na verdade, nós vamos tratar em termos legislativos, que é a forma mais eficaz e mais segura num Estado de direito, de uma questão, de uma falha, eu diria mesmo uma das principais falhas por resolver ao longo de 40 anos de autonomia e numa matéria essencial como é a saúde.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Podemos pensar aqui quem é que falhou.

Bom, eu já disse. Não foi resolvida durante estes 40 anos, não surgiu apenas em 2005 e aliás sobre isso posso dar testemunho pessoal.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Como Secretário Regional da Saúde reuni duas ou três vezes sobre este assunto com o então Ministro da Saúde Luís Filipe Pereira. Vi sempre obstáculos, uma visão tecnocrática e uma visão de contar moedas.

Terá sido também com certeza uma das razões para além de alguma inércia administrativa que levou a que isso não fosse resolvido. Tanto mais chocante quanto, como sabemos, ao nível da União Europeia e com o Cartão Europeu de Saúde, esse problema acaba na prática por estar resolvido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabe as regras do Serviço Regional de Saúde!

O Orador: Tanto mais chocante e mais escandaloso quanto um doente dos Açores, se calhar, se for a Badajoz é tratado, se tiver no Alentejo não é tratado. Isso realmente não pode ser e tem que ser resolvido.

Também não concordo que se diga (aliás, é recente, porque eu sempre ouvi dizer o contrário, que isto é um problema grave que se tinha que resolver) que no fundo os doentes nunca foram prejudicados, porque no fundo eram sempre tratados, e que era apenas uma questão financeira. Isso não é bem verdade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então?! O Deputado Domingos Cunha acabou de dizer isso!

O Orador: Isso, na minha opinião, não é bem verdade. Será verdade para aqueles que forem referenciados como doentes numa situação de previsibilidade. Não será verdade, por exemplo, para uma pessoa que se encontre ocasionalmente de férias no continente e que precisa de recorrer aos serviços. Quem é que o vai aceitar, por exemplo?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Há aqui uma série de questões que prejudicavam as pessoas efetivamente.

É através de lei que isso se deve resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era da sua responsabilidade quando esteve na Administração Interna!

O Orador: Quer em termos jurídicos, quer em termos práticos, é perfeitamente compreensível e não se trata apenas de uma questão de poupança, trata-se de uma questão de recursos, trata-se de uma questão...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores têm que se entender na bancada do PS! O Deputado Domingos Cunha não disse isso!

O Orador: Eu de si só gosto de pareceres jurídicos na CAPAT, Sr. Deputado Joaquim Machado, sobretudo em Comissões de Inquérito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É, é!

O Orador: Começa a haver aqui um holiganismo preocupante em termos democráticos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não seja deselegante!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu diria outra coisa!

Deputada Graça Silva (PS): Então diga!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Esta questão deve ser em termos de lei resolvida e deve ser resolvida definitivamente.

Não percebi bem, Sr. Deputado Luís Maurício, mas parece que escreveu um conjunto de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, eu creio que não com satisfação sobre isso.

Eu creio que não há dúvida nenhuma, em termos de princípios, que os açorianos têm inquestionavelmente direito a serem tratados, até por uma outra razão: se é verdade que somos um estado unitário, e que em termos centrais e centralistas tanto se gosta de dizer isso, eu não percebo bem como é que por critérios de residência volátil e variável se pode com certeza fazer essa distinção e essa discriminação.

O que me parece importante é que esta é verdadeiramente, como compete a um Estado de direito, a forma de resolver isso.

Se havia dúvidas ao nível da legislação elas a partir de agora ficam claras...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não ficam definitivamente!

O Orador: ... para todo e qualquer tribunal.

Portanto, eu penso que o que é verdadeiramente importante é, depois de 40 anos, em que muitos com certeza, da parte do Governo dos Açores, tentaram esse problema ficar definitivamente resolvido em nome da nossa dignidade, em nome do nosso direito e em nome também da saúde dos açorianos.

E eu não quero acreditar que neste momento, sendo isto que nós vamos decidir e propor, haja outras preocupações que não essas, porque isso é que eu creio que não seria compreensível. Não seria compreensível face àquilo que vamos ter, alguns estarem mais preocupados com o passado, alguns estarem mais preocupados em saber se foi A ou B. Eu acho que já percebemos todos que até aqui o problema não foi decididamente resolvido, não foi definitivamente resolvido.

Agora tudo indica que sê-lo-á pela forma correta.

Portanto, acho que isto é indubitavelmente um momento de estarmos satisfeitos, de este Parlamento também estar satisfeito por estar envolvido e por ter a possibilidade de fazer e propor estas normas legislativas, e esperemos que sim. É para isso que cá andamos, é para isso que vale a pena lutar pela autonomia, é por isso que vale a pena insistir que esse problema fique definitivamente resolvido e será uma grande vitória para a dignidade dos Açorianos e para a nossa Autonomia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai desmentir!

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Não costumo desmentir ninguém, nem em público, nem em particular.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Artur Lima, de facto não posso estar mais de acordo consigo com uma afirmação que fez aqui. É que nós conseguimos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Nós conseguimos efetivamente chegar a uma situação de acordo para resolver um problema que se arrasta há anos. Há mais de 10 anos! É verdade, sim! Há mais de 10 anos e sempre assumimos isso.

Mas nós conseguimos e vamos conseguir de facto consolidar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é nós! É juntos!

O Orador: Foi o que o Sr. Deputado disse: “Nós conseguimos!

Conseguimos, com certeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é nós! É juntos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até as imagens tiraram da internet do “Juntos conseguimos!”

O Orador: Juntos é outro *slogan* de outras coisas.

Mas nós conseguimos e vamos continuar a consolidar esta grande iniciativa.

Agora já não estou de acordo consigo, Sr. Deputado, quando diz que o Serviço Regional de Saúde põe os doentes aos trambolhões. Isso recuso-me, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recusa-se a aceitar essa afirmação.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado, o senhor conhece tão bem quanto eu a Portaria que regulamenta a deslocação de doentes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Infelizmente!

O Orador: ... e sabe que o artigo 17.º impõe que todos os doentes que se desloquem ao abrigo da respetiva Portaria, isto é, que se desloquem referenciados pelo Serviço Regional de Saúde, obrigatoriamente uma das peças processuais, é uma credencial de deslocação e um termo de responsabilidade. Isto sempre foi assim e provavelmente continuará a ser assim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Não continuará!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, é verdade que há coisas que nós podemos estar de acordo, mas com estas nós não podemos estar de acordo, como também não estamos de acordo quando o Sr. Deputado diz que andámos com queixas e com queixinhas para os tribunais.

A Região e o Governo o que fez foi, em sede de contraditório, fazer aquilo que devia, que era tomar a sua posição inequívoca e justificar porquê não aceitava a ação judicial das respetivas Empresas Públicas Empresariais, Hospitais, que estavam a cobrar ao Serviço Regional de Saúde. É um direito que assiste à Região; é um direito que assiste ao Governo fazer o contraditório.

E ninguém aqui, que nós saibamos, andou com queixinhas.

O que é verdade é que também (e como levantou a questão, também lhe vou responder relativamente ao artigo 4.º) a assunção, e o Governo assume, perante estas situações, apenas e a criação deste grupo de trabalho vem dar cumprimento àquilo que foi a jurisprudência do tribunal, que nós aceitamos e

colhemos, e por isso se cria um grupo de trabalho para se encontrar a solução para ultrapassar esta dificuldade.

Ninguém está a violar nenhuma situação. Estamos apenas a cumprir aquilo que ficou decidido, mas continuamos a reafirmar que esta Anteposta de Lei e esta Proposta de Decreto Legislativo Regional é de facto um marco histórico para a Região e para o Governo do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Domingos Cunha:

Não!

O “Juntos conseguimos” não conseguiram nada.

O “Juntos conseguimos” era um belo *slogan* de campanha, de uma fotografia de (um, dois) importantes líderes partidários do seu partido.

Deputado Domingos Cunha (PS): Nós conseguimos!

O Orador: E havia “Juntos conseguimos”, mas esse “juntos”, desde 2005 até hoje não conseguiram nada.

Portanto, o senhor tem que ser rigoroso nas suas afirmações.

Deputado Domingos Cunha (PS): Conseguimos chegar a acordo!

O Orador: Vamos lá ver uma coisa...

Deputado André Bradford (PS): Já o Portas não conseguiu!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, o senhor é especialista, mas tenho todo o gosto em responder-lhe.

Só lhe vou dizer uma coisa: se há alguém que prejudicou a sua Região, e muito, foi o senhor, e um dia voltaremos a esse tema. Um dia vamos discutir esse tema profundamente aqui.

Deputado André Bradford (PS): Quando o senhor quiser!

O Orador: Aliás, devo dizer-lhe que até foi acusado de traidor e não foi pelo CDS.

Centrando-me na saúde, Sr. Secretário, os senhores sempre fizeram termos de responsabilidade. Agora presumo que havendo a universalidade e todo esse problema constitucional que aqui foi levantado, que os açorianos para irem para o continente têm que levar uma credencial de deslocação, um processo de deslocação, evidentemente, para receber os míseros tostões que o senhor lhes vai dar (cortou aquilo para metade!).

Têm que levar a declaração de IRS antes para receberem uns tostõezinhos, porque o senhor cortou aquilo para um terço, mas isso já não é razão, porque há muito tempo que Carlos César defendia que os ricos pagassem a saúde. Essa é também uma verdade.

O senhor cortou essas regalias todas as doentes dos Açores. Coitados, hoje para se sustentarem passam fome, pior do que era, contra as suas contas, mas também não é para aqui chamado.

Se é para levar termos de responsabilidade, então para que é que isto serve?

O que é um termo de responsabilidade? É a pergunta que eu faço ao Sr. Deputado Domingos Cunha e ao Sr. Secretário, se quiserem responder.

Eu presumo que daqui para a frente, se há reciprocidade, os doentes chegam, quer estejam, quer não estejam.

Eu devo dizer que eu próprio já recorri a uma urgência do continente e fui atendido. Não sei quem é que pagou a conta. Apenas me pediram para assinar um papel. Na altura paguei a taxa moderadora, enfim...

Mas também devo dizer, Sr. Deputado Francisco Coelho, que há aqui outro problema, que eu julgo e tenho dúvidas que ficará resolvido, e esse é a da sua lavra, de há muito tempo.

O senhor também já teve responsabilidades governativas na Administração Interna e já tutelou a ADSE.

É que os hospitais públicos do continente não reconhecem a ADSE e não pagam, porque os senhores não lhes pagam.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o que é estamos a discutir? A ADSE na Região? O senhor não quer é discutir o diploma que está em cima da mesa!

O Orador: Os meus descontos da ADSE ficam cá. Eu sou beneficiário nacional da ADSE. Isso também eu queria uma explicaçãozinha do Governo: por que é que os hospitais públicos do continente rejeitam a ADSE?

Depois posso dizer-lhe a quem é que rejeitou. É que ela está regionalizada há muito tempo. Há a ADSE da Região Autónoma dos Açores, da Madeira, CA.

Portanto, o senhor também há de ter explicação para dar sobre essa matéria.

Isso ficará resolvido, Sr. Secretário da Saúde? Fica resolvido neste diploma?

Gostaria que o senhor me explicasse como, porque eu ainda não percebi.

Eu quero é que o senhor me explique, e o Sr. Deputado Francisco Coelho vai explicar também, como é que os beneficiários da ADSE RA (somos nós!) têm a garantia de serem atendidos nos hospitais públicos do continente?

O senhor naturalmente saberá, porque o senhor já tutelou a ADSE.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quer discutir?

O Orador: Quero discutir, quero! Sr. Deputado Francisco Coelho, quero discutir e pelo seguinte (quero discutir, quero sim senhor!): é porque V. Ex.^a, tal como eu, sendo funcionários públicos, somos beneficiários da ADSE.

Nós, quando vamos deslocados, não vamos pelo Serviço Regional de Saúde. É o nosso sistema, ADSE RA, que paga, Sr. Deputado Francisco Coelho, como muito bem sabe ou deveria saber.

Portanto, não é o Serviço Regional de Saúde. Não somos da “Caixa”, como se costuma dizer.

Até a nossa diária de deslocação é substancialmente diferente da outra, como V. Ex.^a. também sabe e temos até algumas regras para deslocação para fora da Região, como V. Ex.^a bem sabe.

Até somos penalizados dentro da Região, como V. Ex.^a bem sabe...

Deputado André Bradford (PS): Penalizados?!

O Orador: ... para fazer juntas médicas, por exemplo.

Agora, o que é estranho é haver discriminação dentro da Região entre unidades de saúde. Isso é que é estranho, e andarem a atirar de uns para os outros, e a faturar a uns e a faturar aos outros. O doente, porque trabalha em Angra e é utente na Praia, não pode fazer uma radiografia em Angra, não pode fazer o exame em Angra. Mandam-no para a Praia. Isso é que é lamentável, Sr. Deputado Francisco Coelho e antes não acontecia.

Aconteceu agora com a política “Cabral”, que não é o senhor, mas com o Cabral novo, porque o Cabral velho nunca fez isto.

O Cabral novo então encarregou-se de fazer isso.

Deputado André Bradford (PS): Quem é o Cabral novo?

O Orador: É o Luís Cabral!

Aquele senhor é o Francisco Coelho...

Deputada Zuraida Soares (BE): É o velho!

O Orador: ... Cabral e aquele é Luís Mendes Cabral. Portanto, o Cabral velho e o Cabral novo.

Portanto, está explicada a questão aqui.

Deputado Francisco Coelho (PS): É mais engraçado falar para o CDS-PP do que para o PS!

O Orador: Não, Sr. Deputado. O mais engraçado é o senhor levantar-se aí dessa cadeirinha (o senhor ou o Sr. Secretário) e garantir-me que a ADSE RA está incluída aqui.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Venho a este debate provavelmente porque estou em melhores condições neste momento para esclarecer aqui uma questão que tem sido por diversas vezes abordada e que pelo conhecimento que tenho do funcionamento do Sistema Regional de Saúde penso que não está devidamente esclarecido.

Tem a ver com a acessibilidade dos doentes açorianos aos hospitais do continente, e a afirmação que o Sr. Deputado Luís Maurício fez de que isto nunca foi um problema de acessibilidade.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, Sr. Deputado, isto não é um problema de acessibilidade para os utentes que são referenciados pelo Serviço Regional de Saúde, porque os hospitais nacionais obrigam ao Serviço Regional de Saúde a inclusão de um termo de responsabilidade no processo de deslocação do seu utente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas vai acabar ou não?

O Orador: Ou seja, não há doente nenhum que entre num hospital nacional que não tenha que levar da Região Autónoma dos Açores um termo de responsabilidade, que obriga também ao pagamento, por parte do hospital regional, ao hospital nacional.

Infelizmente, por algumas vezes – e é esta a parte que eu acho que posso aportar de informação neste debate –, quando os doentes lá chegam sem esse termo de responsabilidade cria-se um problema de acessibilidade a esses doentes e por algumas vezes houve alguns doentes que sentiram esse problema. Eu sei, porque contactaram diretamente a Secretaria Regional da Saúde para resolvê-lo.

Por isso existiu um problema de acessibilidade que era por nós devidamente contornado pelos termos de responsabilidade que enviávamos para os hospitais do continente.

Mas o Sr. Deputado Francisco Coelho “pôs o dedo na ferida” e explicou de uma forma muito clara onde é que esse problema de acessibilidade era sentido pelos açorianos.

Esse problema de acessibilidade era sentido pelos açorianos, não nas situações de deslocação dos Açores para o continente, mas nas situações do uso imprevisto dos cuidados de saúde no continente.

Falando, por exemplo, numa situação muito clara que se passou há poucos meses, uma utente dos Açores, de férias no continente, tropeçou, fraturou uma perna e deu entrada num dos hospitais nacionais.

O hospital nacional atendeu no Serviço de Urgência. Pôs-lhe um gesso e disse-lhe: olhe, agora pegue em si e vai ser operada para o Serviço Regional de Saúde, porque nós aqui não fazemos a cirurgia porque nós temos que ser ressarcidos desse montante.

E a doente, infelizmente não podendo viajar, contactou a Secretaria Regional da Saúde que teve que resolver o problema e resolveu, como tem resolvido todas as outras situações, com os devidos termos de responsabilidade, mas era um problema efetivo de acessibilidade aos utentes dos Açores.

Ou seja, nós não podemos achar que por se ter conseguido durante este tempo todo ir contornando esta situação que não havia um problema de acessibilidade dos açorianos.

Felizmente, estes Governos foram capazes de criar condições para que isso não transparecesse para os utentes, como por exemplo nas situações de acessibilidade às farmácias. Mas havia e existe, porque ainda não está resolvido, problemas de acessibilidade nesta matéria que esperemos que fiquem agora devidamente salvaguardados com esta situação.

Aqui vou aproveitar para esclarecer o Sr. Deputado Luís Maurício por que é que não chegámos a um acordo com o anterior Governo da República.

O Sr. Deputado disse, e bem, que foi proposto um acordo sobre essa matéria ao Governo Regional dos Açores.

Sr. Deputado Luís Maurício, nós não aceitámos como Governo Regional esse acordo precisamente pelo princípio que o Sr. Deputado Luís Maurício acabou de defender aqui nesta Assembleia, que aos utentes do Serviço Regional de Saúde não deve ser imputado o custo do Serviço Regional de Saúde no Serviço Nacional de Saúde.

Esse acordo previa que se continuasse a ter esse tipo de comportamento. E tal como o Sr. Deputado há pouco disse, e penso que mantém, o PSD-Açores defende que não deve haver pagamento por parte dos utentes do Serviço Regional de Saúde no Serviço Nacional.

Por isso, Sr. Deputado, nós nunca iríamos assinar um acordo, como não o fizemos com o anterior Governo da República, em que este princípio não ficasse defendido tal como o senhor defendeu.

E com este Governo da República isso foi possível e essa é a única razão, Sr. Deputado, pela qual não foi possível um entendimento com o anterior Governo da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista inaugurou aqui uma nova tática de debate.

Normalmente temos um orador que é o responsável pela área, pelo debate. Hoje não tivemos um, nem dois, tivemos três intervenientes por parte do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): É a tática do quadrado! A Batalha de Aljubarrota!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ora aí está uma cosia que o senhor não pode fazer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já é antiga!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, cá está o holiganismo de que o Sr. Deputado estava a falar outra vez em ação.

É evidente que cada um monta a tática que quer, agora é vidente também que esta tática, na minha perspetiva, vos está a ser prejudicial e está a ser prejudicial ao debate neste Parlamento, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): A si!

O Orador: ... porque vem o Sr. Deputado Ricardo Cabral e diz: “Isto é uma grande vitória dos Governos [eu até vou ler que é para não me dizerem que não foi isto que foi dito] socialista, do Partido Socialista.”

A seguir vem o Sr. Deputado Coelho e diz-nos ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Francisco Coelho, se faz favor!

O Orador: Francisco Coelho, peço desculpa, também não me enganei, não disse foi tudo, Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Pois é, mas eu nunca gostei das coisas pela metade, Sr. Deputado!

O Orador: A seguir vem o Sr. Deputado Francisco Coelho e diz: “Estou absolutamente chocado com o debate partidário que aqui se instalou.

Deputado Francisco Coelho (PS): Desconfortável!

O Orador: Esta questão é uma questão da autonomia, é uma questão regional e os senhores estão aqui a atribuir mérito, desmérito, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não senhor!

O Orador: ... e, portanto, não se percebe. Isto o que é importante é a autonomia regional.”

Mas foi o Sr. Deputado que lançou o debate partidário ao atribuir-se a si próprio os méritos desta questão, digamos que assim entramos num debate muito complicado.

Devo dizer o seguinte: quando nem sequer é lícito que assim seja, porque eu quero recordar a Vs. Exas, antes de entrar na matéria de facto, que os senhores são apenas o segundo partido na Assembleia da República, portanto, o segundo partido com mais deputados, nem sequer são o primeiro. Portanto, a decisão que vier a ser adotada na Assembleia da República não é da vossa responsabilidade.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sua é que não é!

O Orador: Essa vitória, Sr. Deputado do Partido Socialista, terá que ter outros contributos, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): O Governo é socialista!

O Orador: ... porque os senhores são o segundo partido na Assembleia da República, portanto, essa vitória ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Há uma coisa que eu lhe posso garantir: essa vitória nunca será obtida apenas com os deputados do Partido Socialista e, portanto, só por aí, o mérito e o protagonismo solitário do Partido Socialista já está derrubado em termos de argumentos.

Deputado André Bradford (PS): E o PPM onde é que estava?

O Orador: Segunda questão: esta questão significa uma grande vitória por parte do Governo Regional e do Partido Socialista?

Não!

Não há nenhuma grande vitória que possa ser anunciada 19 anos depois. 19 anos depois!

Ninguém pode vir aqui como um César reivindicar uma vitória ao fim de 19 anos de derrotas, de não resolver o problema.

Vamos ver e do outro lado, o interlocutor, foi sempre um partido adversário ou muitas vezes do outro lado também esteve o Partido Socialista, também estava no Governo da República o Partido Socialista. Portanto, aqui em relação a esta questão, a esta partidarização desta questão, é absolutamente absurda e digo-vos uma coisa: os açorianos estão fartos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... deste tipo de debate de se quererem apropriar dos êxitos de um Governo que é do Partido Socialista, ou que é do Partido Social Democrata, de outro partido qualquer, e depois tornar este debate político num debate partidário com argumentos que não colhem.

Os açorianos querem ver o problema resolvido e já aqui demonstrei que os senhores ao fim de 19 anos não podem vir aqui em pose de triunfo, ao fim de 19 anos de espera para resolver esta questão. Não podem de forma nenhuma!

E a segunda questão que considero que é fundamental ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem razão! Os açorianos estão fartos do seu discurso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Cá está o holiganismo de que falávamos.

(Risos de alguns Deputados da Câmara)

Sra. Presidente, desconte-me este tempo!

Vou terminar esta primeira intervenção dizendo o seguinte: ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Primeira e última! Já esgotou o seu tempo!

O Orador: ... há outra coisa que eu também faço. É que não há de forma nenhuma neste momento ...

Esta questão não está encerrada e, portanto, é necessário verificar o que é que acontece no âmbito do debate na Assembleia da República, que alterações terá

este texto e qual será o posicionamento real dos diversos partidos. Questão número um.

A questão número dois são as situações pendentes, porque em relação à dívida a questão não está resolvida.

Aqui o que se refere é que a situação será resolvida por um grupo de trabalho conjunto e nós ainda não sabemos quais são os resultados finais desse grupo de trabalho conjunto e, portanto, meus senhores, eu termino escolhendo a versão mais sensata do Partido Socialista, não a versão do Sr. Deputado Domingos Cunha, nem do Sr. Deputado Ricardo Cabral. Vou escolher a versão mais sensata que é a do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Vamos colocar-nos todos no nosso lugar, defender a autonomia dos Açores face ao centralismo e vamos todos colocarmo-nos numa situação que é a situação em que todos nos devemos colocar, que é a defesa dos interesses dos açorianos, ...

Deputado André Bradford (PS): Vamos fingir que somos todos vencedores!

O Orador: ... não reivindicando louros que não vos pertencem ao fim de 19 anos de insucesso.

Deputado André Bradford (PS): Vamos fingir que somos todos vencedores! Mesmo os que não fizeram nada saíam vencedores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para me inscrever!

Presidente: Então terá que aguardar mais alguns minutos.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apraz-me congratular em nome do PSD, da bancada do PSD, o reconhecimento feito pela bancada do PS, nomeadamente pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, que o que está aqui em causa com esta discussão é a quem cabe a

responsabilidade financeira do pagamento dos cuidados de saúde prestados a doentes açorianos, porque a acessibilidade dos doentes açorianos ao Serviço Nacional de Saúde não esteve em causa. Nunca!

Deputado Francisco Coelho (PS): Sempre esteve em causa! É grave dizer isso!

O Orador: Nunca foi recusado um tratamento a um doente em hospitais do Serviço Nacional de Saúde que tenha sido enviado pela Região. Não foram discriminados individualmente antes, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Foram, sim senhor!

O Orador: ... não serão discriminados individualmente a partir de agora.

O que está em causa, repito, e aquilo que disse na primeira intervenção, é a responsabilidade financeira por esse pagamento.

O que nós entendemos, Sr. Deputado Domingos Cunha e Srs. Membros do Governo, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Saúde, é que deve ser paga pelo Serviço Nacional de Saúde a responsabilidade financeira.

Em segundo lugar, e pelos motivos que expliquei na minha primeira intervenção, queria dizer, contrapor aquilo que o Sr. Secretário Regional da Saúde procurou fazer transformando isto num problema de acessibilidades dos açorianos aos cuidados de saúde no continente.

Esta sua situação, Sr. Secretário Regional, é absolutamente esporádica e provavelmente sem indicação cirúrgica imediata, porque eu recordo-lhe, isso sim, que um cidadão açoriano, micalense, a passar férias na ilha Terceira, tendo feito a fratura de um membro inferior e dirigindo-se ao hospital da ilha Terceira, o ortopedista em causa imobilizou-lhe a fratura e disse: “Meu caro amigo V. Ex.^a é de uma área de referência que não é desse hospital, está cá a passar férias, tem que ser operado em São Miguel.”

Isso é da sua responsabilidade e isso, sim, devia envergonhá-lo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, Srs. Deputados, queria contrapor com o meu próprio testemunho pessoal. Eu nunca fui, nem os meus filhos, a qualquer urgência de um hospital do Serviço Nacional de Saúde onde foi recusada a assistência. Paguei as minhas taxas moderadoras e vim-me embora tratadinho. Não sei que dificuldade de acesso é que o Sr. Secretário inventou. Nem deontologicamente se pode aceitar que algum profissional de saúde possa recusar a prestação de um cuidado de saúde só porque é residente numa outra região que não a da área de influência desse hospital.

Deputado André Bradford (PS): Isso diz o senhor!

O Orador: Ao contrário daquilo que lhe acabei descrever relativamente ao hospital da ilha Terceira sobre um cidadão açoriano passando férias na ilha Terceira que teve que ser operado na ilha de São Miguel, mas quero dizer-lhe mais.

Acredite o Sr. Secretário Regional que se o problema da acessibilidade fosse apenas e só dos que esporadicamente passam pelo continente em férias e têm necessidade de recorrer a uma urgência ou a uma consulta de um hospital do Serviço Nacional de Saúde, acha o senhor que os encargos pendentes da Região Autónoma dos Açores perante os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, como Vs. Exas. na vossa argumentação perante o Supremo Tribunal Administrativo que é referido no acórdão de 4 de novembro de 2015, que essa acessibilidade esporádica seria (e que acarretaria naturalmente responsabilidades financeiras para a Região), estou a citar, de 500 milhões de euros?

Acha que o problema da acessibilidade, a acessibilidade esporádica, é que justificava isso?

E queria perguntar-lhe muito diretamente, Sr. Secretário Regional, citando o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente a argumentação que os senhores utilizaram para, recorrendo ao Supremo Tribunal Administrativo de uma decisão em segunda instância da cobrança de uma dívida de 5.218, 38 € do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga queria perguntar-lhe Sr. Secretário Regional o seguinte: justificam Vs. Exas. perante o Supremo Tribunal Administrativo o recorrer da decisão de segunda instância, passo a citar, “Do mesmo passo, a repercussões financeiras da totalidade das ações pendentes sobre esta matéria poderão ascender a cerca de 500 milhões de euros, o que se traduz no gravíssimo encargo para o Serviço Regional de Saúde com influência na capacidade de prestar cuidados a que está obrigado [entenda-se obrigado o Serviço Regional de Saúde].”

Portanto, V. Ex.^a queira-me responder: são 500 milhões de euros as dívidas que estão pendentes entre os dois serviços de saúde, o Regional e o Nacional?

Como vai V. Ex.^a resolver esta questão?

Em terceiro lugar, Sr. Secretário Regional, queria reafirmar aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima acabou de dizer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pode ser que o Sr. Vice-Presidente responda à questão!

O Orador: Nós descontamos para a ADSE nos Açores e as receitas são receitas da Região, porque a ADSE está regionalizada, e não nos aceitam lá fora o pagamento.

Sabe porquê, Sr. Secretário Regional?

Não há que fazer subterfúgios sobre essa matéria, porque provavelmente por desconhecimento de V. Ex.^a esta matéria está plasmada na lei do Orçamento de Estado, ou na proposta da lei do Orçamento de Estado para 2016, quando diz no artigo 14.º: “Regularização de dívidas relativas a encargos dos sistemas de assistência na doença” – “Fica o membro do Governo responsável pela área da

Saúde autorizado, com possibilidade de delegação, a proceder ao encontro de contas entre a Direção-Geral de Proteção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) e as Regiões Autónomas” relativamente às dívidas das participações da ADSE. Portanto, esta matéria está contida na proposta de lei do Orçamento de Estado, porque na verdade a ADSE devia ao continente.

Quer esclarecer-me essa questão, Sr. Secretário Regional aí com a ajuda do Sr. Vice-Presidente que já está a ditar a resposta?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Berto Messias (PS): E discutir o diploma?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não discutimos até agora outra coisa, Sr. Deputado Berto Messias.

V. Ex.^a é que fazia a queixinha, assinava a queixinha, mas até agora está caladinho, a não ser que faça parte ainda dos guerreiros, dos novos heróis como V. Ex.^a dizia ...

Deputado Francisco César (PS): Super-herói!

Deputado Berto Messias (PS): Pedido de fiscalização sucessiva!

O Orador: Os heróis do novo tempo, ou lá é que V. Ex.^a falava, super-heróis do novo tempo onde V. Ex.^a se inclui, mas com certeza V. Ex.^a ainda vai intervir fulguorosamente neste debate.

Oh, Sr. Secretário, eu fiz-lhe algumas perguntas, nomeadamente esta da ADSE, não lhe fiz a pergunta inocentemente e V. Ex.^a naturalmente não teve tempo ou esqueceu-se de me responder, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Já estou inscrito!

O Orador: ... mas agradeço que me responda, e aliás, reiterada novamente pelo Sr. Deputado Luís Maurício, como lhe faço a seguinte pergunta.

Vamos lá ver se a gente se entende: o senhor falou que continuavam os termos de responsabilidade.

Oh, Sr. Secretário, daqui para a frente, (o senhor esclareça-me) mas não vai ser necessário mais termos de responsabilidade?

Agradeço que o senhor me responda também sobre essa matéria, porque senão não nos entendemos. E já agora, como eu perguntei também da primeira vez, eu quero que o senhor esclareça o que é que quer dizer exatamente o artigo 4.º, “Situações pendentes”, o que é que existe?

O senhor tem isso bem presente de cabeça, não precisa estudar nada disso.

Portanto, o que é que existe sobre essa matéria, que é preciso esclarecer isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Devem ser 500 milhões! Deve ser isso!

O Orador: E sobretudo não esquecer, Sr. Secretário, que tem aqui propostas de alteração prontas. Eu quero a garantia da sua parte que os beneficiários da ADSE, RA, isto resolve, porque a questão para mim não é clara e quem deve a quem o senhor também vai dizer.

O senhor há bocado já dizia como é que se ia pagar, mas o que aqui diz é que serão resolvidos por um grupo de trabalho conjunto, portanto, esse grupo de trabalho é que vai determinar como é que se paga, como é que se acerta uma dívida que existe.

Portanto, termos de responsabilidade, sim ou não.

ADSE, como é que fica resolvida. O senhor garante a sua resolução e aos utentes?

E efetivamente a pergunta também colocada relativamente ao artigo 4.º.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Pedindo a devida desculpa ao Sr. Deputado Artur Lima pelo esquecimento da resposta na vez anterior, dizer que a questão do termo de responsabilidade (e acho que ficou claro), ou seja, é um termo em que os hospitais assumem o pagamento das dívidas aos hospitais nacionais deixa de ter qualquer tipo de justificação a partir do momento em que estes diplomas sejam aprovados. Tem de haver a aprovação da lei a nível nacional e tem de haver a aprovação do Decreto Legislativo Regional a nível regional, ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Por acaso foi retirado no dia 10 de fevereiro! Dou-lhe os parabéns por isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sábado de Carnaval!

O Orador: ... mas a partir desse momento deixa de haver qualquer justificação para esse termo de responsabilidade.

Em relação às questões da ADSE é importante perceber que houve alterações a nível nacional também no próprio funcionamento da ADSE. A ADSE deixou de estar no Ministério das Finanças, passou a estar no Ministério da Saúde, passou a ser incluído no Ministério da Saúde, e de acordo com o acórdão que está disponível para todos ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aqui é que não passou!

O Orador: ... do Tribunal de Contas sobre essa matéria, os utentes da ADSE ... Deixou de ser possível aos hospitais nacionais e aos hospitais regionais identificar os utentes da ADSE para a faturação a esse subsistema, ou seja, nenhum hospital público, quer nacional, quer regional, fatura à ADSE a

prestação de cuidados de saúde aos utentes que já pagam os seus impostos e que não podem por isso ser prejudicados pelo pagamento adicional dos cuidados de saúde prestados. Por isso, a ADSE neste momento deixa de funcionar como um subsistema de saúde, digamos assim, e funciona mais como um seguro de saúde que garante regalias adicionais aos seus beneficiários, quer em termos dos hospitais privados, quer até em termos dos convencionados, quer no sistema de reembolsos que também lhe é próprio e que qualquer utente que seja da ADSE pode beneficiar deles, ou seja, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os hospitais públicos!

O Orador: Os hospitais públicos neste momento não identificam os utentes da ADSE, quer os regionais, quer os nacionais, e se qualquer utente da Região chega a um hospital nacional não é identificado como beneficiário da ADSE, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi essa a pergunta que eu fiz!

O Orador: ... mas sim como beneficiário do Sistema Nacional de Saúde, ou seja, os públicos deixaram de identificar os utentes da ADSE.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que quer dizer com não identifica!?

O Orador: Em relação às situações pendentes e deixando bem claro, a situação que está pendente neste momento é, em primeiro lugar, a suposta dívida da Região aos hospitais nacionais e é importante perceber que essa dívida tem que ser devidamente esclarecida, porque nas vezes que foram feitas algumas conferências de faturação que nos foi enviada foram identificados doentes que efetivamente não eram da Região Autónoma dos Açores e que eram incluídos nessas faturas. Nós como nunca reconhecemos a dívida, pura e simplesmente devolvemos as faturas aos hospitais nacionais sem as conferir e, por isso, não temos uma noção concreta do seu valor, mas também Sr. Deputado Luís Maurício, e aproveitando já para lhe responder, não são os 500 milhões de euros. A dívida à altura (deve ter havido um lapso na escrita desse acórdão, não sei se foi por nós contestado ou não) ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que escreveram!

O Orador: ... há claramente um zero a mais nesse número, ou seja, esse número à altura devia ser 50 milhões de euros e não 500 milhões de euros e devo dizer que a dívida neste momento, a dívida que supostamente estaria imputada à Região, anda na casa dos 80 milhões de euros, com consciência nós de que nenhuma dessas faturas foi por nós conferida e não temos sequer a certeza de que se tratam de utentes efetivamente do Serviço Regional de Saúde e será uma das funções desse grupo de trabalho caso venha a ser necessário confirmar que de toda essa faturação e que toda essa faturação diz respeito a utentes do Serviço Regional de Saúde.

Peço, Sr. Deputado Artur Lima, que me confirme, mas acho que respondi às suas questões na totalidade. Muito obrigado.

Entrando nas questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício, eu penso que ... Eu não queria dizer ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas diga, diga! Não tenha receio!

O Orador: ... para tomar algum cuidado nos comentários que faz nas situações que desconhece, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Conheço!

O Orador: ... mas efetivamente nesta situação do hospital da ilha Terceira acho que não deve falar sobre aquilo que desconhece, porque corre o risco de fazer comentários sobre uma situação que foi devidamente esclarecida e que consta dos registos clínicos do Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira que foi uma opção do doente, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não!

O Orador: ... por estar na Terceira de férias, ser operado em São Miguel. Se depois houve alterações ou não ...

Na altura em que lhe foi colocada essa possibilidade o médico ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Conheço pessoalmente a senhora e não foi assim! Nem pouco mais ou menos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... que estava no Serviço de Urgência do Hospital do Santo Espírito na ilha Terceira registou no diário clínico que lhe foi colocada essa possibilidade e a própria utente admitiu nessa altura que queria ser operada em São Miguel e, por isso, não foi uma questão de entrega de um lado para o outro, mas sim uma questão de opção do doente, até porque o Hospital do Santo Espírito na ilha Terceira teria todo o gosto em operar a doente caso essa a opção do doente.

Sr. Deputado Luís Maurício, quando falamos em encontro de contas ... Gostei do senhor ter citado e ter lido todo o articulado que está proposto no Orçamento de Estado, porque exatamente acabou por dar razão àquilo que o Governo Regional diz sobre essa matéria.

Quando falamos de encontro de contas, Sr. Deputado, não é assumir uma dívida no literal, ou seja, está lá escrito encontro de contas é porque é preciso fazer um encontro de contas de duas dívidas, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): ADSE!

O Orador: ... ou seja, se o Sr. Deputado falou e admitiu bem (estamos a falar em encontro de contas), não há encontro de contas quando é só uma dívida de um dos lados. Isso é pagamento da dívida.

Deputado Luís Maurício (PSD): É dos dois lados!

O Orador: Se é encontro de contas há uma necessidade efetiva de fazer um encontro de contas entre aquilo que é uma dívida assumida, proposta pelo Governo da República e aquilo que para nós sempre foi uma dívida que também para nós é assumida da ADSE nacional para com o Governo Regional das prestações dos cuidados enquanto que a norma do Orçamento de Estado não previa que o sistema da ADSE fosse incluído nos sistemas nacionais de saúde,

por isso é que se fala em encontro de contas. Por isso estamos a falar de uma dívida que existe e que tem de ser trabalhada a nível nacional, como a dívida que também nós temos e que nós queremos ser ressarcidos a nível do Governo da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À entrada para a discussão destas duas iniciativas que aqui o Governo Regional nos traz julgo que haverá algum consenso relativamente à aprovação destas duas iniciativas, uma vez que elas visam resolver um problema crónico de relacionamento entre a Região e o continente, ou seja, entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde.

Apesar deste consenso a discussão está a prolongar-se naturalmente e com toda a legitimidade, mas há aqui algumas questões que merecem alguma atenção e daí ter vindo também a debate, porque há aqui, digamos, alguma divergência entre se se trata de um problema de acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde, ou não se trata de um problema de acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde.

Na minha opinião trata-se efetivamente de um problema de acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde e isto não significa, oh, Sr. Deputado Luís Maurício, que os doentes da Região Autónoma não sejam devidamente atendidos no Serviço Nacional de Saúde, porque a acessibilidade não tem apenas a ver com a recusa ou não do tratamento. Melhor seria!

A acessibilidade, por exemplo, na opinião do PCP, as taxas moderadoras quer no continente, quer na Região Autónoma dos Açores, são uma barreira, são um bloqueio à acessibilidade aos serviços públicos de saúde.

Portanto, se há aqui a cobrança de um serviço que é aquilo que tem acontecido ao longo dos anos, é efetivamente um problema de acessibilidades.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é, não. A acessibilidade só se coloca quando o serviço não é prestado!

O Orador: É sim, Sr. Deputado. É sim!

Há aqui uma questão, isto sem estar aqui ...

Não vamos responsabilizar ninguém, não vamos. Vamos é procurar resolver o problema e há aqui uma situação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PS não precisa de si para nada. Está resolvido. Não precisa de si na Assembleia da República!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, continue a sua intervenção, por favor.

O Orador: Essa é que me parece que é a grande questão, Sr. Deputado: a sua, a do PSD e a do CDS-PP. Já que V. Ex.^a quer ir por aí, então vamos por aí, é que um dos motivos, porque este problema se arrasta ao longo dos anos tem a ver com os quadros políticos quer na Região, quer no continente e a verdade é que este novo quadro político é um quadro político facilitador da resolução de alguns problemas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Entrou no Governo!

O Orador: ... desde logo deste problema, porque se não fosse o quadro político parlamentar existente na República este problema possivelmente ia arrastar-se por mais algum tempo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas ontem o senhor não pensava assim!

O Orador: ... independentemente de quem é que é o Primeiro-Ministro ou de quem é o Governo, de qual é o partido que está no Governo. A questão é essa. Portanto, não vale a pena e V. Ex.^a há bocadinho tinha toda a razão quando dizia que os açorianos estão fartos deste debate, designadamente de o ouvir a dizer nada sobre o assunto,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

O Orador: ... mas isso é outra questão. Essa é uma outra questão e realmente tinha toda a razão quando há pouco fez essa afirmação.

Mas a questão é esta: havia um conjunto de constrangimentos que impediam de alguma forma a acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde e esse problema vai ser resolvido e vai ser resolvido porque há um quadro parlamentar diferente como nunca existiu na história da democracia portuguesa e é isso que faz a diferença.

Percebeu, Sr. Deputado? Isso é que faz a diferença e isso é que leva a que V. Ex.^a e a direita deste Parlamento, da qual V. Ex.^a é um dos principais, senão o principal líder, ...

(Risos dos Membros do Governo e da Deputada Graça Silveira)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A culpa não é minha! É do Governo!

O Orador: ... é isso que faz a diferença. É o novo quadro político e parlamentar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Esta intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires exige um intervalo de 15 minutos, um intervalo regimental.

Eu peço, não por causa da intervenção.

Presidente: É regimental.

Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate sobre estes dois diplomas da saúde.

Eram 18 horas.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco Coelho. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, permita-me que me dirija especialmente a si, naturalmente à Câmara, mas especialmente a si, porque acho importante dizer-lhe o seguinte.

Eu percebo perfeitamente que o PSD tenha interesse político partidário em desvalorizar o resultado a que se chegou. Penso que não é uma boa opção, mas sobre um certo ponto de vista percebo, mas apesar de tudo Sr. Deputado Luís Maurício há aqui coisas que me parece grave branquear.

Por exemplo, ao ler o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo o Sr. Deputado falou em acessibilidade esporádica, mas quer dizer que há acessibilidade esporádica, haverá a referenciada e haverá a esporádica, independentemente da relevância ou do peso quantitativo de cada uma delas (é óbvio que a referenciada será mais importante, mais frequente), a verdade é que não podemos descurar a outra, porque a outra também existe e porque a outra levanta problemas e esses problemas não são menores. Podem ser no acesso a uma ambulância, podem ser de acesso a pequenas coisas ainda que não urgentes, mas que são importantes, sobretudo porque estamos a falar de um princípio, Sr. Deputado, de como portugueses termos direito a algo que é básico e fundamental hoje em dia e que não pode ser negado, não pode ser negado atenta a essa nossa condição de portugueses e atento o estado social de direito em que vivemos.

Nessa medida também não percebo. Vejo que fez algum esforço para ler o acórdão, gostou de ver lá os 500 milhões de euros.

Por outro lado, pareceu-me relativamente escandalizado por o Governo contestar uma ação que era só 5.200 €.

Sr. Deputado, podia ser, na minha modesta opinião 50 cêntimos, porque os princípios não têm preço ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... e o que se esteve aqui a defender foi um princípio de dignidade de direitos de igualdade dos açorianos a um serviço essencial.

Isso tem a ver com respeito, tem a ver com dignidade e isso não tem preço.

Bem pois andou o Governo, bem andou o Governo também nesta luta e bem andou o Governo neste acordo político que vamos materializar em lei.

Portanto, Sr. Deputado, não tem (até porque creio como açoriano, como autonomista, como médico) no fundo nenhum interesse em desvalorizar o acesso a este bem essencial de que é também um dos servidores e, portanto, isto que fique claro.

Eu sei, como diz um cantador popular na minha terra, que a “galinha que tenta fugir sem ser galada tem sempre uma postura mais desconsolada”, mas acho que é melhor assumir a postura de não ter tido aqui talvez o gozo (e admito!) de ter conseguido resolver esse problema, mas vamos todos assumir que o que é verdadeiramente importante aqui é a resolução de uma forma normativa, numa forma indubitável desta grande questão.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual é a cor da galinha?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para esclarecer aqui algumas matérias, mas essencialmente para começar por dizer que uma parte deste debate foi verdadeiramente surrealista,

...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ah, pois foi! Tem toda a razão! Apoiado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... porque discutiu-se tudo menos o conteúdo da proposta ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não é verdade!

O Orador: ... e chegou-se ao ponto de acusar o Governo por resolver, quando eram os mesmos que acusavam no passado o Governo de não ter resolvido.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Agora, o mal é que o Governo resolveu aquilo que diziam que não conseguia resolver, mas esta questão é mais importante e mais estrutural do que aquilo que aparenta ou que tentaram desvalorizar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isso também não é verdade!

O Orador: Falou-se aqui de acessibilidades e que os açorianos tinham acessibilidades ao Serviço Nacional de Saúde. Vamos ser claros.

Qualquer cidadão do mundo tem acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde. O que estava aqui em causa era que os açorianos eram tratados no Serviço Nacional de Saúde como estrangeiros e não como portugueses do resto do território nacional.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Isso é falso!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: É esta a diferença que aqui ficou, porque a acessibilidade todos têm independentemente do país, porque em Portugal, felizmente, toda a gente acesso às unidades de saúde. A diferença estava como era faturada essa

acessibilidade e essa faturação os açorianos eram tratados como se fossem estrangeiros, ou como se não fizessem parte do Serviço Nacional de Saúde.

Depois falou-se aqui de uma questão, da exigência do termo de responsabilidade. É verdade.

Esta norma que estava inscrita nos Orçamentos de Estado da responsabilidade dos governos do PSD/PP exigiam um termo de responsabilidade financeira da Região para o acesso ao Serviço Nacional de Saúde e era o n.º 3 do artigo 105.º do último Orçamento de Estado aprovado pelo PSD e pelo PP.

A verdade tem que ser dita e não foi, que a proposta do Orçamento de Estado para 2016, nomeadamente no artigo 97.º, retirou precisamente o n.º 2 e o n.º 3 que impunham esse termo de responsabilidade.

Portanto, é estranho, digo-lhe Sr. Deputado Artur Lima, que quando o seu partido esteve no poder era por essa via que era obrigatório esse termo de responsabilidade, venha questionar, mas vai deixar de ser porque no Orçamento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre foi! Quando o seu partido esteve no governo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas já esteve antes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas porque só fez referência a este Governo PSD/CDS-PP?

O Orador: Agora o Partido Socialista está no Governo e já não tem essa exigência do termo da responsabilidade, por isso é disso que estamos a falar.

Agora permitam-me uma correção que acredito que tenha sido por engano.

O Sr. Deputado Luís Maurício falou do artigo 14.º do Orçamento de Estado, dizendo que esse artigo visava criar condições para que a Região pagasse uma dívida da ADSE à República.

O senhor leu o artigo?

Deputado Luís Maurício (PSD): Li!

O Orador: Pode ler o artigo outra vez?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não pode! O senhor é que está no uso da palavra!

O Orador: Mas eu leio o artigo para nós sabermos do que é que estamos a falar.

Artigo 14.º, ADSE: “Regularização de dívidas relativas a encargos dos sistemas de assistência na doença” – “Fica o membro do Governo responsável pela área da Saúde autorizado, com possibilidade de delegação, a proceder ao encontro de contas entre a Direção-Geral de Proteção Social [que é a ADSE] e as Regiões Autónomas relativamente a dívidas resultantes de comparticipações pagas pelas Regiões Autónomas a beneficiários da ADSE nelas domiciliados.”

Ou seja, ao contrário do que o senhor diz é exatamente ao contrário. O acerto de contas é para a República pagar à Região aquilo que deve das comparticipações da ADSE. É isto que está aqui no artigo, ...

Deputado António Marinho (PSD): Disse que era para acerto de contas!

O Orador: ... é este o artigo 14.º que o senhor tentou inverter no sentido contrário.

Deputado António Marinho (PSD): Não tentou nada inverter!

O Orador: Última questão. Falou do grupo de trabalho que foi criado pelo anterior Governo da República e que o Governo dos Açores é que não quis chegar a um acordo, porque havia uma vontade da República. Vou dizer-lhe: esse grupo de trabalho reuniu uma vez e foi liderado por uma assessora do Sr. Primeiro-Ministro que se chamava Eva Cabral que é conhecida nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Foi a senhora, com a deslocação do Sr. Primeiro-Ministro aos Açores, que se virou para o motorista da ilha do Pico de uma companhia rodoviária e disse: “Com gado isto corria melhor!”

Deputado Francisco César (PS): Isso é verdade! E arranjo testemunhas disso!

O Orador: É esta senhora que estava à frente desse grupo de trabalho, assessora do Primeiro-Ministro, Eva Cabral, e que coordenava esta visão que pretendiam ter sobre os Açores e sobre os açorianos e quero dizer que só houve apenas uma reunião e sabe porquê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é que é o diploma?

O Orador: Porque nós recusámos a continuar esse grupo de trabalho nos termos em que estava proposto, porque ao contrário do que foi aqui dito essa comissão liderada por esta senhora o que disse claramente é que este grupo de trabalho visava apenas quantificar aquilo que na opinião da República e ao contrário exatamente àquilo que são os direitos dos açorianos, os Açores e os açorianos tinham que pagar a República por serem tratados no Serviço Nacional de Saúde e foi por essa razão que nós dissemos: primeiro temos que definir o princípio e o princípio é a complementaridade em que um cidadão, um açoriano, deve ter acesso do ponto de vista de direito e de faturação ao Serviço Nacional de Saúde como uma pessoa que nasceu no continente tem ao Serviço Regional de Saúde ...

Deputado Francisco César (PS): É pena que os senhores não estejam ao nosso lado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos ao lado dos Açores!

O Orador: ... e foi porque nunca aceitaram esse princípio e apenas queriam criar um grupo de trabalho para cobrar à Região aquilo que a Região considera que não pode ser pago e que felizmente não vai ser, que esse grupo de trabalho não foi para a frente, mas isto é passado. A verdade, é isso que interessa a todos os açorianos, é que com a aprovação nesta Assembleia desta Anteposta de Lei e com a aprovação na Assembleia deste Decreto Legislativo Regional nós estamos a pôr uma pedra em cima de uma má história de muitos anos da responsabilidade de anteriores governos do PS que não o fizeram, de anteriores governos do PSD e do PP que não o fizeram. Os açorianos sabem disso, mas

também sabem que é um Governo do Partido Socialista que vai resolver este assunto e o que fica para a história é que um ataque claro aos direitos dos açorianos e da autonomia não foi resolvido por anteriores governos do PS, não foi resolvido por nenhum governo do PSD e do PP, mas foi resolvido a bem dos Açores e dos açorianos por um governo do Partido Socialista na República e por um governo do Partido Socialista nos Açores. Isto é que fica para a história.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento o registo do Sr. Vice-Presidente do Governo que é sempre um registo que não lhe fica bem, que é um registo partidário.

Eu sei que as eleições são daqui a oito meses, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor esteve a fazer até agora?

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... mas esse registo como Membro do Governo e Vice-Presidente do Governo Regional ao senhor e aos outros Membros do Governo é-lhe vedado esse comportamento.

Tem que ser absolutamente neutral no exercício das suas funções. Não existe um governo do Partido Socialista, existe um Governo Regional; existe um Governo da República que representa o conjunto dos portugueses.

Mas eu quero fazer-lhe uma pergunta, Sr. Vice-Presidente, porque se eu estivesse ali sentado junto do Bloco e do PCP sentia-me ofendido e minorizado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não sei porquê!

O Orador: Quero perguntar-lhe o seguinte: esta iniciativa legislativa (ou será que estou perdido em relação ao procedimento desta Casa), esta Anteproposta vai para o Conselho de Ministros ou esta proposta vai para o Parlamento dos Açores?

Deputado André Bradford (PS): Nos Açores já está!

O Orador: Até agora achei que isto não ia para o Conselho de Ministros, achei que ia para o Parlamento, para a Assembleia da República onde os senhores não são a primeira força política, são a segunda, onde os senhores estão muito longe de ter a maioria no Parlamento, ...

Deputado Francisco César (PS): Então chumbem!

O Orador: ... ou seja, meus senhores não é Governo da República que resolve coisíssima nenhuma, quem resolve é o Parlamento, é a Assembleia da República e os senhores para que este texto seja aprovado tem que ser aprovado por outras forças políticas, ...

Deputado André Bradford (PS): Pelo PPM é que não!

O Orador: ... com certeza pelo PCP, com certeza pelo Bloco de Esquerda e com certeza pelo PSD e pelo PP.

Deputado André Bradford (PS): E pelo PPM?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: Pelo CDS-PP! Eu ia dizer PPM e não é o caso.

Mas meus senhores, esta tese de que é um governo (como se isto fosse para o Conselho de Ministros diretamente) do Partido Socialista que vai resolver esta questão, esta tese significa uma menorização novamente do poder parlamentar.

O senhor está há tantos anos no Governo que acha que isto se resolve assim e que no meio ... “Ah, sim, sim, sim! Está ali um trâmitezinho que é passar pelo Parlamento. Isto é só um mero trâmite, porque isto é mesmo resolvido entre governo, Governo Regional e o Governo da República”, ...

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, isso não pega!

O Orador: ... mas o senhor nem fez este acordo diretamente com o Governo da República, nem envia isto para o Conselho de Ministro, porque tem de ser aprovado pelo Parlamento de Portugal e para ser aprovado pelo Parlamento de Portugal não pode ser aprovado só pelo Partido Socialista pela simples razão que o Partido Socialista é o partido minoritário.

Deputado André Bradford (PS): Porque o senhor não está lá!

O Orador: Portanto, eu considero que esta questão é essencial para desmontar desde já esta taça que o senhor se está a autoatribuir.

Em segundo lugar, eu queria colocar uma questão ao Sr. Secretário da Saúde.

Sr. Secretário, tenho uma questão para lhe colocar, se fizer o favor de pousar o telefone. Tenho uma pergunta para lhe colocar.

Deputado Francisco César (PS): Se for interessante...

Deputado André Bradford (PS): Não desligue já, porque pode não valer a pena!

O Orador: A questão é a seguinte: artigo 4.º, “Situações pendentes” - “As situações de custos derivados da prestação de cuidados de saúde aos utentes do SRS, que, à data da entrada em vigor da presente lei, configurem uma situação de dívida perante as entidades integradas no SNS, serão resolvidas por um grupo de trabalho conjunto constituído entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores.”

Ora bem, aqui a pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: uma vez que os senhores propõem esta iniciativa ao nosso Parlamento eu quero saber qual é a posição que o Governo Regional vai apresentar perante o grupo de trabalho, ou vai indicar ao grupo de trabalho que nos irá representar nestas negociações. Qual é a posição do Governo Regional?

Estamos a falar de uma dívida reconhecida e se estamos a falar de uma dívida reconhecida é uma dívida de quanto, Sr. Secretário?

Porque estas coisas não podem, como há pouco me diziam aqui alguns jornalistas, ser resolvidas no ar. Estamos a falar de quanto?

Qual é a posição do Governo Regional em relação a esta matéria?

Há um grupo de trabalho que vai deliberar.

Qual é a posição negocial do Governo Regional em relação a esta matéria?

Eu quero isto claro, muito clarinho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, porque esqueci-me e não queria deixar de responder ao Sr. Deputado Domingos Cunha que me tinha colocado uma questão e eu não tinha respondido, se considerávamos ou não que o Serviço Regional de Saúde era um subsistema.

No nosso entender o Serviço Regional não é um subsistema, é um sistema próprio de saúde e com autonomia própria para exercer as suas competências no âmbito regulamentar e na prestação de cuidados de saúde a todos açorianos e, portanto, fica esta resposta. Como sabe não é o entendimento de muitos, mas do PSD é-o com certeza.

Colocada assim a resposta que lhe devia, Sr. Deputado, queria fazer referência a algumas das afirmações do Sr. Deputado Francisco Coelho que tanto gosta das bulas com que eu diariamente me confronto, mas, enfim, Sr. Deputado Francisco Coelho, V. Ex.^a é licenciado em Direito, eu sou licenciado em Medicina, naturalmente que as minhas e as suas bulas terão um contexto diferente. Cada um de nós trata das suas.

Deputado Francisco Coelho (PS): É normal!

O Orador: Sem quaisquer outros comentários em relação a algum do seu conteúdo eu queria dizer-lhe o seguinte: nós não viemos para a discussão destes

diplomas desvalorizar do ponto de vista político partidário a proposta do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Não é o que parece!

O Orador: O que nós viemos foi colocar exatamente no contexto correto as questões que aqui estão a ser discutidas.

Nós estamos ao lado dos açorianos e ao lado de quem legitimamente foi eleito para governar os açorianos, o Governo, na defesa de que a responsabilidade financeira pelo pagamento dos cuidados de saúde a doentes nos hospitais do continente, nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, deve ser assegurada pelo Serviço Nacional de Saúde.

Nós estamos ao lado desta posição e por isso vamos votar favoravelmente estes dois diplomas, o que nós aqui quisemos fazer com este debate, dizia eu, ...

Deputado André Bradford (PS): Um enredozinho!

O Orador: ... era recolocar a questão no seu sentido exato.

O que está aqui em causa, repito, é a responsabilidade financeira de um pagamento, não é a questão da acessibilidade e aqui permitam-me que registre a contradição das afirmações aqui feitas neste plenário entre o Sr. Deputado Domingos Cunha (e bem!), que reconheceu que a acessibilidade nunca esteve em causa, as afirmações do Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral e as afirmações do Sr. Secretário Regional da Saúde relativamente a essa mesma acessibilidade.

A acessibilidade no nosso entender não esteve em causa nem nos doentes referenciados, que naturalmente são a grande massa de doentes com residência fiscal nos Açores que se deslocam ao continente, nem, salvo situações pontuais, relativamente a doentes que se tenham deslocado a hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Portanto, recoloquemos a questão no seu sentido exato. O que está aqui em causa é a responsabilidade financeira de um pagamento, não é a questão da

acessibilidade e é em volta da questão da responsabilidade financeira que nós estamos ao lado do Governo e ao lado dos açorianos, que os seus representantes defendam perante a República o pagamento por parte do Serviço Nacional de Saúde desses cuidados.

Lamentamos que ao longo de todos estes anos, como dizia o Sr. Vice-Presidente, nem governos do PSD e do CDS, mas nem governos do Partido Socialista tenham resolvido esta questão apesar dos compromissos públicos que assumiram sobre esta matéria.

Sr. Deputado Francisco Coelho, uma última referência relativamente à intervenção de V. Ex.^a.

Deputado André Bradford (PS): Esse lamento fica bem, mas não resolve nada!

O Orador: Para mim pessoalmente, nem para o PSD, é um gosto referir aquilo que consta do articulado do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Apenas o referenciei aqui, porque no nosso entender não está uma questão da defesa de princípios. Com certeza que esses princípios devem ser defendidos e eu acabei de os enumerar há pouco.

O que nós entendemos é que a via que Vs. Exas. seguiram da contestação jurídica da matéria não era a via indicada, havia um acordo político que era necessário atingir e que esse acordo não foi conseguido por Vs. Exas..

Queria dizer também o seguinte para que fique muito claro e registado em Diário das Sessões que não é da minha responsabilidade pessoal, nem tão pouco do Grupo Parlamentar do PSD, a referência aos 500 milhões de dívidas pendentes ao Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Esta referência está contida num acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 4 de novembro de 2015, mas que não é da responsabilidade do Supremo Tribunal Administrativo.

Esta afirmação consta das alegações que o Governo Regional, nomeadamente a Direção Regional de Saúde, apresentaram a 30 de abril do mesmo ano ao Supremo Tribunal Administrativo para que aceitasse o recurso sobre uma decisão de um tribunal de segunda instância.

Eu não sei com que gabinetes de advogados é que Vs. Exas. trabalham, agora dizerem que 500 milhões de euros afinal é uma gralha e que tem que se tirar um zero e colocar 50 milhões, eu acredito e confiro aquilo que Vs. Exas me estão agora acabar de dizer, agora o que é certo é que o Governo Regional ... Eu não ouvi, nem o PSD, do ponto de vista público ninguém com responsabilidades governativas na Região a negar aquilo que constava do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo numa das suas peças, que é precisamente da responsabilidade da Direção Regional de Saúde nas alegações que apresenta perante o Supremo Tribunal para que este considere o direito de recurso sobre uma decisão de um tribunal de segunda instância.

Portanto, Sr. Secretário Regional, estamos entendidos. Não são 500 milhões, tira-se um zero, põe-se só 50 milhões, mas aconselho sinceramente a rever o escritório de advogados com os quais os senhores habitualmente trabalham e que cometem gralhas de 10 vezes mais, porque 50 para 500 milhões é apenas uma diferençazinha de 450 milhões. É coisa de somenos, como alguns dos meus doentes que gostam tanto de ler as minhas bulas assim o referem.

Uma última referência, Sr. Vice-Presidente, relativamente ao articulado da proposta de lei do Orçamento de Estado.

O que aqui está escrito foi o que V. Ex.^a referiu e está aqui uma expressão precisamente que V. Ex.^a leu e que *ipsis verbis* diz encontro de contas.

Eu não consigo entender um encontro, como o próprio Sr. Secretário Regional da Saúde tinha dito antes da sua intervenção.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Não há encontro quando não há duas partes.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Eles devem-nos dinheiro!

O Orador: Agora entendam-se Vs. Exas.!

O que aqui está é que vai haver um encontro de contas. Se há um encontro de contas pressupõe-se que haverá a comparação entre as contas de uma das partes com as contas de outra das partes até se chegar a uma decisão, a um entendimento relativamente a qual das partes deve mais relativamente à outra, porque não há aqui nenhum lapso da minha parte.

O que textualmente aqui a proposta de lei do Orçamento de Estado refere é um encontro de contas e no meu entender e repito, como o Sr. Secretário Regional da Saúde tinha dito antes da intervenção do Sr. Vice-Presidente, não há encontro sem que haja duas partes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista o que quer na discussão destas duas propostas agora apresentadas pelo Governo Regional é assinalar um passo importante no caminho de uma autonomia mais forte e mais consistente.

Nós percebemos os desvios no debate, as desvalorizações do debate que são legítimas pela oposição de direita que tem todo o direito em as fazer, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem o dever de sublinhar esse importante acordo do Governo Regional e do Governo da República, personalizado pelo Presidente Vasco Cordeiro e pelo Primeiro-Ministro António Costa, esta possibilidade de melhorar os nossos procedimentos, melhorar a nossa autonomia, porque a discriminação dos açorianos ...

Isso é importante para as açorianos e açorianos entenderem e já sabem que nós conseguimos, nós responsáveis políticos da área da esquerda, da área socialista (como o Sr. Deputado Paulo Estêvão sentiu-se tão incomodado). Isto foi possível pelo diálogo, pelo trabalho e pela capacidade de resolver um problema que há 40 anos, como diz ali o Sr. Deputado Francisco Coelho, existia.

Este passo em frente é importante assinalar, é importante as açorianas e os açorianos saberem que nós trabalhamos todos, se calhar, de todos os partidos (e eu faço um prognóstico para a votação destes dois documentos agora colocados em votação) e que todos vão votar pela autonomia, todos vão estar com os Açores, todos vão estar com os açorianos e com as açorianas e isso é importante, eliminar a discriminação que existia. Essa eliminação é um passo muito importante, uma vitória de todos, uma vitória dos açorianos.

Repor a legalidade da Constituição e do Estatuto Político Administrativo dos Açores, fortalecer, é importante para todos nós e nós todos temos que estar contentes e satisfeitos, porque o trabalho foi feito, a possibilidade, o diálogo e o trabalho que foi executado dá esta possibilidade de dar uma melhoria da qualidade de vida, a melhoria das condições financeiras da Região Autónoma dos Açores para poder investir na saúde de todos os açorianos sem exceção.

Em relação ao assunto da acessibilidade e da responsabilidade financeira todos nós sabemos que estes documentos têm um cunho muito importante na responsabilidade financeira, mas toda a responsabilidade financeira reflete-se na acessibilidade, nem que seja ela indireta e isto vai melhorar. Esta melhora e este progresso foi feito pelas pessoas que conseguiram este acordo muito importante para a autonomia e para todos os açorianos.

Um euro poupado é um euro investido na saúde, no bem-estar, na qualidade e na segurança de todos os açorianos sem exceção.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Estava...

Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, começando até pelo fim, em relação àquilo que foi dito em relação ao artigo 14.º, para ficarmos definitivamente esclarecidos sobre o que é que está aqui neste artigo do Orçamento do Estado sobre pagamento de dívidas da ADSE. E repito e leio:...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Dívidas resultantes!

O Orador: ... “Encontro de contas relativamente a dívidas resultantes das participações pagas pelas Regiões Autónomas a beneficiários da ADSE”. O encontro de contas é...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Encontro de contas é pagar o que está a dever!

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... nem a beneficiários. Exatamente! É apenas o encontro de contas para apuramento do valor final daquilo que é devido pela região, as unidades de saúde da região terem suportado as participações resultantes a utentes da ADSE e que...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Encontro porquê?

O Orador: ... não foram pagas e nomeadamente isto tem a ver...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): E vice-versa!

O Orador: Não! Não é vice-versa! Aqui só está...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Um encontro de contas relativamente apenas a isso, e perguntam-me:...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Encontro de quê?

O Orador: ... Então, como é que se faz um encontro de contas relativamente a isso? Tão simples. Nós dizemos que a República nos deve dez,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... a República diz que nos deve oito, o encontro de contas é apurar exatamente quanto é que a República tem que pagar aos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tão simples quanto isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olha o encontro de contas!

O Orador: Mas é assim, é o que está escrito na lei. Ponto final, parágrafo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Agora, é o que está escrito na lei, mas eu não vou prolongar essa discussão, porque o que interessa efetivamente é o que está aqui escrito, não é o que os senhores queriam que estivesse aqui escrito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é, não! O senhor é que queria!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Secretário da Saúde disse o contrário do que o senhor está a dizer!

O Orador: O que está aqui escrito, veremos no momento em que se executar. E como mais uma vez vamos demonstrar, temos razão, porque o texto é óbvio e não vou citar aquela frase,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Para o Sr. Secretário Regional da Saúde não é assim tão óbvio!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário da Saúde saiu do debate!

O Orador: ... é mais do que óbvio e claro.

Mas como os senhores, durante os anos que estiveram no Governo da República, não conseguiram, agora estão a tentar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor vai ter que ler o artigo todo. Leia as vírgulas também!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... pôr no artigo aquilo que ele não tem.

A segunda questão essencial é, Sr. Deputado Paulo Estêvão, disse que isto vai ser aprovado pela Assembleia, é a Assembleia da República que vai aprovar. Tem toda a razão, mas sabe por que é que eu sei que vai ser aprovado na Assembleia da República? Porque, se os partidos mantiverem exatamente o mesmo sentido de voto exatamente sobre a mesma matéria que tiveram há um ano, esta proposta será aprovada com os votos favoráveis do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda e com os votos contra do PP e do PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque estes três partidos têm agora maioria na Assembleia e estes três partidos votaram a favor de uma proposta idêntica no Orçamento de Estado do ano passado e o PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: ... e o PSD votaram contra esta proposta no Orçamento de Estado do ano passado. E agora o que importa saber é o que é que...

Deputado André Bradford (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... mudou para que os senhores que, há um ano, estavam contra esta matéria, agora, passem a estar a favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nós!?

O Orador: Só mudou o Governo da República ou a maioria da Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Secretário Regional da Saúde não responde!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Oh, Sr. Vice-Presidente, vejo que o senhor agora se apoderou da pasta da saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

Deputado Ricardo Cabral (PS): É matéria financeira!

Deputado Luís Garcia (PSD): Tudo o que é financeiro é com o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: A pasta da saúde agora foi apoderada por V. Ex.^a!

Mas, Sr. Vice-Presidente, vamos lá a ler o artigo 14.º na íntegra,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Leia!

O Orador: ... na íntegra!

A epígrafe: “Regularização de dívidas relativas a encargos dos sistemas e assistência na doença: fica o membro do Governo responsável pela área da saúde autorizado, com possibilidade de delegação, a proceder ao encontro de contas entre a Direção Geral de Proteção Social dos trabalhadores em funções públicas, ADSE, e as Regiões Autónomas...”. Não é entre os Açores!

Ah! Aqui é que está a diferença! É que a Madeira não deve nada, sempre pagou, a ADSE da Madeira nunca houve nenhum problema, houve problemas foi com a ADSE dos Açores, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Leia o resto do artigo!
Relativamente a ... !

O Orador: "... relativamente a dívidas resultantes de participações pagas pelas Regiões Autónomas a beneficiários da ADSE não domiciliados".

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Então, é óbvio!

O Orador: Não é óbvio, Sr. Vice-Presidente, não é óbvio! A que deve é esta ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Quem é que pagou?
Ah!

O Orador: ... e a norma é chapéu para disfarçar a dívida dos Açores, que a ADSE dos Açores não pagou e reteve...

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Grandes autonomistas!

O Orador: ... e por isso os beneficiários da ADSE, no continente, hoje em dia, hoje e ontem, nos hospitais públicos, não são aceites. Isso é a realidade, Sr. Vice-Presidente. Os beneficiários da ADSE R.A., nos hospitais públicos,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O que é que o senhor acha disso?

O Orador: Oh, Sr. Vice-Presidente!

... não são aceites, porque a região não pagava. Ponto final parágrafo! E em alguns hospitais, para serem aceites, tinham que levar um termo de responsabilidade, que a região e os hospitais se recusavam a passar aos doentes, nomeadamente a doentes com cancro, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Mas então há dificuldades de acesso ou não há dificuldades de acesso?

O Orador: E isso é que é lamentável, Sr. Vice-Presidente e Sr. Secretário da Saúde. E não há nomes para aqui, há doentes que os senhores puseram a fazer chicana política entre o vosso Governo e o Governo da República. Não me interessa o resto, interessa-me que os senhores usaram doentes para fazer politiquice barata. Segunda vez que digo isso, hoje, aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Daqui a bocado digo os nomes das pessoas!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, três coisas.

Primeira. Eu, aqui, Sr. Deputado Aníbal Pires e Sra. Deputada Zuraida Soares, é que tenho que estar a puxar pelos vossos galões, neste debate. Na primeira intervenção, os deputados do Partido Socialista e o Governo Regional diziam: “O Partido Socialista é que vai resolver isto”, como se o diploma fosse diretamente para o gabinete e para o Conselho de Ministros. E eu disse: “Mas o vosso partido é minoritário no Parlamento! Este diploma, esta anteproposta terá que ser aprovada no Parlamento e os senhores são uma minoria, não são a maioria, nem sequer são o maior partido, são o segundo partido. E, portanto, a partir daí, há outros responsáveis. O diploma terá que ser aprovado por outras forças políticas”. E, depois, muito a custo, lá veio o Sr. Vice-Presidente dizer: “Sim, sim! O Bloco e o PCP”. Pronto, a paternidade alargou em relação à resolução desta questão.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a maternidade, já agora!

O Orador: Agora, há uma terceira...

A paternidade e a maternidade! Exatamente!

Em relação a esta questão, estamos conversados.

Segunda questão. O Sr. Deputado Ricardo Cabral não faz a coisa por menos. Está aqui, neste Parlamento, já lhe foram lidas decisões dos tribunais e o Deputado Ricardo Cabral, “Há uma ilegalidade!”. Mas se os tribunais decidiram!

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas concorda?

O Orador: O senhor disse, “Repor a legalidade!”. Ora bem, se os tribunais... Nós não podemos só estar de acordo com os tribunais quando decidem a nosso

favor, temos que estar de acordo e temos que respeitar as decisões dos tribunais, muito mais num Parlamento. Se não o fazemos num Parlamento, quem é que o faz? Muito mais no Parlamento! Quando as decisões dos tribunais são tomadas, nós, no Parlamento, o mínimo que se exige é que se respeite as decisões dos tribunais. E, portanto, ilegalidade, se os tribunais decidiram num determinado sentido, a ilegalidade não existia, não estamos a repor a legalidade, o que estamos a fazer é repor a justiça.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Também fazemos isso!

O Orador: Aí, sim, o Sr. Deputado teria razão.

Esta segunda observação é uma observação, repor a justiça, aquilo que é justo, da maneira como as Regiões Autónomas devem ser tratadas. Agora, em relação a repor a legalidade, essa questão, no nosso Parlamento, eu acho que esse tipo de comentários é absolutamente despropositado e não deve ser pronunciado no Parlamento.

E a terceira questão que eu queria aqui referenciar é que fiz uma pergunta. Eu sei que às vezes faço perguntas difíceis,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não!

O Orador: ... mas eu estou aqui para isto. Estou aqui porque...

Não acha que eu faço perguntas... Mas o Governo acha, por isso é que não responde! Oiça, há perguntas difíceis que a resposta é errada; há outras perguntas que há, da parte do Sr. Secretário, não respondeu, e, portanto, a minha interpretação é que, tendo-lhe colocado uma pergunta e o Sr. Secretário não me tendo respondido, ou a pergunta é difícil ou o Sr. Secretário, de facto, não sabe responder.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ou uma não resposta também é uma resposta!

O Orador: Vou voltar a fazer-lhe a pergunta. Artigo 4.º, “Situações pendentes: Serão resolvidos...”

Não, não! Não há aqui não respostas! Aqui há respostas, porque o Governo apresenta um diploma, aqui, perante o Parlamento, e a obrigação do Governo é responder, em todas as circunstâncias. Não há aqui não respostas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Na União Soviética o Governo não responde perante o Parlamento!

O Orador: As não respostas são nas ditaduras; aqui é a democracia, em que um deputado faz a pergunta e o Governo tem que responder. Não há não respostas! Aqui a questão é a seguinte: “Serão resolvidos, em relação à dívida, por um grupo de trabalho conjunto constituído entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores”. A pergunta que eu lhe faço, nós não estamos aqui a aprovar abstrações, eu quero saber qual é a posição negocial do Governo, do grupo de trabalho que será mandatado pelo Governo Regional, nesta matéria, de que valores é que nós estamos a falar, de que valores de dívida é que o Governo Regional reconhece ou não reconhece nenhuma dívida. Eu quero saber qual é a posição negocial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos, para terminar, o artigo 14.º, porque eu acho que isto é tão óbvio, tão óbvio que, efetivamente, não faz nenhum sentido.

Então, Sr. Deputado Artur Lima, se é para fazer um encontro de contas relativamente, e cito, “... às participações pagas pelas Regiões Autónomas”, repito, “...participações pagas pelas Regiões Autónomas”, ora bem,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dívidas resultantes!

O Orador: ... se a Região Autónoma pagou, quem é que está a dever a quem? É a coisa mais óbvia! Se a região pagou aquilo que não lhe competia pagar, por

isso quem tem a receber é a região e o encontro de contas é apenas em relação a isso. Ponto final, parágrafo!

Mas a outra parte, Sra. Deputada, não está no artigo, o que está no artigo é apenas isto, o encontro de contas é apenas em relação às questões pagas pela região.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Aquilo que os senhores queriam que estivesse no artigo não está, temos pena, mas não está. O que está é apenas isto e é isto que está votado e é isto...

Segunda questão. A segunda questão, que esta é a mais importante.

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e do Deputado Artur Lima)

O Orador: A segunda questão é a mais importante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a garantia!

O Orador: É muito mais importante e tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima.

Eu tenho que lhe explicar, com toda a serenidade, e dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado entrou na sua última intervenção numa gravíssima contradição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu?

O Orador: Sim!

Contradição, porque o Sr. Deputado disse, antes, nas suas intervenções anteriores, que considerava que não devia ser cobrado aos doentes deslocados dos Açores para os tratamentos no Serviço Nacional de Saúde. E, portanto, se não deve ser cobrado, não devemos assumir isso como uma dívida, porque, se assumimos como dívida, estamos a aceitar que o mesmo seja cobrado. Correto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que estão a assumir!

O Orador: Segundo aspeto. E o Sr. Deputado agora vem dizer, a acusar o Governo de, em relação a dívidas da ADSE, não o pagar. Ora bem, o processo da ADSE é exatamente o mesmo, porque um Governo, penso do Partido Socialista, ainda em 2011 ou 2010,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor quer fazer politiquice mas não faz, porque eu não deixo!

O Orador: ... colocou uma norma no Orçamento de Estado, que, a partir desse ano, a ADSE deixava de faturar, deixavam as unidades de saúde de faturar à ADSE e esse encargo era assumido no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Ora bem, não podemos ter dois pesos e duas medidas, não podemos defender a complementaridade do sistema à segunda, quarta e sexta e não defender a complementaridade do sistema à terça, quinta e sábado.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): E ao domingo?

O Orador: E a razão é muito simples. Essa passou a ser...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os hospitais públicos não aceitam a ADSE dos Açores!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ao domingo vai à missa pedir desculpa pelas suas contradições!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Porque os senhores colocaram uma norma no Orçamento de Estado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então altere!

O Orador: ... artigo 105.º, números 2 e 3, do ano passado, que obrigava-os a fazer isso, porque consideravam que aquilo que está aqui em causa, todo este processo, que os utentes dos Açores não pertenciam ao Serviço Nacional de Saúde. E o que o senhor fez com a sua intervenção, primeiro, foi defender que os utentes dos Açores devem ser complementares com o Serviço Nacional de

Saúde e defender agora, em relação à ADSE, que aquilo que o senhor disse antes agora disse exatamente o contrário.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estavam distraídos!

O Orador: E é isso que não pode acontecer, Sr. Deputado. E é isso que não pode acontecer, porque, desde 2010, os encargos resultantes da ADSE passaram a ser assumidos, de acordo com o Orçamento de Estado, pelo Serviço Nacional de Saúde quando são os tratamentos nas unidades de saúde. Está no Orçamento de Estado em 2010, em 2011, em 2012, em 2013, 2014 e 2015.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2010 é seu!

O Orador: É! Eu comecei por dizer isso! Não é meu, é... Não, comecei por dizer isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não é seu! Mas o outro é meu!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o Orçamento de Estado, depois de ser...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O de 2014 é meu; mas o de 2010 não é seu!

O Orador: Sr. Deputado, eu comecei a minha intervenção por dizer que tinha sido, mas não vamos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ele depois lembrou-se...

O Orador: ... divagar para essas questões.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Governo não pode politizar!

O Orador: E, portanto, a questão em relação a essa matéria é clara: a posição que se tem sobre uma coisa é a posição que se tem sobre a outra. A complementaridade do Serviço Nacional de Saúde, a partir do momento que foi inscrito no Orçamento de Estado que cabia ao Serviço Nacional de Saúde assumir os encargos resultantes dos utentes da ADSE no Serviço Nacional de

Saúde, é nosso entendimento, da mesma maneira que um outro doente dos Açores, do Serviço Regional de Saúde, é tratado no continente, não deve resultar num encargo para a região, o entendimento é exatamente o mesmo e o entendimento seu, não vejo nenhuma razão para não ser exatamente o mesmo. E penso que se refletir bem, todos nós cometemos imensos erros, todos nós dizemos coisas que às vezes não estão corretas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está enganado! Não disse nada disso!

O Orador: ... se o Sr. Deputado pensar bem, vai dar-me razão nesta matéria. E digo-lhe mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual matéria?

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: O interesse dos Açores, o interesse que todos defenderam sobre a complementaridade entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde, o interesse que todos defenderam de que não deve o Serviço Nacional de Saúde cobrar aos utentes do Serviço Regional de Saúde é o mesmo entendimento que deve o Sr. Deputado dizer que não pode ser aceite qualquer dívida por tratamento dos utentes dos Açores da ADSE quando está no Orçamento de Estado e que isso é uma responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde quando tratado no continente como nos Açores. É uma responsabilidade do Serviço Regional de Saúde quando tratado na região.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E inclusivamente colocámos uma norma no Orçamento da Região a dizer claramente isso, que a ADSE, nos Açores, deixou, as unidades de saúde da região, porque o que nós estamos a fazer e a exigir é o mesmo que nós fazemos para nós, porque colocaram, e foi aprovado nesta Casa, no Orçamento da Região, uma norma que diz exatamente o mesmo: as unidades de saúde

deixaram de faturar à ADSE, nos Açores, pelo tratamento dos doentes da ADSE, porque isso passou a ser uma responsabilidade do Serviço Regional de Saúde. E essa lógica de ser recíproco e complementar entre os dois serviços, que é aquilo que o senhor defende, é aquilo que, ao defender, contradiz aquilo que foi a sua última intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não defendo! Está enganado!

O Orador: Mas sobre esta matéria penso que estamos esclarecidos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Oh, Sr. Vice-Presidente, eu até diria que estou duplamente de acordo consigo, porque a ADSE é um sistema nacional, é nacional, Sr. Vice-Presidente. A discriminação não faz nenhum sentido pelos hospitais do continente, porque o sistema é nacional, não é regional, Sr. Vice-Presidente. Nessa matéria, eu estou de acordo. O que eu estranho é que a região nunca se tenha imposto e tenha, enfim, criticado isso. Criticou os utentes do Serviço Regional de Saúde, mas nunca criticou os da ADSE, porque a ADSE é nacional. Diga-me uma coisa, os meus descontos, os nossos descontos, dos funcionários públicos, todos os que têm a ADSE, vão para quem?

Deputado André Bradford (PS): Não vão para mim!

Deputado Francisco César (PS): Não tenho nada disso!

O Orador: Agradecia que me esclarecesse. Ficam na Região Autónoma ou vão para o continente? E a ADSE é um serviço nacional que tem vários, tem os serviços autónomos, a Administração Regional dos Açores, a Administração Regional da Madeira, a Administração Local, enfim, os organismos autónomos, etc.. Portanto, explique-me onde é que fica o dinheiro que os funcionários

públicos dos Açores descontam para a ADSE, porque eu acho que tenho direito a ir a qualquer hospital público, porque...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem toda a razão!

O Orador: ... pertenço a um sistema nacional. Agora, eu quero é que me explique por que é que eles não aceitam e, perante a denúncia, por que é que o senhor não faz nada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O senhor acabou de entrar na mesma contradição, porque é exatamente... O senhor desconta os seus impostos para a região da mesma maneira que desconta a ADSE para a ADSE regional e quando vai à região e é tratado num hospital da região é pago pelo Serviço Regional de Saúde, é um encargo do Serviço Regional de Saúde, e o princípio que estamos aqui a defender e que o senhor também defende, mas nesta matéria ainda não percebeu que está a defender o contrário daquilo que o senhor defende, é que, no continente, qualquer utente, independentemente da sua residência, é um encargo do Serviço Nacional de Saúde, nos Açores, independentemente da sua residência, é um encargo do Serviço Regional de Saúde. É isto que nós estamos a defender, é isto que o senhor diz que defende, mas para a ADSE defende exatamente o contrário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não!

O Orador: ... do que defende nesta matéria. É essa a sua contradição, é, sim, senhor, porque o senhor pergunta para onde é que vão os seus descontos da ADSE; vão para o financiamento do Serviço Regional de Saúde, que não cobra ao senhor enquanto utente da ADSE nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dos Açores? Quem se está a contradizer é o senhor!

O Orador: Da mesma maneira que no continente o princípio é o mesmo, mas é o princípio que nós estamos a defender aqui desde o princípio. Não estou a perceber qual é... Agora, onde é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não aceitam a ADSE?

O Orador: Ah! Tem toda a razão! Aí tocou no segundo ponto. Sabe por que é que não aceitavam?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não aceitam! Não é não aceitavam! É presente: não aceitam!

O Orador: Sabem por que é que não aceitam até o Orçamento de Estado de 2016 estar aprovado? Sabe porquê? É porque o Governo do seu partido tem no Orçamento de Estado que está em vigor, o número 2 e o número 3 do artigo 107.º, que obriga as unidades de saúde do continente a exigir um termo de responsabilidade à RAA.

Deputado Francisco César (PS): É verdade! É uma vergonha!

O Orador: É por isso que não aceitam, porque o seu partido e o PSD aprovaram o Orçamento de Estado que diz que as unidades de saúde do continente têm que exigir esse termo de aceitação. E sabe qual é também a diferença? É que o Orçamento de Estado para 2016, no artigo 97.º, retirou esse número 2 e esse número 3.

Deputado Luís Maurício (PSD): Como tinha retirado o Sócrates e não serviu de nada!

O Orador: O Orçamento de Estado proposto pelo Governo do PS e que será, espero, aprovado por uma maioria mais ampla, ou seja, se quando for aprovado o novo Orçamento, resultado da nova maioria na Assembleia da República, essa questão deixará de existir, e, se existe, é porque o Orçamento de Estado do PSD e do PP impôs isso no número 2 e no número 3 do artigo 97.º, do artigo 105.º, e que, em 2016, aliás, o artigo 97.º já não está.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual é o Orçamento de Estado? O de 2015?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, tenho que lhe dizer...

O Orçamento de Estado que, neste momento, está em vigor é o Orçamento de Estado de 2015.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O artigo 105.º é que diz isso?

O Orador: Sim, senhor. Número 2 e número 3.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Sr. Deputado Artur Lima! Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Quem diria que isto vai ser aprovado por unanimidade?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com certeza que isto vai ser aprovado por unanimidade, disso não há dúvida nenhuma.

Agora, Sr. Vice-Presidente, desde 95 ou 96, que os senhores estão no poder, diga-me lá quantos anos o meu partido teve no poder e quantos anos o seu partido esteve no poder na República. Responda-me lá a essa perguntinha,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... já que é muito bom em contas. E agora atribua a cota parte de responsabilidade, dois terços para o senhor, um terço para mim, 60/40 ou 70/30, Sr. Vice-Presidente.

Deputado José Ávila (PS): Interessa saber quem é que prejudicou mais os açorianos!

O Orador: Quantos anos tivemos governos socialistas na República?

E mais. Há quantos anos o senhor está no Governo dos Açores e o que é que fez por causa disso? Já foi citado por Carlos César em 2005. A si nunca o ouvi falar sobre isso, Sr. Vice- Presidente. A ADSE, Sr. Vice-Presidente, devia ser

nacional, ninguém devia pôr nenhum problema e eu nunca defendi que se devia pagar, os senhores é que, enquanto esteve o Governo socialista na República, os senhores passavam credenciais e passavam termos de responsabilidade; quando mudou de Governo na República, os senhores deixaram de passar os termos de responsabilidade, exatamente para prejudicarem os doentes.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Acuso! Isto é verdade, várias pessoas se queixam disso. Várias pessoas se queixam de lhes ter sido negado o termo de responsabilidade para se tratarem, do hospital não querer passar o termo de responsabilidade, Sra. Secretária.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! Pode-me chamar traidor. Não interessa!

O Orador: Estou é a chamar-lhe mentiroso, não é traidor!

Presidente: Srs. Deputados, por favor! Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (PS): Ou mentiroso! Não interessa!

O Orador: O termo de responsabilidade e está em causa vidas de pessoas, Sr. Secretário e Sr. Vice-Presidente.

E não houve problemas, nos 14 anos ou 15 do Governo socialista, porque sempre passaram os termos de responsabilidade para os camaradas. Quando passaram para o Governo da República, Governo de Portugal, de outras cores políticas, os senhores passaram a fazer política com a saúde (política com a saúde!) e usaram os doentes como arma de arremesso contra o Governo da República. Foi isso que os senhores fizeram nos últimos quatro anos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é isso que o senhor está a fazer aqui há 3 horas? Política com a saúde?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra. Dispõe apenas de 1 minuto.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu tenho que lhe pedir desculpa, porque eu cometi um erro.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sim, sim! Venha!

O Orador: É verdade! O artigo que eu citei do Orçamento de Estado...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está enganado! Não é o 105.º!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): O que interessa é que está lá!

O Orador: ... de 2015 é o 150.º. Era o zero e o cinco que foram trocados.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah!

O Orador: Mas é o 150.º!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Hoje, os zeros estão com algum problema!

O Orador: Veja lá, veja lá o problema! Não é o 105.º é o 150.º!

Mas o que interessa...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas eu vou dar-lhe uma liçãozinha a seguir!

O Orador: ... aos açorianos é que, durante anos de governos do PSD, do PP, do PS, este problema não foi resolvido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Muito bem!

O Orador: Primeiro, os açorianos sabem disso. É responsabilidade dos governos da República do PS, quando teve maioria e quando não teve; é responsabilidade...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E mais anos!

O Orador: ... dos governos do PSD, quando teve maioria e não teve; e é responsabilidade dos governos do PP,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... quando estive em maioria com o PSD.

Isso é verdade e é a história dos factos, mas também sabem que será com esta maioria parlamentar, que, neste momento, está na Assembleia da República, e com um Governo do Partido Socialista que essa situação vai ser corrigida, a bem dos Açores e a bem dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E que vai ser reposta a justiça, mas com uma diferença,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a ser baixinho!

O Orador: ... é que quem, no passado, defendeu sempre estas matérias continua a defender e quem ainda, há um ano e meio, na Assembleia da República, votou contra estas matérias,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ...agora vai votar a favor. E a única coisa que mudou num ano e meio foi o Governo da República, o que se chega à conclusão final que há quem vote não em função da razão da matéria nem da defesa dos Açores, mas em função de quem está no Governo da República, e isso não é defender a autonomia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Informo que a bancada do Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, o debate não acabou!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta anteproposta tem cinco artigos: um é para a entrada em vigor, o 5.º, o outro, o 1.º, é o objeto. Tem três artigos instrumentais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou fazer uma proposta de alteração, da ADSE!

O Orador: E eu fiz uma pergunta sobre um artigo (um artigo!) dos três artigos instrumentais, dos três artigos que contam e que estão aqui em discussão, e o que acontece é que o Governo, a partir do momento em que fiz a pergunta, o Sr. Secretário Regional da Saúde desapareceu em combate,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os senhores estavam a pedir que o Sr. Vice-Presidente falasse!

O Orador: ... imediatamente, e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional passou a monopolizar o debate até esgotar o tempo. Foi propositado! Que não fique nenhuma dúvida em relação,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade! Pediram a intervenção do Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... nesta Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Foi a estratégia para não ter que responder à questão que lhe coloquei. Eu coloquei-lhe uma questão e a questão é fundamental, porque senão o que é que nós estamos aqui a aprovar? Vejam! São estas coisas que descredibilizam completamente a política (descredibilizam completamente a política!), que é alguém, um deputado, perante uma proposta do Governo Regional, coloca uma questão muito concreta e uma questão muito relevante e o Governo Regional não responde.

Deputado André Bradford (PS): Não tem tempo!

O Orador: E o Governo Regional não responde, e, aqui, num aparte, o Sr. Deputado André Bradford diz, com a maior das hipocrisias, “Não tem tempo! Não tem tempo!”,...

Deputado André Bradford (PS): Não foi com hipocrisia!

O Orador: ... porque, entretanto, faltavam 10 minutos quando eu lhe fiz a pergunta. Tinha muito tempo para responder. E a estratégia, que não fique nenhuma dúvida a esta Câmara e aos açorianos que nos ouvem, foi esta, e esta estratégia é de um maniqueísmo tremendo e mostra como é que o Partido Socialista faz política: faz política como se fazia no século XIX, a política do segredo do gabinete e a política da falta de transparência em relação aos objetivos políticos e à assunção das suas responsabilidades. Por isso é que o Sr. Secretário Regional da Saúde está de cabeça baixa,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é nada disso!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Estou a ler!

O Orador: ... porque esta situação o envergonha.

Eu quero dizer o seguinte. Vou voltar a fazer a pergunta: Qual é a posição negocial inicial do Governo Regional em relação a esta matéria da dívida? É que eu vou dizer o seguinte. É porque o meu voto depende disso, é só um voto, mas o meu voto depende da resposta a esta questão e esta questão não foi respondida.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E na minha perspetiva...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não diga isso, Sr. Deputado, senão vai ter que votar contra!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Vice-Presidente não deixou falar o Sr. Secretário da Saúde! A verdade é essa!

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado!

O Orador: Tenho que dar outra vez razão ao Sr. Deputado Francisco Coelho, que, de facto...

Eu termino esta intervenção para ficar com algum tempo. Eu considero que é fundamental e exijo que o Governo responda a esta questão, e pode utilizar outras figuras regimentais, mas eu exijo que o Governo Regional me responda a esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ia interpelar o Sr. Vice-Presidente, mas, visto que o Governo não tem tempo, não o vou fazer...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Se eu poder responder...

O Orador: Não, não pode, Sr. Vice-Presidente, mas vou dizer-lhe uma coisa.

Eu já tinha dado por isso, há um bocado, e por isso insisti na pergunta relativamente ao artigo, porque eu já tinha percebido que estava enganado, mas não quis embaraçá-lo, pela consideração que tenho por si.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem agora a palavra.

(* **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Secretário:

Pensava o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e eu também, pessoalmente, que a discussão destes dois diplomas e o teor e o objeto dos mesmos eram de tal ordem evidentes e pacíficos que iríamos, de facto, recentrar e centrar a discussão à volta deste acordo, que nós temos que sublinhar, que é um acordo que nós temos que registar com muito entusiasmo, que temos que registar com satisfação, porque, como já aqui foi dito por vários e anteriores deputados desta

bancada, é, de facto, uma situação que resolve todo um passado que até aqui já devia ter sido ultrapassado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leva a bola e joga sozinho!

O Orador: E se o esforço que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo fizeram, nesta matéria, é de todo relevável, já não é relevável, e isto nós registamos com desagrado, que a oposição, nomeadamente alguns partidos da oposição, que, no âmbito de uma discussão saudável que deve existir sobre esta matéria, usem e desviem e recentrem o objetivo daquilo que é o acordo que agora está em discussão e que vamos votar.

E isto não serve os açorianos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não serve a autonomia, não serve o nosso Serviço Regional de Saúde.

Deputado Francisco César (PS): É verdade, sim, senhor!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E por isso assumimos aqui a nossa responsabilidade e a nossa satisfação por ter sido o Governo do Partido Socialista que conseguiu chegar a este acordo e ultrapassar as dificuldades que até então não era possíveis ultrapassar, independentemente de termos sido sucessivamente confrontados com uma situação de violação dos direitos dos açorianos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que estão consagrados na Constituição, repito, na Lei de Bases da Saúde e no Estatuto Político Administrativo da nossa região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, espero que o que acabou de dizer não se referenciasse à posição do PPM.

Deputado André Bradford (PS): Um bocadinho!

O Orador: Eu fiz uma pergunta sobre o artigo 4.º, eu fiz uma pergunta sobre este diploma, que o Governo não respondeu.

Deputado André Bradford (PS): Não tem tempo!

Deputado Domingos Cunha (PS): O Governo não tem tempo!

O Orador: Eu peço-lhe desculpa...

E depois? Depois é que eu não lhe admito que venha dizer que se discutiu tudo menos o diploma.

Deputado Domingos Cunha (PS): Tem tempo para discutir?

O Orador: Eu estou a fazer uma pergunta sobre qual é a posição negocial em relação à dívida, que é uma questão absolutamente instrumental, é uma questão fundamental em relação ao diploma, e o senhor vem-me dizer, “A oposição discutiu tudo menos o diploma”. Então, eu acabei de fazer, repeti quatro vezes a pergunta ao Governo Regional,...

Deputado André Bradford (PS): O Governo já não tem tempo!

O Orador: ... o Governo Regional não responde e o senhor diz isso? Eu relação ao PPM, não lhe admito que diga isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que hipocrisia! Não tinha tempo? Que hipocrisia!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pare de chamar mentiroso aos outros!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, apelo à vossa moderação!

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD veio a este debate com um sentido de responsabilidade na defesa do interesse dos açorianos e na defesa do acesso dos açorianos aos cuidados de saúde.

Assumimos o princípio segundo o qual a complementaridade entre o Serviço Regional e o Serviço Nacional de Saúde deve ser assegurada. Entendemos que pela prevalência de determinado tipo de doenças, pela especificidade de determinado tipo de técnicas terapêuticas, de técnicas de tratamento dos nossos doentes os Açores não poderão assumir com segurança a execução desses tratamentos e o tratamento desses doentes.

Nessas circunstâncias, entendemos que o Serviço Nacional de Saúde deve assumir as suas responsabilidades e assumir uma complementaridade com o Serviço Regional de Saúde, assumindo esses doentes como membros inteiros do Serviço Nacional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos também, neste debate, e quisemos reafirmá-lo, que nunca esteve em causa a acessibilidade individual dos doentes à prestação de cuidados de saúde nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde. Nunca foi recusado o tratamento de qualquer doente açoriano enviado a hospitais do Serviço Nacional de Saúde. O que estava aqui em causa e o que está há muito tempo é a responsabilidade financeira pelo pagamento dos cuidados de saúde desses doentes e entendemos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que a complementaridade entre o Serviço Nacional e o Serviço Regional de Saúde deve estar consubstanciada precisamente nisto: devo o Serviço Nacional de Saúde corresponder, do ponto de vista financeiro, ao pagamento dos cuidados de saúde prestados a estes doentes no continente.

Entendemos que, independentemente da cor política dos Governos da República, este princípio deveria estar há muito consagrado; discordamos da metodologia seguida pelos Governos regionais dos Açores, sucessivos, da responsabilidade do Partido Socialista, no tratamento destas matérias, que se exigia outro tipo de comportamento, nomeadamente perante governos que, tendo assumido a responsabilidade pública desta complementaridade, o não fizeram.

Nestes últimos quatro anos, nomeadamente, houve a tendência para, do ponto de vista do tratamento desta matéria, se recorrer aos tribunais em vez de se recorrer a um entendimento político, que era exigido na defesa dos interesses dos doentes, das açorianas e dos açorianos. Não foi esse o caminho seguido. Discordamos desta forma, estamos ao lado das açorianas e dos açorianos, estamos ao lado do Governo dos Açores no sentido que as responsabilidades financeiras devem ser assumidas pelo Serviço Nacional de Saúde quando os cuidados a prestar a doentes dos Açores não sejam possíveis de os fazer na RAA.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra? Peço desculpa. Pensei que era para intervir no debate. Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma interpelação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19h30m.

Eram 19 horas e 13 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 36 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

A minha intervenção prende-se com o facto de que tem sido aqui colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, no debate sobre a anteposta de lei, a questão da dívida ou não dívida.

Neste momento, como já foi assumido que o Governo não tem tempo de resposta, e não o fazemos nessa qualidade, fazemos como Grupo Parlamentar, e é nesse sentido que gostaria de dizer, esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão que este Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o próprio Partido Socialista e, logicamente, o Governo que daí advém, vai manter e mantém a coerência do discurso sobre essa matéria, que é o não reconhecimento de qualquer dívida ao Serviço Nacional de Saúde. E vai ser esta a postura que este Grupo Parlamentar, o Partido Socialista e, volto a referir, logicamente, o Governo que está constituído, iram manter esta coerência de discurso.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente, Sr. Deputado Domingos Cunha, que o Sr. Deputado já não está no Governo há algum tempo. Só pode falar em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aquilo que disse que é em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não veicula o Governo. São entidades diferentes e, portanto,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Foi isso que eu disse!

O Orador: ... a sua resposta, eu agradeço que me diga qual é a resposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Já disse!

O Orador: ... mas a verdade é que eu não perguntei qual era a posição do Partido Socialista, eu perguntei qual era a posição negocial do Governo, que são coisas diferentes. Há de convir que são coisas diferentes. E, portanto, a pergunta que eu coloquei, ao longo do debate, foi ao Governo Regional em relação a esta matéria muito específica. O Governo Regional teve muito tempo, depois de eu ter feito as perguntas, sucederam para aí umas doze intervenções. O que o senhor diz tem o peso de um deputado do Partido Socialista que afirma uma posição do seu grupo que eu já conheço; o que eu pedi foi uma posição do Governo Regional e essa posição do Governo Regional não me foi veiculada.

E, aliás, eu termino, que devo ter pouquíssimo tempo, antes que a Sra. Presidente me diga, mas eu estou nos últimos segundos, configurem uma situação de dívida perante as entidades integradas na sociedade que serão resolvidas por um grupo de trabalho conjunto. E, portanto, esta posição do

Governo Regional era muito importante que fosse veiculada diretamente pelo Governo Regional e essa informação não foi prestada e não foi prestada, continuo absolutamente convencido disso, propositadamente por parte do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

Naturalmente faremos as votações em separado. Vamos começar pela Anteposta de Lei n.º 19/X, e começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Anteposta de Lei n.º 19/X, na generalidade, foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Berto Messias, pediu a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, senhora, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, retomamos amanhã, às 10 horas, com a Agenda.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 42 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Transcrito pelos serviços de redação